



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
CAMPUS SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - PROFEPT

ELIANA DE QUEIROZ JARDIM

CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES TÉCNICOS PARA A FORMAÇÃO
OMNILATERAL DOS DISCENTES: O CASO DO CAMPUS JEQUIÉ, DO INSTITUTO
FEDERAL DA BAHIA

SALVADOR-BA

2020

ELIANA DE QUEIROZ JARDIM

**CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES TÉCNICOS PARA A FORMAÇÃO
OMNILATERAL DOS DISCENTES: O CASO DO *CAMPUS* JEQUIÉ, DO INSTITUTO
FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Georges Souto Rocha.

SALVADOR-BA

2020

Biblioteca Raul V. Seixas – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA - Salvador/BA.

Responsável pela catalogação na fonte: Samuel dos Santos Araújo - CRB 5/1426.

J37c Jardim, Eliana de Queiroz.

Contribuições dos servidores técnicos para a formação omnilateral dos discentes: o caso do campus Jequié, do Instituto Federal da Bahia / Eliana de Queiroz Jardim. Salvador, 2020.

99 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

Orientação: Prof. Dr. Georges Souto Rocha.

1. Formação discente. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. Servidores técnico-administrativos em Educação. I. Rocha, Georges Souto. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. III. Título.

CDU 2 ed. 37



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DA BAHIA**

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

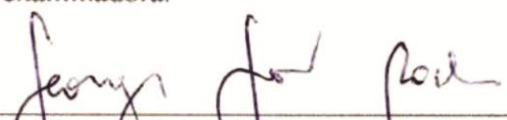


**CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES TÉCNICOS PARA A FORMAÇÃO
OMNILATERAL DOS DISCENTES: O CASO DO CAMPUS JEQUIÉ, DO INSTITUTO
FEDERAL DA BAHIA**

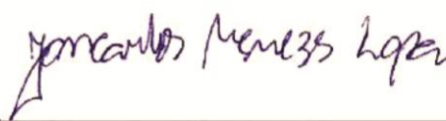
ELIANA DE QUEIROZ JARDIM

Orientador: Prof. Dr. Georges Souto Rocha

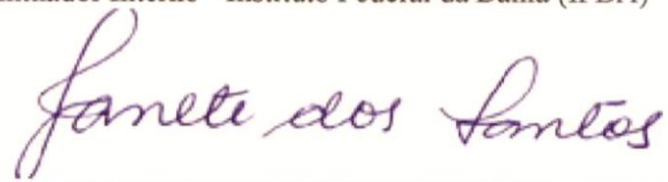
Banca examinadora:



Prof. Dr. Georges Souto Rocha
Orientador – Instituto Federal da Bahia (IFBA)



Prof. Dr. Jancarlos Menezes Lapa
Examinador Interno - Instituto Federal da Bahia (IFBA)



Prof. Dra. Janete dos Santos
Examinadora Externa – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora em 06/02/2020.

Aos meus pais, (in memoriam), pela minha
formação para a vida.

À Cida, (in memoriam), por me mostrar que
viver é o maior projeto que podemos ter.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Todo-Poderoso Jeová, que iluminou o meu caminhar nesse percurso com muitas bênçãos e providências, me mostrando a todo instante que está perto e cuida de mim: em ti sempre vou confiar!

Às *sisters* Arlecy e Nicéia por toda a ajuda na realização deste projeto, pela cumplicidade no cuidado cotidiano com Cidinha em sua luta árdua pela vida, e pela comunhão no exercício do amor, da compaixão, da empatia e da solidariedade, que fortalece a minha espiritualidade e torna-me mais humana e consciente da fragilidade da vida. Sem a ajuda prática de vocês não seria possível cumprir o itinerário formativo do mestrado, gratidão!

A toda a minha família (minhas irmãs e sobrinhas), que mesmo não estando perto sempre me incentivou e apoiou com palavras de fortalecimento, como na ausência de Val, mana querida que me despedi em dias de aula em Salvador...

A meu orientador Professor Georges Souto Rocha e a todos os professores do Programa de Mestrado PROFEPT que contribuíram com os seus saberes para o meu aprendizado, em especial à inspiradora Professora Luzia Matos Mota pela generosidade na construção do conhecimento em aulas memoráveis, e ao Professor Jancarlos Menezes Lapa sempre positivo e leve, até mesmo quando fala de ciência, minha gratidão pelo incentivo e encorajamento.

A meus amigos que sempre torceram por meu sucesso, em especial àqueles que me apoiaram e encorajaram nos momentos mais críticos: Arlete, Carlos César, Graça, Kleber, Marly e Tânia.

A Fabrício, amigo/irmão, gratidão por todas as ajudas, o meu carinho é extensivo à querida Ritinha e Théo, família acolhedora.

A Tiago, Professor de Informática do CEEP, pela disponibilidade na ajuda com o desenvolvimento do produto educacional.

A todos os colegas do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, turma muito especial, pelo companheirismo nesta jornada de conhecimento, em especial a Lu, Luana Góis, pela amizade construída para a vida em muitos momentos de compartilhamento, e a Priscila Fonseca, companheira de eventos e colega sempre solidária. Levo todos no coração!

Aos participantes da pesquisa que de forma voluntária contribuíram muito para esse trabalho.

Finalmente, àqueles que de forma providencial, cruzaram o meu caminho nesse percurso e contribuíram de alguma forma necessária. A todos, GRATIDÃO!

*“O trabalho educativo é o ato de produzir,
direta e intencionalmente, a humanidade que é
produzida histórica e coletivamente pelo
conjunto dos homens”.*

(SAVIANI, 2012)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral discutir as contribuições dos Servidores Técnico-Administrativos da Educação - TAEs, do Instituto Federal da Bahia - IFBA, *Campus Jequié*, para a formação omnilateral dos discentes. Para desvelar essa realidade, a fundamentação teórica foi embasada numa perspectiva histórico-crítica e progressista de educação e foi empreendida a pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental e de campo. Iniciou-se com as compreensões sobre formação omnilateral e politécnica, reflexões sobre o trabalho como princípio educativo e considerações sobre ética e o contexto social da Educação Profissional e Tecnológica - EPT; seguiu-se de um breve histórico da Educação Profissional no Brasil, considerando os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia - um novo modelo de EPT, nas suas dimensões política, pedagógica e profissional; e a seguir se discorreu sobre os Técnico-Administrativos em Educação - TAEs e a Gestão Educacional democrática e participativa. Por fim, seguiu-se a discussão e análise dos dados com as falas dos servidores técnicos. Os resultados revelam que os servidores TAEs participam ativamente como contribuintes em ações e atividades voltadas para os discentes, porém em sua maioria desconhecem as concepções norteadoras da formação integral do discente da EPT (omnilateralidade, politecnia e trabalho como princípio educativo). Por entendermos o trabalho como categoria fundante do ser social, como princípio educativo, salientamos a necessidade de uma formação nas Bases conceituais da EPT para os servidores Técnico-Administrativos, por meio de cursos ofertados pelo IFBA, para o exercício de uma práxis educativa com a intencionalidade crítica e política necessária aos discentes da EPT. E como requisito do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), propomos a elaboração de uma ferramenta eletrônica de comunicação que possibilita a disseminação de conteúdo educativo, acerca da temática explorada na pesquisa feita, em que pese concepções, conceitos, teorias e produções científicas relacionadas com a formação integral dos discentes (formação omnilateral e politécnica), contemplando conhecimentos prévios tornados conhecidos pela pesquisa de forma a ampliá-los ou na construção de conhecimentos ainda não descortinados por tais servidores, sempre na perspectiva progressista do fazer educação em um contexto capitalista e neoliberal.

Palavras-chave: Formação discente. Educação profissional e Tecnológica. Servidores Técnico-Administrativos em Educação.

ABSTRACT

This work has a general aim to discuss the contributions of the Technical-Administrative Education Servers – TAEs, of the Instituto Federal da Bahia (IFBA) [Federal Institute of Bahia], Jequié Campus, to the voluntary training of the students. To unveil this reality, the theoretical rationale was based on a historical-critical and progressive perspective of education, and qualitative, bibliographic and documentary, and field research was undertaken. It started with the understandings on transnational and technical training, reflections on the work as an educational principle and considerations on ethics and the social context of Educação Profissional e Tecnológica (EPT) [Vocational and Technological Education]; it followed a brief history of Professional Education in Brazil, considering the Federal Institutes of Education Science and Technology – a new model of EPT, in its political, pedagogical and professional dimensions; and then there was the discussion of the Technical Administrators in Education – TAEs. Finally, the discussion and analysis of the data followed the speeches of technical servers. The results reveal that the TAE servers actively participate as taxpayers in actions and activities aimed at the learners, but in their majority they are unaware of the concepts that guide the full training of the EPT professor (omnilaterality, polytechnics and work as an educational principle). As we see the work as a basic category of the social being, as an educational principle, we stress the need for training in the EPT conceptual bases for technical and administrative servers, by means of courses offered by the IFBA, in order to carry out an educational practice with the critical and political intentionality necessary for EPT students. And as a requirement of the Post-graduate Program in EPT (PROFEPT), we propose the preparation of an electronic communication tool that allows the dissemination of educational content, about the theme explored in the research carried out, in which it considers scientific concepts, theories and productions related to the full training of the learners (dual and polytechnic training), contemplating prior knowledge know by the research in order to expand them or to build knowledge not yet discovered by such servers, always in the progressive perspective of doing education in a capitalist and neo-liberal context.

Keywords: Formation students. Professional and Technological Education. Technical-Administrative Servers in Education.

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
EaD	Educação à Distância
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFs	Institutos Federais de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NAPNE	Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais
NUPE	Núcleo de Pesquisa e Extensão
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI	Projeto Político Institucional
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROLIBRAS	Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais
SECITEC	Semana de Ciência e Tecnologia
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TAEs	Técnico-Administrativos em Educação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE QUADROS

Capítulo III:

Quadro 1: Quadro funcional dos Servidores do IFBA, <i>Campus Jequié</i>	51
Quadro 2: Quantitativo de Servidores TAEs entrevistados por escolaridade do cargo...	52

Capítulo IV:

Quadro 3: Dimensões e conceitos/concepções que fundamentam a pesquisa	55
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	COMPREENSÕES SOBRE FORMAÇÃO OMNILATERAL E POLITÉCNICA	16
2.1.1	REFLEXÕES SOBRE TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	21
2.1.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE ÉTICA E O CONTEXTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO DA FORMAÇÃO DISCENTE NA EPT	26
2.2	BREVE HISTÓRICO DA EPT NO BRASIL	33
2.2.1	INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UM NOVO MODELO EM EPT	35
2.2.2	DA DIMENSÃO POLÍTICA, PEDAGÓGICA, FORMATIVA E PROFISSIONAL DOS IFs	38
2.3	OS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (TAE)	41
2.3.1	A GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	45
3	O PERCURSO METODOLÓGICO	49
3.1	DA ABORDAGEM METODOLÓGICA	49
	DO MÉTODO DA PESQUISA	49
3.1.2		
3.1.3	CARACTERIZANDO O <i>LÓCUS</i> DE INVESTIGAÇÃO: O IFBA <i>CAMPUS</i> JEQUIÉ	50
3.1.4	CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	51
3.1.5	DOS PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS	52
4	ANÁLISE DOS DADOS	54
4.1	METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DADOS	54
4.1.1	CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS, DISCUSSÃO E RESULTADOS DA PESQUISA	55
4.1.2	DIMENSÃO DA FORMAÇÃO OMNILATERAL E POLITÉCNICA	57
4.1.3	DIMENSÃO DA FORMAÇÃO ÉTICA NA EPT.....	67
4.1.4	DIMENSÃO INSTITUCIONAL	69
4.1.5	DIMENSÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	76
5	PRODUTO EDUCACIONAL	81
5.1	O BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO	81
5.1.2	O USO DOS BLOGUES NA EDUCAÇÃO	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
	APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL	94
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	98

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou discutir sobre as contribuições dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, *Campus Jequié*, para a formação crítica e politizada dos discentes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), numa perspectiva omnilateral, politécnica, levando em conta a compreensão, concepções e conhecimentos prévios desses servidores quanto às bases conceituais da EPT na dimensão progressista de educação.

Tem como ponto de partida a consideração da relevância da formação dos discentes da EPT no contexto da sociedade capitalista, com sua divisão do trabalho, em que o ensino técnico historicamente sempre foi subalternado e visto como uma educação profissional restrita, para formar o cidadão que produz e que manifesta submissão e adaptabilidade às demandas do mercado e do capital (FRIGOTTO 2007). Sobre essa premissa da formação discente, ressalta-se que a oferta de Educação Profissional e Tecnológica – EPT numa perspectiva omnilateral envolve uma formação humana e cidadã, integral, a fim de possibilitar que tais estudantes sejam sujeitos emancipados, socialmente autônomos, críticos e politizados no sentido mais amplo possível, a fim de construir seus projetos de vida como escolherem.

É importante salientar que a dualidade na Educação, educar para o pensar e educar para o fazer, é reflexo da divisão social do trabalho. No Brasil, remonta ao início da escolarização, e perpassa pelo seu legado escravocrata, onde o ensino profissional era feito no próprio ambiente de trabalho, de forma adestrada, e o saber científico era reservado para preparar os futuros dirigentes, era assim destinado às elites (MOURA 2007).

Tal dualismo é combatido por forças progressistas da educação, contrária ao enrijecimento das desigualdades sociais e a favor da universalização da escola unitária, para o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando da EPT, sua formação omnilateral (florescimento das suas faculdades espirituais e intelectuais de modo pleno) e politécnica, no sentido de incluir os fundamentos da técnica, todo o conhecimento subjacente aos processos de produção a que estes profissionais serão parte integrante (SAVIANI, 2007).

Assim, podemos constatar que na formação integral discente está envolvido o entendimento da relação trabalho e educação, e nesse contexto consideramos a dimensão ética, o aprimoramento do educando como pessoa humana, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, uma vez que ética e educação estão imbricadas.

Um entendimento ético é o que construirá a capacidade de decidir e agir de forma responsável, necessitando, portanto, da reflexão crítica permanente para salvaguardar a

liberdade individual e coletiva de submissões e manipulações escusas e indignas na vivência em sociedade (JOHANN, 2009).

Diante desses pressupostos, há que se considerar que todo o ambiente educacional é formativo, onde toda ação gera atitude, e nesta dimensão estão incluídos outros atores envolvidos no trabalho educacional além dos docentes: os Servidores Técnicos-Administrativos em Educação – TAEs, que também podem ocupar cargos de gestão na instituição de ensino. Esses são parte fundamental da Educação Profissional dos IFs.

Nessa perspectiva, esse trabalho buscou também identificar o grau de conhecimento de tais servidores quanto à formação discente na dimensão politécnica, omnilateral e como contribuem com ações voltadas para essa formação, juntamente com a gestão.

Há que se ressaltar que o estudo se deu tendo em vista a constatação da parca bibliografia acerca do trabalho do servidor técnico enquanto profissional da educação e da sua importância na concretização dos objetivos pedagógicos estabelecidos intencionalmente nas instituições de educação, e do ponto de vista social, a sua relevância se vincula à construção ou ampliação de conhecimentos dos Servidores Técnicos que se refletirão na prática do seu trabalho social e no exercício profissional ético como atores da educação.

O interesse na temática sobre formação humana, ética e cidadã da pesquisadora como Pedagoga ocupante de cargo técnico numa universidade pública foi um fator mobilizador para o desenvolvimento deste trabalho, que se justificou também pela proposta de conhecer a dinâmica do ambiente formativo em EPT num Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IF, em cuja institucionalidade se encontra o germe para a politecnicidade, conforme suas concepções e diretrizes delineiam: um novo modelo em EPT, uma nova institucionalidade.

No exercício profissional do seu cargo foi proporcionado à pesquisadora atuar num Núcleo de Pesquisa e Extensão em uma Universidade Pública, o que oportunizou o contato com os discentes em diversas atividades tais como: Projetos de Extensão, inserção em processos seletivos através de editais para monitorias e estágios, coordenação em semanas científicas, ingressos em programas de assistência estudantil e outros. Nessa vivência surgiram muitas inquietações sobre o papel do servidor técnico como colaborador no processo ensino e aprendizagem dos discentes e questionamentos sobre formas de atuação contributivas para a formação humana, ética, politizada e cidadã desses discentes.

Entendendo que somente uma formação técnica profissional no atual contexto capitalista de uma sociedade cindida em classes não é o motor propulsor para a transformação social para uma sociedade mais justa e igualitária, e, com base em conhecimentos adquiridos sobre concepções de educação omnilateral e politécnica, e do trabalho como princípio

educativo é que as discussões acerca de formação integral discente tomam forma e começam a ser produzidas neste estudo, com o enfoque na importante contribuição dos servidores Técnico-Administrativos em Educação – TAEs, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no processo de ensino e aprendizagem, que embora se dê de forma predominante em sala de aula, acontece também fora dela.

Assim, tendo em vista o que pressupõe um novo modelo de EPT dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, conforme constam em seus fundamentos, uma nova institucionalidade onde o germe para uma educação politécnica e omnilateral se apresenta, e tendo em vista que a relação ensino-aprendizagem não se dá somente em sala de aula em que os professores são os principais protagonistas, a problemática desse trabalho se inseriu nos seguintes questionamentos: os Servidores Técnicos do IFBA conhecem as premissas da EPT omnilateral, politécnica? Coadunam-se a este tipo de formação e atuam de forma afirmativa a esses pressupostos da EPT? Entendem os seus papéis sociais enquanto profissionais éticos num ambiente formativo? Quais as proposições para um maior envolvimento no processo educativo? Que tipo de gestão pode facilitar ações dos Servidores Técnicos para a formação dos discentes?

Tais questionamentos levaram ao problema: Os Servidores Técnicos do IFBA, *Campus Jequié*, enquanto atores da Educação Profissional e Tecnológica contribuem para a formação crítica e politizada dos discentes, numa perspectiva emancipatória e omnilateral como preconizam as bases conceituais da EPT?

Para a discussão desse trabalho, a pesquisa foi fundamentada no método estudo de caso, se valeu da abordagem qualitativa, fez uso de entrevistas semi-estruturadas como instrumento de coleta de dados, haja vista que na investigação social a entrevista é considerada como instrumento de excelência. Foram utilizadas questões abertas que permitem obter respostas pessoais, detectando o que o entrevistado pensa e ao mesmo tempo a sua competência no que está sendo pesquisado, com gravações autorizadas das entrevistas e posterior transcrição das falas, sendo vedada a publicação de nomes e ou autoria. A análise dos dados foi desenvolvida por meio da técnica de Análise de Conteúdo, com o processo de categorização das dimensões enfocadas no estudo e pesquisa.

Tendo em vista a carência de referências bibliográficas específicas acerca da temática sobre formação discente na dimensão do ambiente educativo envolvendo os Servidores Técnicos, a construção do referencial teórico deste estudo para o necessário entendimento das temáticas discutidas, recorreu, entre outros, aos principais autores que abordam: sobre as bases conceituais que fundamentam uma educação profissional omnilateral e politécnica, cujas reflexões são desenvolvidas e amparadas no materialismo histórico, quais sejam:

Ciavatta (2005); Frigotto (2007 e 2012); Manacorda (2017); Moura (2007); e Savianni (2003 e 2007); sobre Ética e educação com base nos teóricos: Arroyo (2007), Johann (2009), Savianni (2001), e Severino (2002); sobre Gestão educacional democrático-participativa tendo embasamento nos autores: Libâneo (2012) e Paro (2016); sobre os fundamentos dos Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia: um novo modelo em EPT – Concepções e Diretrizes: MEC/SETEC (BRASIL, 2010); LEI 11.892/2008 (BRASIL, 2008).

Como último objetivo específico a ser alcançado, foi desenvolvido material educativo como um Produto Educacional, sobre formação humana politécnica, omnilateral discente, sobre os IFs e um novo modelo em EPT, sobre Ética e Gestão.

Tal produto educacional elaborado e desenvolvido a partir desse estudo é uma ferramenta eletrônica de comunicação, um sítio eletrônico, ou Blog (contração dos termos em inglês Web e Log, que significa “Diário da Rede”), que é um espaço na rede mundial de computadores (Internet) que possibilita a publicação de textos e sua atualização periódica, incluindo vídeos e imagens. Assim, o Blog como produto educacional é usado como recurso pedagógico na devolutiva aos TAEs, facilitando a esses agregar conhecimentos acerca da temática explorada na pesquisa feita, em que pese concepções, conceitos, teorias e produções científicas relacionadas com a formação integral dos discentes da EPT (formação omnilateral e politécnica), contemplando conhecimentos prévios tornados conhecidos pela pesquisa de forma a ampliá-los ou na construção de conhecimentos ainda não descortinados por tais servidores, sempre na perspectiva progressista do fazer educação.

Por fim, destacamos que esta dissertação em sua fundamentação teórica considera a formação integral discente na EPT, trazendo compreensões acerca da formação omnilateral e politécnica, reflexões sobre o trabalho como princípio educativo, e reflexões sobre ética e o contexto social da formação discente na EPT; a educação profissional no Brasil, com um breve histórico, a criação dos IFs com um novo modelo em EPT, e suas dimensões política, formativa, pedagógica e profissional; os Servidores Técnicos em Educação e a Gestão Educacional, apresentando os TAEs e considerando a Gestão democrático-participativa. A análise dos dados discute as contribuições dos TAEs, *campus* Jequié para a formação omnilateral dos discentes da EPT, categorizando as quatro dimensões pesquisadas: dimensão da formação omnilateral e politécnica, dimensão da formação ética na EPT, dimensão institucional, e dimensão da gestão educacional democrática e participativa, analisando os dados colhidos e apresentando os resultados da pesquisa; e finalmente o Produto Educacional – O Blog como recurso pedagógico, define a devolutiva aos TAEs, do IFBA, *Campus* Jequié, delineando teoricamente tal produto em seu formato, conteúdo e temáticas exploradas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 COMPREENSÕES SOBRE FORMAÇÃO OMNILATERAL E POLITÉCNICA

A educação é uma atividade específica dos seres humanos. Diferente dos animais, somente o homem tem a capacidade de transcendência de situações que envolvam pontos de vista e opções pessoais para se colocar na perspectiva universal, em comunicação com outros homens. Em diferentes graus de maturação humana a educação é legitimada como uma comunicação entre pessoas livres que leva ao processo de promoção do homem, ou à sua formação humana (SAVIANNI, 2012).

É fundamental compreender como a formação do homem ocorre historicamente, e para tanto, as reflexões acerca da formação humana na educação sistematizada no contexto da Educação Profissional e Tecnológica - EPT exploradas neste trabalho estão amparadas na categoria de formação do pensamento marxiano da *omnilateralidade*, que enseja o homem pleno em seu trabalho produtivo e em sua vida em sociedade. Nessa concepção social do homem, a educação é a causa primária para a formação humana e o desenvolvimento integral do homem em todas as suas potencialidades.

Uma concepção sintética da omnilateralidade é dada por Frigotto (2012, p. 267):

Omnilateral é um termo que vem do latim e significa “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos.

Porém como se dá o desenvolvimento do ser humano e dos sentidos humanos? É algo abstrato, dado pela natureza? Ou são resultados de um processo histórico social? Vejamos como isso se dá examinando a relação trabalho e educação no contexto ontológico e histórico do homem.

Na abordagem do materialismo histórico dialético, o trabalho é uma atividade vital para o homem e é o meio pelo qual o ser humano incorpora a natureza ao campo dos fenômenos sociais ampliando suas necessidades do nível de sobrevivência até o surgimento de necessidades sociais (SAVIANI e DUARTE, 2012).

Porém, ao longo da história das sociedades ocorre a divisão do trabalho que condiciona a divisão da sociedade em classes e conseqüentemente a divisão do homem; é quando se dá a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, que segundo

Manacorda, “são as duas dimensões do homem dividido, cada uma das quais unilateral, são essencialmente as do trabalhador manual, operário, e as do intelectual” (MANACORDA, 2017, p. 77).

Essa divisão social do trabalho cria uma acepção negativa do termo “trabalho” em que o trabalhador unilateral e dependente, classificado como proletário, reúne todas as determinações negativas do homem, que é explorado como um ser que produz riquezas e cria valores, refina produtos, porém se torna mais pobre, mais desprovido de valores, mais embrutecido, tornando-se insensível, não avançando além desse desenvolvimento unilateral, mutilado, tudo isto imposto pelo trabalho alienado, que rebaixa a atividade humana de fim a meio. A mesma unilateralidade ocorre do lado dos que fruem a riqueza ou a classe dominante, os não trabalhadores, pois estes manifestam também alienação por considerarem a realização humana como realização dos seus caprichos e das suas ideias arbitrárias e extravagantes (MANACORDA, 2017). Dessa forma, “capitalistas e trabalhadores são, uns e outros subsumidos pela classe, membros de uma classe e não indivíduos”. (MANACORDA, 2017, p.80). Entretanto, embora a alienação esteja presente também na classe dominante, é importante salientar que, segundo Marx (1952, p. 236) citado por Manacorda (2017, p.87),

Pode-se, portanto, concluir que, neste quadro de uma humanidade dividida e, por isso, igualmente unilateral, em que, todavia, uma parte está excluída de toda participação nos prazeres e no consumo – dos bens materiais e intelectuais, evidentemente – e a outra tem privilégio exclusivo em nome do dinheiro, que trasmuta a estupidez em inteligência e torna valoroso o covarde, é à classe excluída que se deve ver como aquela que poderá libertar-se, e libertar consigo todas as demais, da alienação; na emancipação do operário está implícita a emancipação humana geral.

Constata-se, portanto que o sistema capitalista denunciado por Marx divide os homens entre os que trabalham e os que não trabalham e vivem do trabalho alheio. Antagonicamente, no modo de produção capitalista os que trabalham ficam excluídos de desfrutar das vantagens sociais e de um tempo livre maior para o usufruto dos bens materiais e intelectuais (todas as dimensões da vida humana: a arte, a cultura, a ciência), torna-se assim um homem limitado submetido aos ditames do capital, enquanto os que vivem do trabalho de outros usufruem de todos esses bens como tendo direito a não trabalharem produtivamente.

Sobre a forma de apropriação capitalista, Ponce (1989, p. 135) diz: “um regime em que o capitalista dá ao trabalhador muito menos do que o valor do objeto produzido”. Essa é

uma expressão que literalmente expõe a injusta divisão social do trabalho e a exploração das classes trabalhadoras pelo capital.

Isto é corroborado por Saviani e Duarte (2012, p.21), quando taxativamente mencionam que:

Nas sociedades divididas em classes antagônicas, os resultados da produção material realizada pelas classes dominadas beneficiam as classes dominantes. No caso da sociedade capitalista, uma parcela considerável dos produtos da atividade de trabalho é incorporada ao capital, ou seja, a apropriação dos produtos da atividade humana dá-se sob uma forma social que aliena esses produtos da classe que os produz.

Fica claro, portanto, que as relações de produção advindas da divisão social do trabalho impedem que toda a riqueza material e não material esteja a serviço da realização e do desenvolvimento da totalidade dos seres humanos (SAVIANNI e DUARTE, 2012). E a superação dessa realidade significa a superação da forma histórica do próprio capitalismo com o trabalho alienado, cuja produção não é apropriada pelo trabalhador, mas pertence ao capital.

Assim, contrária à unilateralidade, que consiste na alienação humana do homem por outro, que por sua vez aliena a sua própria natureza, a omnilateralidade implica “um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (MANACORDA, 2017, p. 88).

Esse desenvolvimento total envolve a disponibilidade humana em suas necessidades ou consumos, em suas vontades libertadas de servidões particulares, uma vez que a perspectiva marxiana da omnilateralidade está inserida na superação da alienação entre o trabalho e a manifestação da essência humana, produzida historicamente pela divisão social do trabalho, como sintetiza Manacorda (2017, p. 90):

A omnilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem sido excluído em consequência da divisão do trabalho.

Fica evidente que o modelo de produção capitalista é unilateral e diante da constatação de que o trabalho alienado exclui do homem o alcance do pleno desenvolvimento de suas potencialidades, o trabalho produtivo, no seu sentido ontológico, quando o homem transformando a natureza produz a sua existência, é o que dá a formação ao homem, que o humaniza. Conforme Saviani (2007, p. 154):

[...] o homem não nasce homem. Ele forma-se homem... Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir a sua existência. A produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo.

Assim, a perspectiva de formação omnilateral envolve a dimensão ontológica do trabalho, a manifestação humana livre que cria a realidade social, e tal formação é contrária a uma subsunção à dimensão produtiva do trabalho alienado no seu aspecto meramente econômico e contextualizado aos interesses do capital, forma histórica de atividade humana sob o capitalismo.

Dessa forma, a formação omnilateral visa à formação humana em todas as suas faculdades e potencialidades, e possibilita que o homem se afirme como ser social em sua individualidade reconhecendo-se no outro em suas relações sociais de forma coletiva e ainda assim livre em seu devir, visando à superação de uma sociedade capitalista dividida em classes, em oposição à unilateralidade que objetiva tão somente a formação do homem para o trabalho alienado, contribuindo para a permanência da perversa divisão social. Saviani e Duarte (2012, p. 22) asseveram:

Não há outra maneira de o indivíduo humano formar-se e desenvolver-se como ser genérico, senão pela dialética entre a apropriação da atividade humana objetivada no mundo da cultura (aqui entendida como tudo aquilo que o ser humano produz em termos materiais e não materiais) e a objetivação da individualidade por meio da atividade vital, isto é, do trabalho.

Uma compreensão maior da formação omnilateral mostra que em seu fundamento está a politecnicidade, cujo conceito é resultante da categoria trabalho em sua centralidade para a compreensão da vida em sociedade, como princípio educativo, conforme definido por Saviani (2003, p. 140):

Politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica.

De acordo com essa conceituação, o termo politecnicidade não tem o significado literal de múltiplas técnicas, antes, corresponde à compreensão, ao domínio dos conhecimentos científicos subjacentes das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno, significa que os fundamentos dos processos produtivos estão nas bases do conhecimento científico, que devem ser explicitados na educação profissional, para que essa não seja apenas um adestramento em técnicas de produção, mas que busque preparar os discentes para serem socialmente autônomos, sujeitos, conscientes da dimensão social em que estão inseridos, se entendendo como indivíduo que pode contribuir afirmativamente para sua sociedade, para a mudança, construindo seus projetos pessoais, entendendo a lógica do capital e do trabalho alienado e ainda assim podendo criticamente fazer suas escolhas buscando superar a alienação, de acordo com o que Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 35) salientam:

Portanto, o ideário da politecnia buscava e busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral.

Apreende-se, portanto, dos pressupostos de uma educação politécnica e omnilateral, que esta envolve conceber o homem em suas múltiplas dimensões como ser humano integral, o que conseqüentemente implica em que as ações formativas no âmbito das instituições não devem se limitar a uma preparação apenas técnica de seus discentes para a inserção no mercado de trabalho sem o desenvolvimento de conhecimentos significativos para a sua vida em sociedade, o que envolve uma educação que agregue ciência e cultura, humanismo e tecnologia, politização, criticidade, ensejando uma formação ampla, completa, integral.

O conceito de politecnia foi introduzido na história da educação brasileira na década de 1980 por meio de debate travado por educadores progressistas quanto à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica na formação básica, fazendo uma crítica ao modelo hegemônico do ensino técnico de nível médio que se centrava na contração da formação geral em benefício da formação específica (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005). Em outras palavras, o ensino técnico nos moldes hegemônicos visa uma formação voltada para os interesses do mercado, o que exclui a possibilidade dos estudantes de construir seus projetos de vida socialmente determinados, pois não tem em sua concepção a politecnia, não relacionam o conhecimento com a prática do trabalho, não explicitam as bases científicas dos processos produtivos.

Essa concepção hegemônica do ensino técnico sofre modificação com a revogação do Decreto nº 2.208/97, que preconizava uma organização curricular do ensino profissional própria e independente do ensino médio, objetivando tão somente a qualificação e habilitação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico (visava apenas habilidades e competências), pelo Decreto nº 5.154/2004 que trata da integração do ensino médio com a educação profissional técnica, ou ensino médio integrado.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 37), tal decreto em vigor “tenta resgatar a consolidação da base unitária do ensino médio, que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas”. A base unitária para a formação de politécnicos está fundamentada no trabalho como princípio educativo, uma vez que a

vinculação da educação à prática social é o fator determinante para uma formação ampla e integral.

O ensino médio integrado representa a ação de forças progressistas da educação brasileira e contém o germe para a politecnicidade, conforme se compreende nas palavras de Friigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.45):

A integração do ensino médio com o ensino técnico é uma necessidade conjuntural – social e histórica – para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores. A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p. 45).

Portanto, a concepção de omnilateralidade que envolve uma formação em todas as dimensões da vida e da politecnicidade no desenvolvimento de conhecimentos científicos que fundamentam os processos produtivos, são bases conceituais da educação profissional que preconizam o preparo de seus estudantes para que encarem todas as possibilidades de serem sujeitos emancipados, socialmente autônomos, críticos e politizados no sentido mais amplo possível, a fim de construir seus projetos de vida, dominarem a ciência integrando-a aos processos produtivos, e, sobretudo, contribuir para a transformação da estrutura social capitalista com sua divisão em classes.

Pelos pressupostos explanados, faz-se necessário o entendimento sobre a categoria trabalho como princípio educativo, uma vez que esse é o fundamento da base unitária para a formação omnilateral e politécnica, vinculando educação e prática social.

2.1.1 REFLEXÕES SOBRE TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O senso comum adotou o dito de “trabalho é meio de vida”, referindo-se ao trabalho remunerado como meio pelo qual o homem pode obter recursos financeiros desempenhando determinada atividade para manter a sua sobrevivência. Nesse pressuposto, trata-se de uma dimensão produtiva do trabalho alienado no seu aspecto meramente econômico, mercadológico. Porém, há que se compreender a mais ampla acepção do trabalho e sua estreita relação com a educação, reconhecendo-o como categoria fundante do ser social, pois é pelo trabalho que o homem produz a sua existência e torna-se homem. Como isto se dá?

O ser humano é o único que trabalha e educa. Diferente dos animais irracionais que se adaptam à natureza, o homem para produzir a sua vida, precisa agir sobre ela e transformá-la

a fim de suprir o que é necessário à sua sobrevivência. Savianni (1994, p. 2), assim define as origens do trabalho:

“O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a as necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isso podemos dizer que o trabalho define a essência humana. Portanto, o homem, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho. Isso faz com que a vida do homem seja determinada pelo modo como ele produz a sua existência”.

Diante dessa premissa, a categoria trabalho vai além do exercício profissional remunerado, engloba toda a ação do homem para produzir a sua existência e formação enquanto homem, e, essa produção é feita histórica e socialmente, haja vista que o ser humano é um ser gregário, um ser de relações. É importante salientar o quão determinante é o trabalho para a transformação do homem de ser biológico a ser social, pois é pelo trabalho que o homem se humaniza e constrói sua liberdade.

De acordo com o Dicionário da Educação Profissional em Saúde (2009), sob o verbete Trabalho como princípio educativo, temos a definição por Maria Ciavatta:

Princípios são leis ou fundamentos gerais de uma determinada racionalidade, dos quais derivam leis ou questões mais específicas. No caso do trabalho como princípio educativo, a afirmação remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano.

Na história da civilização humana temos as primeiras formas de trabalho com o modo de produção comunal, quando tudo era feito em comum, todos partilhavam e produziam sua existência em comum, daí passamos para o surgimento na antiguidade da propriedade privada dos meios coletivos de produção, ocorrendo a divisão entre proprietários e não proprietários, o que significou também a divisão social do trabalho, dividindo também os homens em classes. Chegando a idade média, temos o feudalismo, onde o campo era contraposto à cidade que produzia artesanalmente, e na época moderna surgindo o modo de produção capitalista, com a industrialização que rompe assim com a forma de produção agrária com suas relações predominantemente naturais feitas por laços consanguíneos, trazendo a concepção de sociedade e das relações sociais. (SAVIANNI, 2007).

Nessa trajetória o trabalho se encontra em todas as formas de socialização que os homens estabelecem desde o seu processo primitivo de convivência humana. Conforme Antunes (2009, p. 136): “O trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no centro do processo de humanização do homem”. Portanto, fica muito claro que o trabalho é elemento essencial na construção do ser, e é agindo sobre a natureza pelo trabalho, que historicamente o homem

produz a sua existência, produz também conhecimentos e dessa forma constrói a sua formação, e isto é um processo educativo.

Portanto, trabalho e educação não se dissociam, esta relação se dá concomitantemente em sentido ontológico e histórico: pela ação do próprio homem em produzir a sua vida, ao interagir com a natureza ele se forma, se educa, se torna homem, e o mesmo acontece ao desenvolver e aprofundar o trabalho em coletividade ao longo do tempo como ser social. Dessa forma se caracteriza a ação educativa pelo trabalho. Porém, a educação como dimensão social da vida humana sofreu transformações históricas que se relacionam com o modo dos homens produzirem sua existência.

É importante ampliar esse entendimento retomando o processo histórico da educação em sua relação com o trabalho, especialmente quando esse processo foi se modificando na medida em que o modo agrário de produção muda para o modo de produção capitalista e o trabalhador se desvincula da terra e se torna livre para vender sua força de trabalho (liberdade contraditória, pois sendo tirado do seu vínculo agrário fica sem meios de subsistência e é forçado a vender sua força de trabalho aos meios de produção capitalista). Nessa nova realidade, a agência educativa passa a ser a escola.

Assim, o trabalho determinou o surgimento do sistema de ensino em seu conjunto, quando a generalização da escola se impôs como exigência na sociedade contratual que é centrada na cidade e na indústria, visando o progresso e trazendo a necessidade da escrita tendo em vista o envolvimento da ciência nos processos de produção, e dessa forma, gerando uma expansão da escolaridade básica que abarcaria a todos de forma obrigatória, gratuita e leiga. Nesta perspectiva, a educação escolar se tornaria uma forma dominante de educação numa sociedade dividida em classes, o que explica a dualidade estrutural do sistema de ensino com a escola para a elite voltada para a formação intelectual e a escola para as massas com escolaridade básica e habilitações profissionais, ou o mínimo de instrução para aqueles que eram os trabalhadores, para a permanência da ordem social capitalista (SAVIANNI, 1994).

Vemos, portanto, que o desenvolvimento industrial foi o que determinou a transformação de uma educação de domínio eminentemente familiar e religioso, para um sistema escolar de dependência estatal¹. Dessa transformação se conclui que a educação é funcional ao sistema capitalista, pois a forma dominante e hegemônica torna a educação escolar parte do processo de reprodução desse tipo de sociedade, para manter o *status quo*,

¹ A institucionalização do sistema de ensino pelo Estado se deu sob a justificativa liberal de que a educação deveria ser considerada uma necessidade social, como um direito de todo o cidadão. E considerando o Estado um aparato a serviço da classe dominante, a educação se converteria em um instrumento de dominação ideológica, um meio para que a burguesia se consolidasse como classe hegemônica (LOMBARDI 2017, p. 608).

isto é, uma sociedade de estratos; isso ocorre num processo histórico onde o saber torna-se inacessível a muitos pelas relações de poder dominantes estabelecidas no modo de produção capitalista, nesse contexto a organização escolar passa a ser reflexo da forma como os homens organizam os processos produtivos.

Porém, é o trabalho em sua dimensão ontológica e formadora que tem o sentido educativo quando se entende que educação e trabalho se relacionam, e que formar o indivíduo integralmente vai além do que a divisão social do trabalho impõe, com a distribuição desigual do saber que intenciona a dualidade na formação de trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais, mantendo assim a divisão entre trabalho e educação.

Duarte define o alcance do trabalho educativo quando diz:

Ele produz, nos indivíduos singulares, a humanidade, isto é, o trabalho educativo alcança sua finalidade quando cada indivíduo singular se apropria da humanidade produzida histórica e coletivamente, quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação como ser humano, necessária à sua humanização. Assim, não existe uma essência humana independente da atividade histórica dos seres humanos, da mesma forma que a humanidade não está imediatamente dada nos indivíduos singulares. Essa humanidade, que vem sendo produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens, precisa ser produzida em cada indivíduo particular. O trabalho educativo se posiciona em relação à cultura humana, em relação às objetivações produzidas historicamente e sobre o processo de formação dos indivíduos, sobre o que seja a humanização dos indivíduos (SAVIANI e DUARTE, 2012, p. 50).

Conforme esclarecido por Duarte, a apropriação dos elementos culturais necessários à formação do ser humano e à sua humanização se dá histórica e coletivamente, e tais elementos não se restringem apenas ao conhecimento acumulado pela humanidade (conhecimentos científicos, intelectual, filosóficos, literários, físico e industrial), mas a uma cultura contextualizada ao tempo e a vida que possibilite ao indivíduo compreender a sua realidade, seu valor, e, tendo esse entendimento, saber se posicionar de forma crítica, política e cidadã diante de seus direitos/deveres, ser dono do seu devir, indivíduo e sujeito socialmente autônomo.

Para o desenvolvimento pleno das potencialidades do indivíduo, sua formação omnilateral, há que haver a universalização de uma escola unitária, que possa conduzir a tais ao florescimento das suas faculdades espirituais e intelectuais de modo pleno (SAVIANNI, 1994). A escola unitária foi assim chamada por Gramsci, ao se referir a uma escola comum e única, cujo modo de ensino não era oligárquico, de formar intelectualmente apenas a elite dirigente. Isso fica claro em suas palavras, quando escreveu:

Não é a aquisição de capacidades diretivas, não é a tendência de formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental. Se se

quer destruir essa trama, portanto, deve-se evitar a multiplicação e graduação dos tipos de escola profissional, criando-se ao contrário, um tipo único de escola preparatória (elementar-média) que conduza o jovem até os umbrais de escolha profissional, formando-o entretanto como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (GRAMSCI, 1968, p. 136).

Portanto, em consonância com o pensamento gramsciano, a escola única é uma escola desinteressada, ou seja, de caráter formativo, uma vez que uma escola profissional que visa os interesses práticos imediatos à lógica de produção irá perpetuar a divisão social do trabalho, não contribuirá para a formação omnilateral dos discentes, ao contrário resultará num enrijecimento das diferenças sociais, e essa é a argumentação do próprio Gramsci que no seu pensamento se preocupa com a elevação da consciência do senso comum à consciência filosófica das massas subalternas, processo esse que anda junto e é indissociável com as lutas econômicas e políticas da sociedade capitalista (MOCHCOVITCH 2004).

Savianni (2007, p. 159) deixa claro que “Conforme Gramsci, a escola unitária corresponderia à fase que hoje, no Brasil, é definida como a educação básica, especialmente nos níveis fundamental e médio”. Nessa concepção, a relação educação e trabalho (conhecimento e atividade prática) deve ser tratada de forma implícita e indireta no ensino fundamental e de forma explícita e direta no ensino médio, fase em que se deve explicitar como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo produtivo (ensino politécnico) (SAVIANNI, 2007) .

A escola unitária é o meio para que seja garantido aos filhos dos trabalhadores o acesso ao arcabouço cultural que possibilite a estes o desenvolvimento de suas consciências para interpretar todo o seu legado histórico e se definir diante dele.

Discorrendo sobre a escola única em Gramsci, Mochcovith (2004, p. 56), enfatiza que: “A escola democrática, que deve ser assegurada a todos pelo Estado, quando este é “ético” e “educador”, é aquela através da qual a sociedade coloca “cada cidadão”, em termos gerais e pelo menos “abstratamente”, na condição de se tornar “governante””. Isto revela também o caráter de politização que deve permear na escola unitária ou formativa, relacionando educação e cidadania, favorecendo assim o surgimento de intelectuais orgânicos que seriam como pontes para as massas no desenvolvimento de consciências críticas capazes de reivindicar seus direitos como cidadãos e de se posicionar de forma contra hegemônica.

Assim, a perspectiva progressista da educação profissional é da universalização da escola unitária, como descreveu Gramsci (1968, P. 118):

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibra equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Desta

orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.

O alcance da meta de universalização da escola unitária implica na construção de um sistema educacional unificado em consonância com as novas exigências da era da informação e do conhecimento, do avanço das tecnologias, cuja convicção crescente é de que o que importa é uma formação geral sólida, a capacidade de manejar conceitos, o desenvolvimento do pensamento abstrato, exigência posta pelo próprio desenvolvimento do processo produtivo, apesar dos obstáculos postos pelas relações sociais vigentes no alcance dessa meta. (SAVIANNI, 1994)

Diante dessa constatação, a cada dia fica mais evidente a relação entre trabalho e educação, e a centralidade do trabalho como prerrogativa humana, como sabiamente nos confirma Savianni (1994, p. 12):

O trabalho foi, é e continuará sendo princípio educativo do sistema de ensino no seu conjunto. Determinou o seu surgimento sobre a base da escola primária, o seu desenvolvimento e diversificação e tende a determinar, no contexto das tecnologias avançadas, a sua unificação.

Portanto, as concepções da omnilateralidade, politecnicidade e do trabalho como princípio educativo são bases conceituais imprescindíveis na construção da escola unitária cujo objetivo é uma educação integral dos estudantes da EPT, na formação de consciências críticas, possibilitando articular o fazer e o pensar, numa perspectiva humana e ética que ultrapasse a finalidade meramente instrumental, formando para a vida.

2.1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE ÉTICA E O CONTEXTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO DA FORMAÇÃO DISCENTE NA EPT

Para se relacionar Ética e Educação, faz-se necessário saber conceitualmente o que é Ética e a sua relevância na formação humana. Conforme Sánchez Vázquez (2003, p.23,24) assim a ética é definida: “A Ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade [...] seu objeto de estudo são os atos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em seu conjunto”.

Assim, ética é a reflexão sobre a moral e muitas vezes estas expressões são usadas como sinônimos, significando princípios e normas da boa conduta ou a própria conduta quando guiada por regras que conduzam a praticar o bem e evitar o mal, importando dizer que tal conduta, costume ou hábitos, não são inatos ao homem, mas como diz Saviani (2001, p. 24), “[...] são adquiridos ou conquistados pelos homens na medida em que, no processo de

produção de sua existência, eles travam relações entre si as quais os afetam reciprocamente. Os valores éticos ou morais se constituem, em suma, num processo de caráter educativo”.

Vê-se assim que a Ética está relacionada à ação humana nas relações com seus semelhantes e relaciona-se ao bem ou mal destas ações, numa constante reflexão acerca da moral vigente em cada sociedade. De acordo com Severino (2002), “A ética coloca-se numa perspectiva de universalidade, enquanto a moral fica sempre presa à particularidade dos grupos e mesmo dos indivíduos” (SEVERINO, 2002, p. 21), ou seja, a ética enquanto um conjunto de princípios e valores que guiam e orientam as relações humanas deve ter características universais, e tais princípios e valores precisam ser válidos para todas as pessoas, pois está envolvida a dignidade humana.

Concordemente, Chauí (2004, p. 435) ressalta que:

[...] embora toda ética seja universal do ponto de vista da sociedade que a institui (universal porque seus valores são obrigatórios para todos os seus membros), está em relação com o tempo e a História, transformando-se para responder a exigências novas da sociedade e da Cultura, pois somos seres históricos e culturais e nossa ação se desenrola no tempo.

Partindo destas premissas, fica assim evidente que a ética é uma ciência prática ou uma ciência da práxis humana, em outras palavras, é uma teoria que tem por objeto a ação e que vai além da obediência a alguma lei, é a reflexão do sujeito em relação ao que faz, como faz e para que o faz. Ela ancora-se na intencionalidade da ação, na relação da consciência para consigo mesmo, na integridade do ser humano frente a seus semelhantes e proporciona aos indivíduos a capacidade de julgar criticamente os apelos acrílicos da moral vigente, e é nesta perspectiva que se insere o processo educativo como “[...] uma das formas de mediação das mediações existenciais da vida humana” (SEVERINO, 2002, p. 25).

A ética está intrinsecamente relacionada com a educação, na concepção de processo formativo desta, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) em seu artigo 1º e parágrafos 1 e 2, que inclui a educação profissional, e quando no seu artigo 35, inciso III define como uma das finalidades do ensino médio “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

Segundo Saviani, a educação é um processo intencional de produzir no indivíduo a sua humanização, e esta é produzida pelo conjunto dos homens de forma histórica e coletiva quando estes produzem a sua existência pelo trabalho (SAVIANI, 2001). Além disso, o processo de transformação e desenvolvimento pleno do ser humano para que ele seja mais

humanizado, só ocorre pela mobilização de suas potencialidades, e a educação é o meio para isto, desta forma, fazer educação implica agir eticamente (JOHANN, 2009).

Assim, ética e educação não se dissociam. Conforme Saviani (2001, p. 19):

A educação é entendida como instrumento, como um meio, como uma via através da qual o homem se torna plenamente homem apropriando-se da cultura, isto é, a produção humana historicamente acumulada. Nesses termos, a educação fará a mediação entre o homem e a ética permitindo ao homem assumir consciência da dimensão ética de sua existência com todas as implicações desse fato para a sua vida em sociedade. Fará, também, a mediação entre o homem e a cidadania, permitindo-lhe adquirir consciência de seus direitos e deveres diante dos outros e de toda a sociedade.

Diante desse pressuposto, é importante ressaltar também que segundo os dispositivos legais a educação formal deverá estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996, art. 1º, §2º), desta forma tornando imprescindível a dimensão ética nas relações humanas para além dos muros da escola ou instituição, dimensionando o ato de educar como ato formativo e não apenas como instrução, como bem destaca Arroyo (2007, p. 4) “A preocupação com a formação do sujeito ético está na função do Formar/Educar, e não deve ser secundarizada ou eliminada do “ensinar”, “capacitar”, “habilitar” (mera preparação técnica)”. Assim, a prática da educação não é apenas uma prática educativa, mas uma prática social, e, neste respeito envolve o formar pessoas autônomas, conscientes dos seus direitos e deveres como participantes ativos na sociedade em que estão inseridos, e para isto está envolvidos intencionalidade e compromisso ético.

Portanto, ética e educação estão imbricadas, é imprescindível na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, que prepara o estudante para o mundo do trabalho dentro de um contexto capitalista e desigual, para o qual esse discente através de seus valores éticos possa refletir de forma crítica a fim de fazer suas escolhas de modo responsável, em consonância com o que expressa Johann (2009, p. 37): “Somente uma compreensão ética constrói a capacidade de tomar decisões e de agir com responsabilidade. A permanente reflexão crítica leva a salvaguardar a liberdade individual e coletiva de submissões escusas e de manipulações indignas”.

Considerando o avanço do saber científico e tecnológico e as transformações no mundo do trabalho que caracterizam a sociedade contemporânea, a Educação Profissional e Tecnológica tem sido cada vez mais, foco nas discussões de teóricos e militantes por uma educação integral e politécnica, contrários a uma EPT a serviço do capital, visto que o projeto da educação brasileira está dentro de uma sociedade capitalista desigual e excludente, que conforme Frigotto (2007, p. 1133), se configura como uma “[...] forma específica de

sociedade capitalista dependente e com inserção subalterna na divisão internacional do trabalho”.

Na questão formativa o enfoque da dimensão ética da educação objetiva a reflexão crítica sobre a moral e do exercício desta no alcance da formação omnilateral, politécnica e emancipatória da EPT, uma educação que promova uma formação humanística plena dos discentes e não apenas a instrumentalização acrítica para o exercício laboral, ao encontro do que diz Arroyo (2007, p.5): “A reflexão teórica, a preocupação prática com a ética e a formação moral somente cabe onde é reconhecida a função educativa”.

Entretanto, o embate pela formação integral na EPT será uma constante, tendo em vista o projeto societário capitalista e neoliberal vigente, o qual funciona não segundo a ética universal, mas segundo uma ética do mercado, que visa o lucro e a acumulação, conforme Saviani ressalta muito bem, denominando-a de “ética burguesa”, quando diz:

Não se pode, pois, dizer, que a sociedade atual carece de ética, de educação e de cidadania. O que ocorre é que ela tem uma ética, uma educação e uma cidadania que lhe são próprias e que estão referidas a alguns princípios gerais e abstratos que subsumem, entretanto, valores concretos que consubstanciam a forma de vida própria da sociedade burguesa. Assim, os princípios da liberdade, igualdade, democracia e solidariedade humana são subsumidos pelos valores do individualismo, da competição, da busca do lucro e acumulação de bens os quais configuram a moral burguesa que tem sua justificação teórica numa ética também burguesa, erigindo-se, sobre esses mesmos valores, a cidadania burguesa. (SAVIANI, 2001, p.36).

O que se constata é que no contexto atual há uma necessidade maior de se ressaltar valores éticos nos ambientes da educação profissional, através da politização e da formação crítica do discente e também, de extrema relevância, pelo reflexo de ações cotidianas de todos os profissionais no ambiente educativo, haja vista que esses alunos serão egressos para o mundo do trabalho e se confrontarão com a ética neoliberal que massifica e despersonaliza.

O art. 35, inciso III, da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB preconiza acerca das finalidades da educação: “[...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 1996, art.35).

Pensar a formação ética do discente da EPT envolve pensar a sua formação humana e cidadã, dimensionando a reflexão crítica sobre a moral e seu exercício para além do mundo do trabalho. Assim, não há que se prescindir de uma formação integral do aluno a favor de uma formação ética voltada estritamente para o seu profissionalismo, ou na “ética menor”, do mercado.

É indiscutível a importância da formação profissional do discente da EPT, que deve ser ofertada de modo que este educando tenha acesso aos meios científicos e tecnológicos do mundo do trabalho e possa utilizá-los com maestria para a produção da sua existência, dominando a ciência e integrando-a nos processos produtivos, como realização humana, e para o desenvolvimento da sociedade em que está inserido, mas a ética no seu sentido maior e mais amplo envolve a formação humana, que inclui e ultrapassa a dimensão profissional, não permitindo que essa formação profissional atenda apenas as demandas do mercado de trabalho na lógica da reprodução capitalista, numa mera racionalidade tecnológica que transforma o sujeito em objeto, com uma EPT que apenas instrumentalize os seus discentes.

Entretanto, na sociedade contemporânea capitalista e neoliberal a tendência hegemônica é para que as dimensões humana e profissional da ética na educação sejam dissociadas, tendo em vista o aluno que se quer formar para o mercado, enfocando tão somente aspectos comportamentais e habilidades para a inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, há uma contradição quanto à formação ética humanizadora e a formação profissional, a ética universal versus a “ética menor”, do mercado, como já explicitado. Assim, Johann (2009, p.87), pertinentemente questiona: “Quais as implicações éticas se ajustam a uma proposta educativa cujos objetivos são determinados pelas exigências de um mundo de produção e de consumo?”.

Os objetivos de uma proposta de uma Educação Profissional e Tecnológica baseados na lógica da razão instrumental terá como resultado numa formação ética dos discentes apenas enquanto parte para o exercício profissional desse na atual sociedade contemporânea capitalista neoliberal, individualista e competitiva que atribui o sucesso ou fracasso a esses egressos, como preconiza a Teoria do Capital Humano. Teoria que postula o crescimento econômico através da qualificação do trabalhador por meio da educação, numa concepção tecnicista sobre o ensino e a organização da educação como condição essencial para solucionar os problemas das desigualdades sociais. Essa concepção é inversa às injustas relações sociais capitalistas, com concentração de renda, monopólio da ciência e da tecnologia, aumento do desemprego estrutural e ampliação do trabalho precário. Os conceitos dessa teoria tiveram a missão de legitimar as formas de exclusão, sejam elas de cunho econômico, social, político ou educacional. Seus princípios, de fato, ao menos no Brasil, mascaram a pluralidade de motivos diretamente responsáveis pelo cenário de desigualdade social existente e que impedem o desenvolvimento dos trabalhadores e da nação (OLIVEIRA, 2014).

Nunes e Souza (2018, p. 719) destacam que “[...] uma formação ética que eleja a competição como principal pauta e que valorize atitudes que se alinhem ao sucesso dos negócios assume o discurso da ética neoliberal ou empresarial em detrimento da ética universal do ser humano”. Nesse contexto, será anulada uma formação ética no pleno sentido da formação humana integral, e este é o interesse hegemônico da sociedade contemporânea, quando a educação é tida como reflexo dessa realidade, na manutenção das desigualdades sociais, conforme explicitado por Saviani (2001, p.36):

[...] a educação é chamada, na sociedade burguesa, a realizar a mediação entre ética e cidadania, formando os indivíduos de acordo com os valores requeridos por esse tipo de sociedade. Assim, pela mediação da educação, se buscará instituir, em cada indivíduo singular, o cidadão ético correspondente ao lugar a ele atribuído na escala social.

Os princípios da ética universal, que preconiza igualdade em dignidade e direitos do indivíduo, são contrários a uma verticalidade que transforma o sujeito em objeto. A formação ética na dimensão humana envolve que o discente veja e atue no mundo de forma crítica e reflexiva, tanto no que se refere às questões próprias do mundo do trabalho, como quanto ao sentido do seu papel para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e nos caminhos que tal desenvolvimento pode levar enquanto humanidade (NUNES; SOUZA, 2018).

Frente ao cenário atual da sociedade capitalista, cujo modelo estimula o individualismo, a competição, o acúmulo de bens, resultando em desigualdades sociais cada vez mais exacerbadas e excludentes que ferem a dignidade humana, vê-se a necessidade do fortalecimento da formação ética dos discentes da EPT. Libâneo (2004, p. 46) considera que,

Até mesmo no campo político, ressalta-se a diminuição da crença na ação pública na solução dos problemas, descrença nas formas convencionais de representação política, aumento do individualismo, da insensibilidade social... Esses fatos lançam novas perspectivas sobre o sentido da formação da cidadania, uma vez que se faz necessário educar para a participação social, para o reconhecimento das diferenças entre os vários grupos sociais, para a diversidade cultural, para os valores e direitos humanos.

Os debates na educação sobre a forma de reprodução do capital com a capilaridade dos seus efeitos na sociedade contemporânea tem sido uma constante para teóricos e educadores contrários a essa lógica. Essa realidade é preocupante do ponto de vista educacional, quando se pretende uma transformação dessa realidade, o que compreende a formação ética dos seus discentes. As escolas ou instituições de ensino são ambientes formativos, e nessa finalidade a reflexão ética é indispensável e abrangente, conforme Arroyo (2007, p.3):

[...] as escolas se defrontam no dia-a-dia com a presença constante de um conjunto de dimensões que fazem parte do campo da formação do sujeito ético: a ordem, a disciplina, as normas, a justiça, o bem, os sentimentos, os afetos, a liberdade, o fazer

escolhas, a responsabilidade, o trabalho, a assiduidade, o companheirismo, a amizade, o cuidado, a sociabilidade, os valores, a verdade, as condutas, a felicidade, a culpabilidade, o castigo, a reprovação-aprovação, a consciência, os direitos e deveres etc. A educação, as escolas e seus profissionais mexem cotidianamente com esse conjunto de dimensões que fazem parte da reflexão ética.

Fica claro nas palavras de Arroyo que o conjunto das dimensões que fazem parte da formação do sujeito ético nas escolas ou instituições é vasto, e que seus profissionais se ocupam cotidianamente com esse conjunto, e nessa perspectiva ele considera que não há comportamentos pré-determinados num naturalismo moral, onde a cultura escolar classifique os sujeitos e os grupos, classes, raças e etnias, em morais ou imorais, moralizáveis ou resistentes, por outro lado assevera que a educação participa sim nos processos de formação moral e ressalta a responsabilidade da escola e dos seus profissionais na formação do sujeito ético (ARROYO, 2007).

Portanto, os fins a que se propõe uma Educação Profissional e Tecnológica poderão direcioná-la a uma verdadeira formação humana ética e integral. Isso envolve incorporar a responsabilidade da escola e dos seus profissionais na formação do sujeito ético (ARROYO, 2007 p. 4), numa formação que articule as duas dimensões da ética (humana e profissional) de forma a desenvolver valores imprescindíveis para a convivência humana, tais como a alteridade, a heteronomia, a autonomia no fazer escolhas com responsabilidade, a empatia, a relação solidária e horizontal entre indivíduos cidadãos e profissionais.

Libâneo ratifica esse pensamento ao enumerar os objetivos da escola no exercício de seu papel na construção da democracia social e política, e entre eles está o de desenvolver a formação para valores éticos, cuja finalidade é:

O quinto objetivo visa a propiciar conhecimentos, procedimentos e situações em que os alunos possam pensar sobre valores e critérios de decisão e ação perante problemas do mundo da política e da economia, do consumismo, dos direitos humanos, das relações humanas (envolvendo questões raciais, de gênero, das minorias culturais), do meio ambiente, da violência e das formas de exclusão social e, também, diante das formas de exploração do trabalho humano que subsistem na sociedade capitalista (LIBÂNEO, 2004, p.47) .

Portanto, entende-se que os ambientes da educação com todos os seus profissionais nas mais diversas funções podem contribuir significativamente para o fortalecimento da formação ética do discente. Isso é bem ressaltado nas palavras de Libâneo (2004, p.46):

É preciso a colaboração da escola para a revitalização da formação ética, atingindo tanto as ações cotidianas quanto as formas de relações entre povos, etnias, grupos sociais, no sentido do reconhecimento das diferenças e das identidades culturais. Além disso, ao lado do conhecimento científico e da preparação para o mundo tecnológico e comunicacional é necessária a difusão de saberes socialmente úteis, entre outros, o desenvolvimento e a defesa do meio ambiente, a luta contra a violência, o racismo e a segregação social, os direitos humanos.

Há que se entender que a sensibilidade ao caráter político das relações sociais no ambiente formal da educação é um dos pilares da formação discente, que só se consolida na dimensão ética (SEVERINO, 2002). Esta sensibilidade é o ponto em questão para um olhar mais abrangente dos profissionais nas suas ações cotidianas. Não somente na dimensão abstrata do exemplo, mas também de forma consciente e atuante os servidores estão incluídos no processo educativo, na politização e no fortalecimento da formação ética dos discentes até mesmo em suas rotinas laborais, direta ou indiretamente, quando questões institucionais, profissionais, de cidadania e que se relacionem ao valor da dignidade humana estiverem em cheque.

Conforme Severino (2002), a formação ética do discente não se dá pela imposição do doutrinamento ideológico alienante, antes a mediação na educação é uma constante, e em questões éticas, passa pelo esclarecimento que leva à compreensão, que por sua vez significa vivenciar um saber que toca o intelecto e também move a vontade, desnudando um sentido valorativo.

Esta mediação também acontece fora da sala de aula nos ambientes formais da EPT, e questões valorativas podem se apresentar nas mais diversas situações das relações humanas, são as chamadas mediações sócio-educativas.

Assim, a ética é imprescindível para o bem viver humano e o mundo do trabalho está envolvido nisso, o que significa que a ética profissional será um desdobramento da formação humana do sujeito moral, como tão bem enfatiza Johann (2009): “[...] um técnico preparado para uma atividade específica não poderá esconder o ser humano que a realizará. Isto implica os valores éticos de que se constituirá toda prática educativa” (JOHANN, 2009, p.90).

A formação omnilateral e politécnica remetem ao modo ético de viver em sociedade num convívio mais justo, mais equitativo, solidário e humano.

2.2 BREVE HISTÓRICO DA EPT NO BRASIL

Para compreendermos a importância da atual configuração da Educação Profissional, precisamos retomar às suas origens, que remontam ao século XIX. Conforme consta no Parecer nº16/99-CEB/CNE, a primeira notícia de um esforço governamental em direção à profissionalização data de 1809 quando um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o Colégio das Fábricas, e em 1816 com a criação da Escola de Belas Artes. Já em 1861 houve a criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, e em 1854 a criação dos Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos. Segundo Moura (2007, p. 6),

A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra-ordem dos bons costumes.

Ainda na perspectiva assistencialista e de contenção, surgem os Liceus de Artes e Ofícios em 1858 a 1886, nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo, Maceió e Ouro Preto. O que fica evidente na origem da educação profissional é a premissa de controle moral por parte do governo a uma camada social, neste caso aos filhos dos pobres, numa tentativa de diminuir a tensão social e, além disso, a prática de uma política de caráter assistencialista. Isto era reflexo de uma sociedade com o ranço do escravismo e da concepção de Estado naquele momento histórico, tendo em vista o modelo de sociedade agroexportador vigente, que ainda não demandava mão de obra mais qualificada.

Porém, em 1906, surge o embrião para as escolas de EPT, quando o ensino Profissional passa a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no Governo de Afonso Pena, com uma política de incentivo para preparação de ofícios, num esforço público de organização da formação profissional, visando a preparação de operários para o exercício profissional (MOURA, 2007). E assim, chegamos a 1909 com a criação do conjunto das Escolas de Aprendizes Artífices, cujo objetivo era “prover os desfavorecidos da fortuna”, conforme expresso no Decreto nº 7.566/1909, quando oficialmente se estabelece a Rede Federal de Educação no Brasil, no governo do então Presidente Nilo Peçanha, seguindo as ideias preconizadas por Afonso Pena.

Nos anos mais à frente, entre 1930 a 1945, quando da mudança para o modelo industrial, precisamente em 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, com a semente do capitalismo industrial nacional, com apoio pesado do Estado (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p. 10). É importante ressaltar que a iniciativa da criação de uma rede de escolas de formação para o trabalho vincula-se, assim, desde o seu início, tanto às necessidades concretas do mundo produtivo quanto às concepções ideológicas que orientam as ações das elites dirigentes em relação ao desenvolvimento nacional (PACHECO et al, 2009, p.4).

Ao avançarmos no tempo as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias, e precisamente no ano de 1959 são denominadas Escolas Técnicas Federais, numa proposta de intensificação gradativa da formação de técnicos como mão de obra indispensável diante da realidade que se apresenta: a aceleração do processo de industrialização (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p.11).

Uma nova configuração na economia acontece mundialmente a partir dos anos 80 com o processo de globalização e conseqüente intensificação das tecnologias nos processos de produção que também se reconfiguram e neste panorama se requer níveis de formação mais elevados. Esta realidade leva à transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica – CEFETs, abrindo caminho para que as Escolas Agrotécnicas sejam integradas neste processo, criação ocorrida através da Lei Federal nº 8.948/1994, que institui no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p. 12).

2.2.1 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIAS – UM NOVO MODELO EM EPT

Através da Lei nº 11.892/2008 os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia são criados, como política pública no ideário de Estado e sociedade em que foram concebidas, no então governo popular democrático vigente, como parte da expansão da rede federal de ensino e de educação profissional. Por política pública se infere, conforme Giovanni (2009, p. 4-5),

[...]como a forma de exercício do poder nas sociedades democráticas resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, incluindo também as relações sociais travadas no campo da economia, quando nesta interação se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como a forma, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal”.

Os IFs surgem como proposta de um novo modelo de EPT a partir dos potenciais já instalados nos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, nas Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e vinculadas às Universidades Federais. São instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, ofertam cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologias, licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Preconizam a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias e tem como meta que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao seu desenvolvimento educacional e socioeconômico, e seja um país mais justo. (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p.3)

Assim, o artigo 2º da Lei nº 11.892/2008 estabelece:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de

conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Em sua institucionalidade, os Institutos Federais se equiparam às universidades públicas, tendo como seu gestor máximo o Reitor, e sucessiva e hierarquicamente os Diretores de *Campus*; além disso, segundo a Lei nº 11.892 em seu art. 2º, § 3 “Possuem autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior” (BRASIL, 2008).

Após um período de governo neoliberal em que o fator econômico era o determinante no fazer pedagógico, os Institutos Federais surgem como uma possibilidade de quebra desse paradigma hegemônico da EPT a partir de uma política de governo que segundo suas concepções e diretrizes, trazem uma maior responsabilidade social, pois como governo democrático-popular é a legítima representação das forças sociais, e assim, o fazer pedagógico nesta nova proposta de EPT tem o seu foco voltado para a qualidade social.

Neste contexto, conforme o documento *Concepções e Diretrizes* evidencia em sua proposta, o Instituto Federal aponta para um tipo de instituição, identificada e pactuada com o projeto de sociedade em curso no país. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos com a finalidade de modificar a vida social e atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (BRASIL, MEC/SETEC 2010, p.18). Contudo, vale salientar que tal projeto se confronta com uma realidade contrária aos seus pressupostos, o capitalismo vigente na sociedade contemporânea.

Segundo o documento, as propostas político-pedagógicas dos IFs tem um caráter social predominante, visando a melhoria do padrão de qualidade da Educação Profissional em todo o território brasileiro, perpassando com ações de desenvolvimento territorial sustentável e na formação integral de cidadãos trabalhadores emancipados (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p. 14).

A concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos IFs deve basear-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p. 6). Segundo Pacheco (2010, p. 14),

Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste.

Além dos aspectos pedagógicos supracitados, em sua finalidade de democratização do conhecimento e de inclusão, contra as desigualdades regionais do país, os Institutos Federais estão presentes em todo o território nacional e assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para as regiões que polarizam, podendo estabelecer uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais (BRASIL, MEC/SETEC, 2010 p. 19). Desta forma, estão diretamente envolvidos no desenvolvimento local e regional do país, sem descartar a dimensão universal, numa junção entre o local e o global, entendendo que tal desenvolvimento não pode prescindir do domínio e da produção do conhecimento.

No seu desenho curricular está a verticalização do ensino pela oferta de diferentes níveis e modalidades de educação: ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, ensino técnico em geral, cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelados, programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, PROEJA e Subsequente.

Pacheco (2010, p.13) explica essa verticalização, quando diz:

Essa organização pedagógica verticalizada, da educação básica a superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado.

Em seus fundamentos, os Institutos Federais refletem um projeto de governo voltado para uma nova proposta de educação profissional, em que a inclusão social e a democratização de conhecimentos são imprescindíveis na construção de uma sociedade menos desigual e com mais justiça social, embora o contexto contemporâneo de uma sociedade capitalista dependente promova o contrário, com a sua lógica do mercado.

No que diz respeito ao atendimento de objetivos sociais e políticos das instituições escolares, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no seu fazer pedagógico enfoca na qualidade social, em que a inclusão social e a democratização de conhecimentos são imprescindíveis na construção de uma sociedade menos desigual e com mais justiça social.

Nesse contexto, o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como

compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (BRASIL, MEC/SETEC 2010, p.18).

Com um histórico de escravidão e colonização, o Brasil sempre refletiu na educação sua estrutura social de um país de desigualdades. Na EPT, isto se refletiu na oferta de uma educação profissional descontextualizada de uma formação integral, voltada apenas para a formação manual e técnica propiciada aos filhos da camada social menos favorecida em detrimento de uma educação propedêutica e intelectual para os filhos da elite, manifestando uma educação dualista.

Este caráter tecnicista de EPT foi conduzido pelo projeto societário brasileiro hegemônico que colocou a educação profissional a serviço do capitalismo, na preparação de mão de obra especializada para atender as demandas dos meios de produção, conforme Frigotto, (2007, p. 1131) “[...] uma educação profissional e tecnológica restrita (que adentra as mãos e aguça os olhos) para formar o “cidadão produtivo” submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado”.

Toda concepção e organização da educação se dão dentro de um projeto societário, e o histórico brasileiro demonstra um longo caminho do exercício do trabalho alienado da maioria de brasileiros, resultado de uma educação profissional pensada para o adestramento visando apenas os fins econômicos e as demandas do capital, sem levar em conta o princípio ontológico do trabalho, tampouco a formação integral do discente. Segundo Frigotto (2007, p. 1131):

Um dos equívocos mais frequentes e recorrentes nas análises da educação no Brasil, em todos os seus níveis e modalidades, têm sido o de tratá-la em si mesma, e não como constituída e constituinte de um projeto dentro de uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais.

Nesta perspectiva, a proposta do novo modelo de EPT preconizado pelos Institutos Federais, cujo enfoque é a qualidade social, mostra sua relevância no compromisso para com a efetivação de uma nova institucionalidade, levando em consideração os pressupostos de uma educação progressista.

2.2.2 DA DIMENSÃO POLÍTICA, FORMATIVA E PROFISSIONAL DOS IFs

Em sua concepção, os IFs foram pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação, e, enquanto política pública com o compromisso de pensar o todo como aspecto fundante da igualdade na diversidade nos seus aspectos social,

econômico, geográfico e social, além de se articular a outras políticas, tais como de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social, educacional, etc. (BRASIL, MEC/SETEC, 2010 p. 19).

Diferente de orientações de governos anteriores, neoliberais, os Institutos Federais fazem parte de um projeto progressista que tem a educação como compromisso de mudança social. São reflexos do projeto de sociedade que tem como meta a construção de uma nação soberana e democrática, no combate às desigualdades estruturais de toda ordem (BRASIL, MEC/SETEC, 2010 p.19).

O histórico da EPT evidenciou uma educação profissional de caráter funcionalista, voltada para a elevação capitalista com a oferta de mão de obra qualificada, numa relação subordinada à economia, o que segundo Frigotto (2007, p. 1133) ocorre no “projeto societário da burguesia brasileira”.

Assim, em seu fundamento, a dimensão política dos Institutos Federais também está engendradora na valorização do território, quando chega a lugares sem oferta de EPT permitindo o acesso à educação profissional a muitos excluídos socialmente numa inserção cidadã, através de uma rede de conhecimentos envolvendo cultura, trabalho, ciência e tecnologia. E neste contexto, visam o desenvolvimento local e regional, reconhecendo que tal desenvolvimento não pode prescindir do domínio e da produção do conhecimento. Sobre isto, o documento diz acerca da dimensão estratégica da expansão dos Institutos:

É imprescindível situá-los como potencializadores de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecimento, investigar o desconhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a tornar-se credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional (BRASIL, MEC/SETEC, 2010p. 22).

Portanto, fica evidente que os IFs em sua intencionalidade enquanto política pública, preconizam uma Educação Profissional e Tecnológica com um caráter mais inclusivo e democrático, voltado para o desenvolvimento de potenciais humanos num alcance social mais amplo, o que para sua consolidação envolverá empenho e resistência contra os moldes capitalistas existentes na sociedade contemporânea.

As propostas político-pedagógicas dos IFs tem um caráter social predominante, visando a melhoria do padrão de qualidade da Educação Profissional em todo o território brasileiro, perpassando com ações de desenvolvimento territorial sustentável e na formação de cidadãos trabalhadores emancipados (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p. 14).

A concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos IFs deve basear-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p. 6). Segundo Pacheco (2010),

Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste. (PACHECO, 2010, p. 14).

Além dos aspectos pedagógicos supracitados, em sua finalidade de democratização do conhecimento e de inclusão, contra as desigualdades regionais do país, os Institutos Federais estão presentes em todo o território nacional e assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para as regiões que polarizam, podendo estabelecer uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais (BRASIL, MEC/SETEC, 2010 p. 19). Desta forma, estão diretamente envolvidos no desenvolvimento local e regional do país, sem descartar a dimensão universal, numa junção entre o local e o global, entendendo que tal desenvolvimento não pode prescindir do domínio e da produção do conhecimento.

Nesta perspectiva os IFs se institucionalizam como locais de formação que refletem as contradições sociais existentes numa sociedade capitalista permitindo aos seus alunos interpretar a realidade desta sociedade e exercer a sua cidadania.

Assim, num alcance maior, a dimensão pedagógica dos IFs, conforme preconizada em suas concepções e diretrizes, busca:

[...] agregar à formação acadêmica e preparação para o trabalho (sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e a discussão dos princípios e tecnologias a ele concernente dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica: uma formação profissional e tecnológica contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida (BRASIL, MEC/SETEC, 2010 p. 26).

A dimensão formativa e profissional engloba aspectos humanos e técnicos, numa construção integral do sujeito emancipado, pois em todas as suas concepções e diretrizes, a proposta do novo modelo de EPT dos Institutos Federais contém o germe da politécnica, por se contrapor a uma EPT adestradora e dualista.

Há que se ressaltar também que a criação dos IFs é estratégica num momento histórico, em que as questões de inovações tecnológicas se apresentam no Brasil e a educação profissional e tecnológica passa a exercer um papel fundamental no crescimento do país (BRASIL, MEC/SETEC, 2010 p.31). Porém, em todas as suas concepções e diretrizes, as políticas para a educação proposta pelos IFs colocam-se para além do fator econômico, relacionando educação e trabalho numa perspectiva inclusiva e entendendo a educação profissional numa dimensão maior do que apenas formar para ocupar os postos de trabalho.

Como bem preconiza o documento (BRASIL, 2010):

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sem ignorar o cenário da produção, tendo o trabalho como seu elemento constituinte, propõem uma educação em que o domínio intelectual da tecnologia, a partir da cultura, firma-se. Isto significa dizer que as propostas de formação estariam contemplando os fundamentos, princípios científicos e linguagens das diversas tecnologias que caracterizam o processo de trabalho contemporâneo, considerados em sua historicidade (BRASIL, MEC/SETEC, 2010 p. 33).

Diante dessa premissa, a dimensão formativa profissional do educando da EPT nos Institutos Federais, conforme suas concepções e diretrizes pretende ensejar a formação de politécnicos, que segundo Saviani (2007, p.161) são “os que dominam os fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna”.

Em todo o documento das concepções e diretrizes dos IFs se encontra a proposta de que a formação humana e cidadã estejam vinculadas à formação profissional numa perspectiva emancipatória, pois objetiva formar o cidadão como agente político, capaz de compreender a realidade e ultrapassar os obstáculos que ela apresenta, para assim pensar e agir na perspectiva de transformação nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais imprescindíveis na construção de uma nova sociedade mais justa, igualitária, inclusiva e democrática (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p. 33,34).

Assim, diante dos fundamentos dos IFs em seu projeto original, pode-se concluir que se trata de um projeto que tem o germe da politecnicidade, cuja proposta tem em sua base unitária o trabalho como princípio educativo, o que por sua vez é determinante para uma formação integral dos discentes. Porém os Institutos federais têm como grande desafio se constituírem efetivamente numa instituição politécnica em meio ao projeto societário capitalista hegemônico.

2.3 OS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (TAE)

Os Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) são servidores públicos regidos pela Lei nº 8.112/90 (que dispõe sobre o Regime jurídico dos servidores públicos civis da

União, das autarquias e das fundações públicas federais), que em seu artigo 2º assim define: “servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público”, e no seu artigo 3º esclarece: “cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor”.

Tais Servidores ingressos no serviço público através de concurso de provas ou de provas e títulos em cargos de provimento efetivo ou de comissão formam um grupo ocupacional com direitos e deveres definidos em estatuto, cujo não cumprimento é passível de sanções e responsabilização. Como grupo ocupacional que exerce atribuições peculiares, se diferencia dos Técnicos Administrativos de outras instituições públicas, por isso são chamados Técnicos Administrativos **em Educação** (grifo nosso).

Os TAEs estão incluídos no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, instituído pela lei nº 11.091/05 que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino, vinculadas ao Ministério da Educação. O desenvolvimento profissional desses servidores é regulado por princípios, diretrizes e normas do PCCTAE, que é considerado um mecanismo da gestão governamental visando o desenvolvimento e consequente ascensão na carreira dos TAEs. São 10 (dez) os princípios e diretrizes estabelecidos no Plano de Carreira, conforme elenca a Lei nº 11.901/05, capítulo II, art. 3º:

- I. Natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino;
- II. Dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes;
- III. Qualidade do processo de trabalho;
- IV. Reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão;
- V. Vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições;
- VI. Investidura em cargo condicionada a aprovação em concurso público;
- VII. Desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais;
- VIII. Garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal;
- XIX. Avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários; e
- X. Oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas (BRASIL, 2005).

Nota-se nos princípios e diretrizes do PCCTAE que o desenvolvimento dos servidores técnico-administrativos e o desenvolvimento institucional se vinculam, portanto, o cumprimento dos objetivos institucionais está implicado na atuação de tais servidores, o que dá a dimensão da importância desses atores na instituição de ensino.

Os Servidores TAES tem seus cargos estruturados em 5 (cinco) níveis de classificação: A, B, C, D, E, conforme o art. 5º, inciso II, da Lei 11.091/05, “classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições “, e conforme artigo 8º, incisos I , II e III, da citada lei, entre as atribuições gerais dos cargos constam:

I - planejar, organizar, executar ou avaliar as **atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino**;

II - planejar, organizar, executar ou avaliar as **atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão** nas Instituições Federais de Ensino;

III - executar **tarefas específicas**, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de **assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão** das Instituições Federais de Ensino (BRASIL, 2005, grifo nosso).

Percebe-se por tais atribuições que o trabalho do servidor TAE é de apoio no ensino (Inciso I), porém lhe é permitido participar na pesquisa e extensão com o desenvolvimento de atividades técnico-administrativas(Inciso II), e no item III salienta tarefas específicas para assegurar a eficiência, eficácia e efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, o PCCTAE não relaciona as atividades do servidor técnico com o ensino de forma direta, mas estes, por participarem na pesquisa e extensão estão envolvidos no processo ensino e aprendizagem, estão educando de alguma forma, uma vez que utilizam sua formação, seus saberes nos projetos que desenvolvem, nas intervenções que promovem na instituição de ensino, entendendo a educação como processo que permite o desenvolvimento de potencialidades, que forma, que humaniza o homem.

Essas atribuições gerais citadas no art. 8º do Plano de Carreira, são o que diferenciam os TAEs dos servidores técnico-administrativos de outras instituições públicas, pois são atribuições peculiares da educação desenvolvidas no tripé ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino, e ressaltam a importância desses servidores para a consecução dos objetivos educacionais, como atores da educação pública sistematizada.

Outro ponto importante, é que como mecanismo de gestão, o PCCTAE possibilita o avanço dos servidores técnicos na carreira pela progressão por capacitação - com certificação de programas de capacitação compatíveis com o cargo ocupado, e por mérito – por meio da avaliação de desempenho, ambas podendo alcançando os níveis exigidos e dentro do interstício na Lei 11.091/05, e, possibilita também o incentivo à qualificação, quando esse servidor adquirir formação superior à exigida no cargo ocupado, conforme Capítulo V, artigo 10, parágrafos 1 e 2. Nessa premissa, a capacitação será uma constante para que o servidor

técnico tenha uma melhor atuação profissional e conseqüentemente tenha aumentos salariais nas mudanças de níveis da carreira.

É interessante considerarmos que o processo ensino e aprendizagem, atividade considerada “fim” da instituição de ensino, é também o que possibilitará ao servidor TAE alcançar o seu avanço na carreira (o que mostra o quanto esse servidor está comprometido com a educação e a formação advinda desta), e que esse processo pode se dar na mesma instituição em que o servidor está vinculado. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018), do IFBA, documento norteador da gestão, bem como, definidor da natureza da instituição, no tópico 2.5.5 GESTÃO, subtópico 2.5.5.1 Objetivos e Metas da Gestão, estabelece (entre os subtópicos subseqüentes os quais destacamos):

2.5.5.1.10 Promover o desenvolvimento profissional dos servidores docentes e técnico administrativos, mediante a valorização e a capacitação dos mesmos;

2.5.5.1.11 Estabelecer uma Política de Capacitação e Desenvolvimento Pessoal dos Servidores.

Vale ressaltar que as capacitações dos servidores técnicos são específicas para o seu cargo e formação e não há capacitação para atuarem no processo ensino e aprendizagem. Uma questão que precisa ser repensada pois, a divisão do trabalho educativo coloca o servidor técnico à margem do área de ensino o que é contrário ao sentido amplo da educação. Assim, destacamos as palavras de Tardif e Levasseur (2011, p.26-27) sobre a importância do trabalho técnico nas instituições de ensino:

“[...]o florescimento do trabalho técnico, das transformações da escola contemporânea e o trabalho docente...a emergência de inúmeros e novos agentes escolares suscita a questão de sua coordenação e de sua contribuição diferenciada numa obra comum: a escolarização dos alunos”.

Outro aspecto importante que diz respeito aos servidores TAEs são os seus deveres enquanto servidores públicos, e conforme a Lei 8.112/1990, em seu artigo 116, destacam-se o zelo e a dedicação no exercício do cargo, a observância das normas legais, o atendimento com presteza, a manutenção de conduta compatível com a moralidade administrativa, o tratamento com urbanidade às pessoas. Quando relacionamos esses deveres do servidor público em geral ao ambiente educativo, eles são muito mais ampliados e significativos tendo em vista que o servidor TAE está atuando num ambiente formativo.

Sobre a Ética, os servidores TAEs, como servidores públicos, estão submetidos ao Código de Ética profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Nacional – Decreto nº 1.171/74, que em seu artigo I preconiza: “A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia

e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público” (Brasil, 2013, p.10).

O Código de Ética ainda prevê Comissões de Ética nas Entidades e Órgãos do Poder Executivo Federal, conforme delineado no seu artigo XVI:

Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, **deverá ser criada uma comissão de ética encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e o patrimônio público**, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura (BRASIL, 2013, p. 14, grifo nosso).

Portanto, os servidores TAEs ao ingressarem no serviço público se comprometem de forma ética a desempenharem suas atribuições e cumprirem o que determina a legislação vigente que rege os seus cargos.

Há que refletirmos sobre o excelente trabalho desempenhado pelos servidores TAEs no âmbito das Instituições Federais de Ensino, a exemplo dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pois são atores da Educação Profissional e Tecnológica, agentes do processo educativo que juntamente com a Gestão e os docentes tem como meta atingir os objetivos pedagógicos estabelecidos pela instituição, ou seja educar, formar pessoas para o mundo do trabalho e para a vida.

Diante da premissa de um trabalho integrado entre gestores, técnicos e docentes, que tipo de gestão mais se adéqua ao ambiente educativo? Fazemos algumas considerações sobre Gestão educacional.

2.3.1 A GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

É importante ressaltar o papel da Gestão democrática e a participação de todos os atores da instituição educativa nas ações que envolvam o processo administrativo-pedagógico da instituição de ensino no ambiente educacional, uma vez que tal gestão é evocada no artigo 205, inciso VI, da Constituição Federal, como um dos princípios do Ensino, onde reza : “VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

A Gestão democrática tem como característica, como a própria denominação indica, a prática da democracia conforme Lima e Souza (2017, p. 94) destacam: “[...] a gestão democrática entende a participação como pressuposto para a melhoria do ensino-aprendizagem e da qualidade da tomada de decisões”. Apreende-se, portanto, que esse modelo de gestão valoriza a participação dos vários segmentos da instituição educacional, que são os

pais, professores, alunos e funcionários, para a consecução dos objetivos da instituição educativa. Assim, em suma, o componente fundamental da gestão democrática é a participação.

Sobre as várias concepções de organização e gestão escolares, o modelo de gestão democrático-participativo é o que mais se adéqua a um trabalho harmonioso entre todos os servidores de uma instituição de ensino, uma vez que compreende a organização escolar como cultura, ou seja, que ela é construída pelos seus próprios membros, num processo mediatizado pela realidade sociocultural e política mais ampla e que busca relações solidárias e formas participativas, valorizando os elementos internos do processo organizacional, quais sejam: o planejamento, a organização e a gestão, a direção, a avaliação, as responsabilidades individuais dos membros da equipe e a ação organizacional coordenada e supervisionada, isto porque precisa atender a objetivos sociais e políticos em relação à escolarização (LIBÂNEO 2012).

Paro (2016, p. 96) salienta que os objetivos políticos da instituição educativa são estabelecidos antes da atividade administrativa, que é o processo de atingi-los, concluindo que “[...] da constatação de que a educação, enquanto apropriação do saber, constitui já objeto da prática política na medida que potencializa os grupos sociais que a ela tem acesso para se colocarem em posição menos desvantajosa diante dos grupos que lhe são antagônicos”. Assim, a atividade administrativa é tida como prática mediadora que possibilita o alcance dos objetivos políticos e pedagógicos estabelecidos.

Portanto, podemos presumir que o trabalho de Gestores e Servidores Técnicos Administrativos se complementa para a consecução das ações planejadas, haja vista que nas ações educativas a prerrogativa da intencionalidade é de extrema importância, como bem destaca Libâneo (2012, p.453-454):

A escola, ao cumprir sua função social de mediação, influi significativamente na formação da personalidade humana; por isso são imprescindíveis os objetivos políticos e pedagógicos. Essa peculiaridade das instituições escolares decorre do caráter de *intencionalidade* presente nas ações educativas. Intencionalidade significa a resolução de fazer algo, de dirigir o comportamento para aquilo que tem significado para nós. Ela projeta-se nos objetivos que, por sua vez, orientam a atividade humana, dando o rumo, a direção da ação. Na escola, leva a equipe escolar à busca deliberada, consciente, planejada, de integração e unidade de objetivos e ações, além de consenso sobre normas e atitudes comuns.

Nesse pressuposto, o papel do Gestor nas instituições educacionais difere de outras formas de gestão ou direção, tais como as empresariais, pois como ressalta Libâneo (2012, p. 453), “Ele vai além da mobilização das pessoas para a realização eficaz das atividades, pois

implica a intencionalidade, definição de um rumo educativo, tomada de decisão ante objetivos escolares sociais e políticos, em uma sociedade concreta”.

A gestão especificamente capitalista tem como objetivo o lucro, mesmo que isto traga prejuízo à realização humana, por outro lado a gestão nas instituições de educação possui uma especificidade que a diferencia, pois há a exigência da permanente impregnação dos objetivos pedagógicos da instituição de forma que sejam alcançados, e **tais objetivos estão relacionados com a própria construção da humanidade do discente**, ou seja, sua atualização enquanto sujeito histórico nos saberes que distingue o homem do resto da natureza, o que é feito pela educação (PARO, 2016, grifo nosso). A instituição educacional forma pessoas, e, nesta concepção, não há nenhuma relação mercadológica, como se dá com a gestão empresarial que visa o lucro por meio da produção de seus produtos.

Nota-se, portanto, que a gestão ou direção tem um papel relevante na condução das ações educativas nas instituições, pois estão envolvidos objetivos significativos e todos esses estão direcionados ao fim da educação, que é a formação dos discentes. Uma gestão democrática se caracteriza pela descentralização, pela partilha do poder, e nessa perspectiva toda a comunidade da instituição educativa poderá contribuir na tomada de decisão através do diálogo coletivo, enfrentando juntos até mesmo condições adversas buscando superá-las, vencendo as dificuldades na promoção de relações humanas mais cooperativas e solidárias no interior da escola (Paro, 2016).

Juntamente com o pedagógico, o gestor da instituição educacional e os servidores técnicos podem se engajar em ações educativas promovidas no âmbito da instituição promovidas na área de ensino pelos docentes, e nas atividades de extensão, o que também propiciará um retorno pessoal e coletivo para os envolvidos na forma de aquisição de novos saberes, experiência, integração do grupo de trabalho e a comunidade acadêmica, desenvolvimento de talentos individuais em novas práticas, realização profissional, participação social e cidadã.

Numa concepção progressista da educação, uma estrutura horizontalizada de gestão deve promover a integração de todos os atores da instituição de ensino a fim de atingir os “objetivos educativos em seu todo”, como bem expresso por Paro (2016, p.125, grifo nosso):

É preciso que a escola seja adequadamente estruturada para atingir objetivos educativos em seu todo, quer em relação a suas atividades-meio (direção, serviços de secretaria, assistência ao escolar e atividades complementares, como zeladoria, vigilância, atendimento de alunos e pais), quer no que diz respeito à própria atividade-fim, representada pela **relação ensino-aprendizagem que se dá predominantemente mas não só em sala de aula**. O que se reivindica é uma organização escolar em que o trabalho e as relações em seu interior se deem de modo a não contradizer a característica democrática do próprio ato educativo

enquanto relação humano-genérica por excelência, pois é nessa relação entre *sujeitos* que se dá a apropriação do saber historicamente produzido, característica exclusiva da espécie humana.

Como salienta Paro, o processo ensino-aprendizagem também acontece fora da sala de aula, e isso se dá também no ambiente educacional, assim, a Gestão e os servidores podem participar de ações articuladas ao ensino, pesquisa e extensão. Além disso, formas de atuação da Gestão também se incluem para o fortalecimento da formação ética dos discentes, uma vez que não se pode negar a finalidade humana complexa da instituição formal de educação, seja ela profissional ou não.

Segundo Johann (2009),

Todo o processo de gestão escolar acontecerá como resultado da consensualidade. Uma organização ética será resultado de uma gestão marcada pela responsabilidade e pelo compromisso individual e coletivo... um projeto de gestão tem como desafio fazer de tudo para que sejam criados lugares de proximidade e de partilha na comunidade escolar (JOHANN, 2009, p.109).

Assim, a gestão democrática e participativa possibilita a construção de relacionamentos produtivos entre os profissionais na instituição educativa, o que propiciará a colaboração, a responsabilidade e o comprometimento ético, resultando num ambiente educacional harmonioso que contribuirá para a motivação e engajamento de todos os servidores nas ações que visem o alcance dos objetivos administrativo-pedagógicos definidos para a efetivação de uma educação comprometida com a formação omnilateral do discente da educação profissional. O reconhecimento e integração de todos os profissionais envolvidos no processo educativo no ambiente educacional são relevantes, na superação da dualidade na educação. É imperioso se pensar em como a instituição de ensino organiza as suas atividades para realizar os fins sociais da educação, favorecendo a participação dos diferentes grupos e pessoas envolvidas nas atividades institucionais em sua gestão (PARO, 2016).

3 O PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Considerando a complexidade dos fatos humanos, que segundo Laville e Dionne (1999, p.33), “[...] dificilmente podem ser considerados como coisas, uma vez que os objetos de estudo pensam, agem e reagem, são atores podendo orientar a situação de diversas maneiras”, a presente investigação cujo objeto foi o grupo dos Servidores Técnicos do Instituto Federal da Bahia, *Campus* Jequié, teve como técnica, a pesquisa de campo, de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 169), que a descrevem: “A pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro das variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los”. A investigação em pauta buscou discutir sobre as ações dos Servidores Técnicos e Gestão, *in loco*, no cotidiano educacional e a contribuição desses no processo formativo dos discentes.

A Pesquisa se valeu da abordagem qualitativa, conforme descreve Minayo, (2009, p.21):

A Pesquisa Qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Assim, de acordo com os objetivos da pesquisa de identificar o grau de conhecimento dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação quanto à formação discente na perspectiva politécnica, omnilateral, e na conseqüente atuação contributiva desses para a formação integral do discente da EPT, a proposta de uma pesquisa qualitativa contemplou essa investigação, visto que seu objeto foi “o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade” (MINAYO, 2009, p.21).

3.1.2 DO MÉTODO DA PESQUISA

O método utilizado para a pesquisa foi o estudo de caso. O estudo de caso, segundo Gil (2017, p.34), “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de

maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. E, segundo o mesmo autor, citando Robert Yin, “é reconhecido como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos” (YIN, Apud GIL 2017, p.34).

Nesse sentido, o estudo de caso contemplou a proposta de pesquisa, que teve como alvo o exame de um fenômeno contemporâneo, ou seja, as ações dos servidores para com a formação discente em consonância com as Bases conceituais da EPT e a proposta de uma nova institucionalidade dos Institutos Federais, tendo como amostra o IFBA, *Campus Jequié*.

Esta modalidade de pesquisa é amplamente utilizada nas ciências sociais, e um dos seus propósitos é o de explorar situações da vida real, como já mencionado, e cujos limites não estão claramente definidos, o que veio de encontro ao objetivo desse trabalho, ou seja, a investigação quanto às contribuições dos Servidores TAEs para a formação omnilateral dos discentes no contexto do IFBA.

Ainda de acordo com Goldenberg (1997, p.33), “O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de um caso concreto”. Desta forma, o método estudo de caso tem como vantagem a possibilidade do aprofundamento, dá margem a adaptações dos instrumentos de pesquisa e modificação na abordagem para exploração de elementos não previstos (LAVILLE e DIONE, 1999), o que contemplou esta proposta de trabalho, que explorou o dinamismo da atuação de profissionais técnico-administrativos, num ambiente educacional formativo.

3.1.3 CARACTERIZANDO O *LÓCUS* DE INVESTIGAÇÃO: O IFBA *CAMPUS* JEQUIÉ

A pesquisa teve como seu *lócus* o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA, *Campus* de Jequié, município localizado na região sudoeste da Bahia, no Território de Identidade Médio Rio das Contas que tem uma população estimada, no ano de 2017, em 162.209 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Conforme o PDI/IFBA (2014-2018, p. 61-62), descreve:

Jequié é conhecida por seu clima quente. Cercada de montanhas, a cidade é rica em minério de Ferro. A pecuária e a agricultura foram a base de todo o desenvolvimento desta região. Outro fator importante na economia do município é o Poliduto de derivados de petróleo e álcool, que proporcionou a implantação das bases de distribuição das maiores empresas do setor, tendo Jequié a condição de principal centro de distribuição de derivados de petróleo, indo até parte de Minas Gerais e Espírito Santo. O comércio da cidade é bem diversificado e absorve boa parte das

pessoas empregadas. O município tem uma posição estratégica na microrregião e é responsável por parte de seu abastecimento.

O IFBA *Campus* Jequié foi inaugurado no ano de 2011 (com suas atividades acadêmicas iniciadas em data de 21 de março de 2011), tendo sido incluído no processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que criou os 38 Institutos Federais no país, através da Lei nº 11.892/2008; oferece dois cursos Técnicos: Eletromecânica e Informática, ofertados nas formas Integrada (unindo ensino médio e ensino profissional para concluintes do 9º ano) e Subsequente (para profissionalização dos egressos do ensino médio, com duração de dois anos) e está localizado à Rua Jean Torres, s/n., Loteamento Cidade Nova, Bairro John Kennedy, Jequié/BA (IFBA/Jequié, 2017).

O *Campus* Jequié possui em seu quadro funcional 88 (oitenta e oito) Servidores conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Quadro funcional dos Servidores do IFBA, *Campus* Jequié

CATEGORIA	CARGO/FUNÇÃO	ESCOLARIDADE EXIGIDA POR CARGO/FUNÇÃO	QUANTITATIVO
PROFESSOR	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Superior	52
TAEs	Administrador	Superior	01
	Analista de Tecnologia da Informação	Superior	01
	Assistente de aluno	Nível Médio	04
	Assistente em Administração	Nível Médio	12
	Assistente Social	Superior	01
	Auxiliar de Biblioteca	Fundamental	02
	Contador	Superior	01
	Jornalista	Superior	01
	Médico	Superior	01
	Nutricionista	Superior	01
	Pedagogo	Superior	02
	Psicólogo	Superior	01
	Técnico de Laboratório	Médio Técnico	03
	Técnico de Tecnologia da Informação	Médio Técnico	01
	Técnico em Assuntos Educacionais	Superior	02
	Técnico em contabilidade	Médio Técnico	01
Tradutor	Ensino Médio Prolibras	01	
TOTAL DE SERVIDORES DO CAMPUS JEQUIÉ			88

Fonte: elaborado pela autora com base em dados fornecidos pela Coordenação de Recursos Humanos do IFBA, *Campus* Jequié (2019).

3.1.4 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da Pesquisa foram os Servidores Técnico-Administrativos em Educação – TAEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, ingressos

através de concurso público de provas e títulos, ocupantes de cargo/função, lotados no *Campus Jequié*.

A pesquisa intencionou entrevistar todos os 36 (trinta e seis) Servidores Técnicos do quadro de pessoal efetivo do IFBA, *Campus Jequié*, no entanto 05 (cinco) servidores não aceitaram conceder entrevista, 04 (três) servidores estavam afastados no período, e 06 (seis) servidores não tiveram disponibilidade para contribuir na pesquisa por demandas funcionais, totalizando assim 21 (vinte e um) servidores entrevistados, conforme o Quadro 2:

Quadro 2: Quantitativo de Servidores TAEs entrevistados por escolaridade do cargo/função

QUANTITATIVO DE SERVIDORES TAEs ENTREVISTADOS POR ESCOLARIDADE DO CARGO/FUNÇÃO	
Nível superior	11
Nível médio/médio técnico	09
Nível fundamental	01
Total	21

Fonte: elaborado pela autora com base no Quadro funcional de servidores do IFBA, *Campus Jequié* (2019).

Assim, a amostra significativa da pesquisa foi constituída da maioria dos servidores TAEs ocupantes de cargo com grau de escolaridade Superior, Médio e Médio Técnico, e um servidor ocupante de cargo de nível fundamental, que foram convidados a participar de forma voluntária das entrevistas semiestruturadas.

3.1.5 DOS PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Visto que o universo da pesquisa não foram somente os Servidores Técnicos em si, como também seus conhecimentos, suas práticas, comportamentos e atitudes quanto ao processo formativo dos discentes da EPT, a técnica de coleta dos dados escolhida fez uso de entrevistas. Porém, para o seu referencial teórico fez uso da análise documental das Concepções e Diretrizes dos IFs, criados a partir da Lei nº 11.892/2008, que institui o novo modelo em EPT, bem como outros documentos referentes aos Servidores Técnicos que se fizeram necessários e que serviram de base no desenvolvimento da temática explorada, tais como a Lei nº 8.112/90 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e a Lei nº 11.091/05 que dispõe sobre a Estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

De acordo com Laville e Dionne (1999, P.175), nos trabalhos de pesquisa as informações constituem as provisões de base, e conforme descreve,

[...] para coletar informações a propósito de fenômenos humanos, o pesquisador pode, segundo a natureza do fenômeno e de suas preocupações de pesquisa, ou consultar os documentos sobre a questão, ou encontrar essa informação observando o próprio fenômeno, ou ainda interrogar pessoas que o conhecem.

Na proposta desse trabalho, a pesquisa documental se deu como embasamento para se conhecer os fundamentos dos Institutos Federais, a sua nova institucionalidade, na qual se delineia um novo modelo de EPT, e os TAEs são parte efetiva na construção dessa nova realidade. Além disso, a Lei nº 8.112/90 e a Lei nº 11.091/05, documentos relevantes relativos aos Servidores Técnicos, também foram consultadas, o que ajudou a identificar mais detalhadamente o grupo que foi pesquisado.

Os instrumentos de pesquisa incluíram coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas, com questões abertas, aos Servidores TAEs. Segundo Mirian Goldenberg (1997), “A entrevista ou questionário são instrumentos para conseguir respostas que o pesquisador não conseguiria com outros instrumentos” (GOLDENBERG, 1997, p.90), o que foi imprescindível nessa pesquisa que buscou saber sobre ações formativas praticadas por determinado segmento numa instituição de EPT. Na investigação social a entrevista é considerada como instrumento de excelência por alguns autores, pois envolve uma conversação de natureza profissional que como ato social é validada pelo desenvolvimento da precisão, da focalização e da fidedignidade (LAKATOS & MARCONI, 2010).

Foram utilizadas somente questões abertas, com gravações autorizadas das entrevistas e posterior transcrição das falas, sendo vedada a publicação de nomes e ou autoria. Desta forma, a intenção dos instrumentos de pesquisa escolhidos para esse trabalho foi a exploração mais ampla possível das questões de pesquisa, que nesse caso utilizou a proposta qualitativa, e como bem diz Laville & Dionne (1997, p. 187):

Sempre em função da hipótese e das exigências de sua verificação, o pesquisador pode também reduzir o caráter estruturado da entrevista e torna-la menos rígida e menos constrangedora. [...] pode-se conservar a padronização das perguntas sem impor opções de respostas.

As entrevistas foram feitas no quantitativo da maioria dos Servidores TAEs, pois conforme Gil (2017, p. 109) “As entrevistas devem ser em número suficiente para que se manifestem todos os atores relevantes”, e dessa forma conseguiu-se obter a maior fidedignidade possível na coleta dos dados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise e interpretação dos dados constituem-se ambas no núcleo central da pesquisa (MARCONI & LAKATOS, 2010); a análise de dados da pesquisa foi considerada na forma literal, que é a forma que designa os dados não numerados e que são expressos em letras e palavras (no caso desse trabalho nas expressões dos entrevistados), e que são objetos de uma análise de conteúdo (LAVILLE e DIONNE, 1997). Temos o conceito de análise de conteúdo em Bardin, citado por Richardson:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não), que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, apud RICHARDSON et all, 2011, p. 223).

Em outras palavras, Richardson et al.(2011, p.223) sintetiza esta definição da análise de conteúdo como “[...] um conjunto de instrumentos metodológicos cada dia mais aperfeiçoados que se aplicam a discurso diversos.”

O que também é corroborado por Laville e Dionne, quando mencionam que:

A análise de conteúdo, já foi visto, pode se aplicar a uma grande diversidade de materiais, como permite abordar uma grande diversidade de objetos de investigação: atitudes, valores, representações, mentalidades, ideologias, etc (LAVILLE e DIONNE, 1997, p. 214, 215).

Esta pesquisa de abordagem qualitativa objetivou levantar as opiniões, atitudes e valores dos Servidores Técnicos do IFBA, *campus* Jequié, enquanto classe de trabalhadores da educação, concernente as suas ações para com a formação integral dos discentes, portanto, a análise de conteúdo foi essencialmente o procedimento mais adequado para o tratamento e a interpretação dos dados colhidos, e foi usada como técnica no procedimento de análise e interpretação dos dados da pesquisa, embora não se descartou, caso fosse necessário, a inclusão de informações coletadas que tenham contribuição significativa em sua forma numérica (estatística) para o bom desenvolvimento da pesquisa, como assegura Laville e Dionne:

As perspectivas quantitativas e qualitativas não se opõem então e podem até parecer complementares, cada uma ajudando à sua maneira o pesquisador a cumprir a sua tarefa, que é a de extrair as significações essenciais da mensagem (LAVILLE e DIONNE, 1997, p.225).

4.1.1 CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS, DISCUSSÃO E RESULTADOS DA PESQUISA

Nos procedimentos de interpretação dos dados foi utilizada a técnica da análise de conteúdo de Bardin, e foi procedida a categorização de tais dados em quatro dimensões, quais sejam: 1) Dimensão da formação omnilateral; 2) Dimensão da formação ética na EPT; 3) Dimensão institucional; e 4) Dimensão da Gestão educacional.

Essas quatro dimensões estão amparadas teoricamente nos conceitos e concepções que fundamentam o presente trabalho, numa perspectiva progressista de educação, conforme delineado no Quadro 3:

Quadro 3: Dimensões e Conceitos/Concepções teóricas que fundamentam a pesquisa

DIMENSÕES	CONCEITOS/CONCEPÇÕES
DIMENSÃO DA FORMAÇÃO OMNILATERAL E POLITÉCNICA	Educação omnilateral significa, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Oposto da unilateralidade que objetiva tão somente a formação do homem para o trabalho alienado, é uma formação que tem em seu fundamento a politecnicidade (domínio dos conhecimentos científicos subjacentes à técnica) e que tem o trabalho como princípio educativo (princípio ontológico do trabalho, característica transformadora da natureza pelo homem em meio de vida). (Ciavatta, 2005); (Frigotto 2007 e 2012); (Manacorda 2017); Moura (2007); (Savianni, 2003 e 2007).
DIMENSÃO DA FORMAÇÃO ÉTICA NA EPT	Formação do discente para a vida, para os relacionamentos entre as pessoas, para uma melhor convivência, para a participação social e política, para a cidadania. Reflexão crítica que leva a salvaguardar a liberdade individual e coletiva de submissões escusas e de manipulações indignas. Politização. Ética universal e profissional. (Arroyo, 2007); (Johann, 2009); (Savianni 2001); (Severino 2002).
DIMENSÃO INSTITUCIONAL	Diz respeito às Legislações que regem o trabalho dos TAEs (Regime Jurídico, PPCCTAE), e as Concepções e Diretrizes (fundamentos) dos Institutos Federais – IFs e Legislações institucionais do Instituto Federal da Bahia – IFBA (PDI, PPP) e se relacionam com os papéis sociais dos servidores técnicos na dimensão institucional. (Brasil, 1990) (Brasil, 2005) (Brasil, 2010); (Brasil, 2008).
DIMENSÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	Compreende a organização escolar como cultura, ou seja, que ela é construída pelos seus próprios membros, num processo mediatizado pela realidade sociocultural e política mais ampla e que busca relações solidárias e formas participativas, valorizando os elementos internos do processo organizacional, quais sejam: o planejamento, a organização e a gestão, a direção, as responsabilidades individuais dos membros da equipe e a ação organizacional coordenada e supervisionada, isto porque precisa atender a objetivos sociais e políticos em relação à escolarização. (Libâneo 2012); (Paro 2016).

Fonte: elaborado pela autora, (2019).

Antes de analisarmos os dados colhidos, é importante apresentar o perfil dos entrevistados, os servidores Técnico-Administrativos em Educação do IFBA, *Campus* Jequié. Trata-se de um grupo heterogêneo de diversas formações educacionais, composto por 13 (treze) servidores do sexo masculino e 23 (vinte e três) do sexo feminino, totalizando 36 (trinta e seis) servidores.

Nas apresentações individuais podemos constatar que tais servidores em sua maioria possuem graduação em nível superior, muitos com títulos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*), mesmo aqueles que ocupam cargos de nível médio ou médio/técnico, o que é relevante do ponto de vista da qualificação do quadro funcional.

Foi possível alcançar impressões diversas e percepções singulares dos servidores técnicos em suas falas, que revelaram seus valores e opiniões, outras leituras, muito esclarecimento acerca de seu papel enquanto servidor com seus direitos e deveres garantidos em lei, que buscam sempre se capacitar, e que se mostram sempre abertos a novos saberes.

Por ser um quadro muito qualificado, destacamos a unidade enquanto categoria (o que foi visto em muitas falas cruzadas nas entrevistas, e em muitos anseios comuns partilhados), e o comprometimento demonstrado com suas atribuições, ocorrendo até mesmo o cancelamento de entrevistas em razão do atendimento às demandas laborais, que não tornou possível a alguns reservar tempo em sua agenda diária para contribuírem com a pesquisa.

Constatamos assim que a categoria dos TAEs do IFBA é muito bem representada no *Campus* de Jequié, o que proporcionou à pesquisadora realizar a pesquisa sem quaisquer dificuldades ou resistências por parte desses servidores, que demonstraram pleno entendimento da proposta e manifestaram concordância voluntária em participar de forma cordial e profissional. Suas contribuições, em contrapartida, resultaram também em aprendizado para a pesquisadora, que descortinava conhecimentos práticos da EPT pela experiência em conhecer um ambiente institucional da Rede Federal de Educação.

Após essa breve consideração, procederemos à discussão e resultados da pesquisa realizada por meio da categorização feita, com a definição das quatro dimensões: da formação omnilateral, da formação ética, da dimensão institucional e da gestão educacional democrática e participativa. Para manter o sigilo do participante, assegurando a privacidade dele quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, conforme previsto no Termo de consentimento livre e esclarecido, os nomeamos com o substantivo ENTREVISTADO, seguido de um numeral ordinal que caracterizou a sequência das entrevistas.

4.1.2 DIMENSÃO DA FORMAÇÃO OMNILATERAL E POLITÉCNICA

Os questionamentos sobre compreensões da formação omnilateral e politécnica objetivaram na pesquisa, verificar o grau de conhecimentos dos servidores Técnicos Administrativos em Educação – TAEs, quanto à formação integral dos discentes da educação profissional, tendo como pressupostos as bases conceituais da EPT envolvendo Conceitos e concepções de Omnilateralidade, Politecnicidade e do Trabalho como princípio educativo. Foram ouvidos 21 (vinte e um) servidores TAEs e um percentual de 85,7%, a maioria dos entrevistados, mostrou desconhecimento quanto aos conceitos e concepções da omnilateralidade, politecnicidade e trabalho como princípio educativo. Alguns até mencionam que já ouviram as expressões, mas não sabem explicar o que significam, e as relaciona a alguma premissa da EPT. Sobre Omnilateralidade e politecnicidade, algumas expressões foram:

Nunca ouvir falar. (ENTREVISTADO 1, 2019)

Formação mais ampla envolvendo competências... (ENTREVISTADO 3, 2019)

*Pode ser que tenha ouvido falar, mas não lembro o contexto das palavras [...] **politecnicidade deve se referir a múltiplas formações técnicas.*** (ENTREVISTADO 4, 2019, grifo nosso)

*Ouvi esses termos há um tempo mas **eu não sei o que significam**, mas parece se relacionar ao sujeito crítico e emancipado que a EP do IFBA busca promover..* (ENTREVISTADO 7, 2019, grifo nosso)

*Já ouvi falar, mas assim com exatidão não sei te explicar agora não... eu vi a reitora até comentando sobre isso que hoje é o nosso propósito dentro do Instituto. Porque antes a gente via a EPT estava posta pra atender apenas uma massa pobre, e hoje a gente vê que a EPT toma um novo rumo diante de toda a tecnologia, **penso que a politecnicidade é algo que ainda está em construção...*** (ENTREVISTADO 8, 2019, grifo nosso)

O termo omnilateral eu não sei, mas a educação politécnica acho que realiza cursos que envolva uma multidisciplinaridade, várias capacidades... (ENTREVISTADO 10, 2019)

Omnilateralidade parece algo de um lado só [...] não sei a amplitude do sentido [...] politecnicidade é o aluno além do ensino médio sair com formação profissionalizante específica para o mercado de trabalho. (ENTREVISTADO 11, 2019, grifo nosso)

Não, nunca vi essa expressão... (ENTREVISTADO 16)

*Já ouvi falar, mas **não tenho um conhecimento mais teórico, não é a minha área, não sei...*** (ENTREVISTADO 20, grifo nosso)

Diante das expressões colhidas, foi verificado que em sua maior parte, os servidores TAEs não tem uma compreensão plena do conceito marxiano da omnilateralidade, que segundo Manacorda (2017, p.88) implica “um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação”, e que está inserido na superação da alienação entre o trabalho e

a manifestação da essência humana, produzida historicamente pela divisão social do trabalho. A formação omnilateral é a formação humana em todas as suas faculdades e potencialidades.

Ficou também evidente que tais servidores concebem a politecnicidade no sentido literal da palavra, pelo prefixo “poli”, no sentido de múltiplas técnicas, o que não é condizente com o conceito de politecnicidade tão bem definido por Saviani (2003, p. 140), quando diz:

“Politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica.”

Porém, é importante ressaltar que um percentual de 14,3%, portanto uma minoria de servidores possui algum conhecimento acerca da formação omnilateral e politécnica, quando em suas falas correlacionam o “ensino médio integrado”, a “formação do sujeito como um todo”, o que inferimos ser resultado da formação acadêmica em cursos de graduação na área de educação e outras leituras sobre formação humana, e pelo exercício em área pedagógica ou afim, exercendo atividades que se relacionam diretamente com os discentes. Algumas expressões afirmativas foram:

A gente tem como princípio dessa formação o ensino médio integrado, mas a gente ainda não está na politecnicidade, na omnilateralidade, a gente está caminhando pra chegar lá... nosso princípio está em qualificar para o trabalho e transformar para a vida: formação crítico-reflexiva. (ENTREVISTADO 2, 2019, grifo nosso)

Formação laboral, mas sem se descuidar da formação do sujeito. (ENTREVISTADO 9, 2019, grifo nosso)

Educação que contemple o sujeito como um todo, porém a gente não conseguiu atingir por ter muitos profissionais na sala de aula que não tem uma leitura/formação pedagógica... (ENTREVISTADO 21, 2019, grifo nosso)

Quanto à concepção de Trabalho como princípio educativo, Maria Ciavatta (2009) salienta que essa remete à relação trabalho e educação, quando se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ato humanizador no desenvolvimento pleno das potencialidades humanas. Compreende o trabalho no seu sentido ontológico, quando o homem transforma a natureza para produzir sua existência.

Quando perguntado aos TAES sobre suas compreensões acerca do Trabalho como princípio educativo, tivemos uma devolutiva de um percentual de 81%, a maioria, que disseram não saber responder, ou em alguns casos, relacionaram essa concepção ao profissionalismo ou empreendedorismo, conforme as seguintes falas:

Também nunca ouvi falar... (ENTREVISTADO 1, 2019)

Não, não lembro não... (ENTREVISTADO 7, 2019)

Acho importante inserir o indivíduo desde cedo no mundo do profissionalismo, do empreendedorismo... (ENTREVISTADO 10, 2019, grifo nosso)

Nunca ouvir falar... [...] talvez seja permitir que o outro experimente, exercite, pratique na sua formação. (ENTREVISTADO 11, 2019)

[...] Trabalho como profissão, papel fundamental para a vida do ser humano, ociosidade dá margem pra muitas coisas ruins e negativas... (ENTREVISTADO 17, 2019, grifo nosso)

Profissionalização, o aluno se capacitar, se qualificar para dar o melhor... (ENTREVISTADO 18, 2019, grifo nosso)

A questão do trabalho é muito importante, alunos com muito entretenimento na internet não aprendem no trabalho como antigamente... (ENTREVISTADO 19, 2019)

Assim, apesar da maioria não ter expressado conhecimento coerente sobre a concepção de Trabalho como princípio educativo, voltamos a destacar que um menor número de servidores TAEs, no percentual de 19% mostrou algum entendimento sobre essa concepção, e, novamente, são aqueles cuja formação facilita esta compreensão e por outras leituras no contexto da formação omnilateral da EPT, vale ressaltar que esses servidores técnicos trabalham diretamente com os discentes, como as seguintes declarações expõem:

Se refere ao fazer como fonte de aprendizagem - aprendizagem humana e nas relações de trabalho. (ENTREVISTADO 2, 2019, grifo nosso)

Quando a gente pensa no marxismo, o que é o homem? é o produto do trabalho físico e intelectual atrelado à educação, à perspectivas... (ENTREVISTADO 8, 2019, grifo nosso)

É no fazer que a gente vai construindo outros conhecimentos, no fazer inerente ao trabalho, considerando o trabalho um ato de produção... (ENTREVISTADO 9, 2019)

Trabalho como algo que tem uma relevância social nesse sentido de princípio educativo - formação, como qualificação mais do que técnica, de relevância social... (ENTREVISTADO 21, 2019, grifo nosso)

Diante da constatação da realidade pesquisada, podemos perceber que os servidores TAEs do IFBA, *Campus Jequié*, que atuam principalmente em atividades administrativas e burocráticas não conhecem os pressupostos das bases conceituais da EPT no que concerne à formação integral dos discentes, e, alguns se voltam estritamente para o desempenho técnico do cargo, principalmente aqueles cargos que exigiram formação técnica específica e cujas formações não incluem as humanidades. Alguns, de forma tácita, evidenciaram não haver necessidade de conhecer as bases conceituais da EPT uma vez que para o desenvolvimento de suas funções administrativas e burocráticas é desnecessário tal conhecimento, entretanto, outros mostraram interesse em conhecer tais premissas solicitando maiores explicações sobre as questões feitas, buscando apreender mais conhecimento da temática pesquisada.

Porém, podemos ver que isso se diferencia nos cargos que se relacionam diretamente com os estudantes, pois na fala desses servidores fica subtendido algum saber sobre as bases

conceituais da EPT, e uma preocupação com o resultado do exercício de suas funções, tendo em vista que trabalham com e para os discentes e primam pelo comprometimento que têm com a formação desses, se reconhecendo como contribuintes para o processo formativo na instituição de ensino a que fazem parte, demonstrando ter a percepção da necessidade de uma formação crítica, politizada e cidadã dos discentes da educação profissional.

Ainda na Dimensão da formação omnilateral, o presente estudo buscou averiguar de que forma os servidores TAEs estão contribuindo em ações voltadas para a formação discente, e nesta perspectiva foi questionado quanto à participação em cursos de capacitação que se relacionam ao trabalho discente. A maior parte dos respondentes, 71,5%, declarou não ter participado em nenhum curso relacionado ao trabalho com os estudantes, e que fizeram cursos sempre voltados para as atividades que desenvolvem em seus cargos técnicos, o que é muito natural tendo em vista a previsão no PCCTAE da necessidade de certificação em cursos que se correlacionem com suas atribuições para o desenvolvimento na carreira. Algumas expressões foram:

Não. Para trabalho com os alunos não, tive na área administrativa, curso específico. (ENTREVISTADO 4, 2019, grifo nosso)

Aqui no IFBA não, na universidade a gente tem muita coisa: congressos, seminários, então tinha a possibilidade de participar. Aqui não. (ENTREVISTADO 10, 2019, grifo nosso)

Não, nesse sentido de lidar com o aluno não, nunca fui ofertada e nunca pensei em me capacitar tecnicamente, mas a gente busca ter alguns valores e princípios para trabalhar e lidar com os profissionais e também com os alunos. (ENTREVISTADO 12, 2019, grifo nosso)

Não. Todos os treinamentos, capacitações que eu tive sempre foram voltados para a área técnica, nenhum voltado para relacionamento pessoal ou interpessoal de uma área técnica e alunos. Penso também que isso é importante, a gente como parte do processo... (ENTREVISTADO 13, 2019, grifo nosso)

Não passei por nenhuma capacitação para o aluno no IFBA... eu também nunca procurei. Não posso dizer que o IFBA não oferece, porque eu também não corri atrás dessa parte... (ENTREVISTADO 18, 2019, grifo nosso)

Acredito que não, eu participo mais de atividades de aprimoramento técnico, congressos, mas voltado para educação ou pedagogia não. (ENTREVISTADO 20, 2019, grifo nosso)

É interessante ressaltar que nas expressões citadas estão incluídos alguns servidores que em suas atribuições lidam diretamente com os alunos, porém buscam através de seus valores e princípios, trabalhar com os estudantes da melhor forma possível, como fica subentendido na fala do ENTREVISTADO 12.

Sobre os servidores que participaram em cursos relacionados aos alunos, encontramos o percentual de 28,5%, que informam que os cursos realizados, na maior parte foram na área

da educação inclusiva, em especial em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, oferecido no próprio *Campus* de Jequié, que tem em sua comunidade acadêmica alunos surdos. Outros servidores se referem à especialização e mestrados na área da educação e outros cursos. Transcrevemos algumas falas que comprovam isso:

Já participei de qualificação e capacitação. Especialização no IFBA em Conquista em EJA (Educação de Jovens e Adultos) e mestrado na reitoria PROFNIT, ambos ligados diretamente ao discente, com o objetivo de fomentar a extensão, a inovação por meio desses cursos... (ENTREVISTADO 3, 2019)

Eu fiz a licenciatura durante o meu trabalho e agora fazendo o mestrado na área de educação, mas não foi pelo IFBA. Fiz curso de LIBRAS aqui mesmo no campus. Outros foram pra progressão na carreira... assim cursinhos online. (ENTREVISTADO 6, 2019, grifo nosso)

Fiz cursos de capacitação em língua estrangeira e metodologia científica, estes foram oferecidos pelo IFBA e me ajudaram no mestrado. Pra minha área tem cursos no IFBA de Salvador, mas lá fica complicado, é longe... aqui oferece LIBRAS, mas eu já havia feito em outro lugar. (ENTREVISTADO 7, 2019, grifo nosso)

Já, eu fiz um curso, sempre faço também para a progressão na carreira. Procuo trabalhar a questão da ética, fiz curso voltado para as legislações de direitos e deveres do servidor, como tratar o outro, como se portar como servidor... precisamos ser proativos diante das situações pra sanar os problemas que encontramos no dia a dia. (ENTREVISTADO 8, 2019)

Eu sempre gosto de fazer capacitação. É fundamental para a gente coordenar, orientar e conduzir os processos que foge um pouco do administrativo. Faço capacitação online na ENAP e em outros sites, já fiz no SEBRAE e nos Institutos Federais que oferecem online. Estou num curso de mediadores de leitura da UNIVASF online e já fiz curso de LIBRAS. Tudo para prestar o melhor atendimento ao aluno e auxiliá-lo. (ENTREVISTADO 15, 2019, grifo nosso)

Sim, principalmente voltados para a inclusão. Meu foco sempre foi a inclusão. (ENTREVISTADO 21, 2019, grifo nosso)

Houve alguns servidores TAEs que fizeram observações quanto à falta de treinamento da instituição para os cargos que ocupam, e quando há eles salientam que não é nada expressivo, como podemos inferir de expressões tais como:

[...] uma rede como o IFBA deveria ter uma qualificação em serviço muito maior. (ENTREVISTADO 2, 2019)

Não, nunca recebi nenhum treinamento nem para desempenhar meu papel. [...] mas apesar do meu cargo ser de TAE, não vejo ele como administrativo, pois as atividades que desempenho são inerentes ao trabalho pedagógico, organizar, manipular papéis... Acho que a instituição peca em relação ao nome do cargo. (ENTREVISTADO 9, 2019)

Outro ponto explorado acerca da formação omnilateral dos discentes no *Campus* Jequié buscou saber sobre proposições por parte dos servidores de atividades para os discentes no ambiente formativo. A devolutiva desse questionamento foi muito positiva! Cerca de 80% dos servidores TAEs já propuseram e muitos mantêm ações ou atividades como

contribuição para a formação dos discentes, e apenas 20% não propõe. Observamos nos dados colhidos que as ações perpassam por diversas áreas e temáticas: artes, cultura, valores éticos e de cidadania, relações interpessoais, questões relacionadas à saúde, instrutoria acadêmica, e até mesmo instrumentalização técnica do curso desenvolvido no *Campus* (Eletromecânica), como curso de extensão. Registramos algumas respostas dos servidores técnicos que revelam essa gama de saberes e como desenvolveram e ou desenvolvem tais ações:

*Nós temos aí acho um grande diferencial, nós fazemos, tanto eu como duas outras minhas colegas e agora chegou mais uma, que é a questão de **propor principalmente para os alunos que estão chegando, rotinas de estudo**. Eu acho que a gente consegue aí trabalhar essa mudança e essa fase de adaptação do ensino fundamental pro médio, propondo a rotina de estudo e acompanhando ela, **além disso nós fazemos também roda de conversa com as turmas e atendimento espontâneo por demanda tanto dos discentes quanto das famílias**. Isso aí foi uma proposta que foi pensada aqui no campus e que a gente vê de fato surte um efeito positivo... (ENTREVISTADO 2, 2019, grifo nosso)*

Sim, eu já ofereci cursos na minha área, minicursos em semana de ciência e tecnologia, por exemplo eu já ofereci um mini curso de direito do consumidor e cidadania, em propriedade intelectual, e em metodologia do trabalho, já fiz esses 3 cursos e nos cursos de NR10 segurança do trabalho, legislação voltada para a segurança do trabalho. (ENTREVISTADO 3, 2019, grifo nosso)

Minha contribuição nos eventos, por eu ser da área de saúde acaba sendo voltada a esses alunos, aqui tem minicursos. Sempre quando vai ter um evento aqui existe um curso preparatório para o evento, e um desses cursos preparatórios é do atendimento básico a um paciente, a uma situação que possa acontecer durante o evento ter os primeiros socorros, o primeiro atendimento. Então eu acabo contribuindo nesse curso por eu ser da área de saúde e ter esses conhecimentos. Também já propus minicursos nesses eventos. (ENTREVISTADO 5, 2019, grifo nosso)

Eu já propus Mini curso na SECITEC, um que ensinava sobre como preencher um currículo Lattes, e o outro não me lembro muito bem... (ENTREVISTADO 7, 2019, grifo nosso)

[...] um trabalho socioeducativo com os alunos, onde a gente pudesse trabalhar os direitos e deveres, não da forma de chegar pra eles e colocar como uma punição... A partir do momento que tinha um horário vago a gente juntava turma, trabalhava com os alunos e era um momento bem interativo, por que eles chegavam, eles tiravam dúvidas, no outro dia eles encontrava a gente nos corredores e perguntavam, então a gente via e percebia que o trabalho da gente estava sendo feito. (ENTREVISTADO 8, 2019)

Sim, várias até por que quando eu cheguei aqui durante muitos anos só era eu, então assim a gente já teve projetos aqui que a gente chamava mutirão da cidadania, onde a gente trabalhava conteúdos de problemáticas sociais com eles, várias vezes. (ENTREVISTADO 9, 2019, grifo nosso)

Um projeto que a gente realizou de gestão de manejo de resíduos sólidos no município de Jequié, a gente teve a intenção de conhecer como o município de Jequié dá a destinação dos resíduos produzidos na cidade. E aí a gente levantou dados, foi até o lixão, até a secretária de desenvolvimento social, secretária de cultura meio ambiente e levantamos os dados e foi aprovado e apresentamos como pôster na SECITEC. (ENTREVISTADO 10, 2019, grifo nosso)

[...] a professora que iniciou o projeto fez uma unidade de horta aqui em cima.. agora eu estou integrando para poder expandir a horta dela. O projeto não é só para os alunos trabalharem, mas para trazer essas famílias daqui ao redor para trabalhar juntos. Nisso a gente coloca todo o delineamento da formação dos alunos, pois eles vão ser responsáveis também não só pela horta, mas como conduzir. (ENTREVISTADO 12, 2019)

Já, eu sempre me envolvi, mesmo antes de entrar para dar aula, que eu comecei a lecionar esse ano, mas **eu sempre me envolvi com a questão da extensão de dar treinamento em outras áreas voltadas não só para o que era proposto pelo instituto, a questão de a área da tecnologia de informação, ou até cursos práticos mesmo do dia a dia para formação do aluno para ele trabalhar no mercado de trabalho.** (ENTREVISTADO 13, 2019, grifo nosso)

[...] **um dos projetos que a gente tem é sobre teatro, a gente quer fazer um teatro com os meninos, eu e o Professor "Y"...** A gente combinou de conduzir esse projeto com uma turma do terceiro ano de informática, queremos fazer essa apresentação para a comunidade mesmo no Centro de cultura...a peça é escrita por ele mesmo com minha colaboração, a respeito dessa vida atual com computadores, com tudo bem blogueiro... A gente fez **um projeto aqui que foi eu que trouxe, que foi IFBA na praça, a gente fez dois anos, só que depois eu não pude mais pegar esse projeto por conta das minhas atribuições aqui, aí entra o desafio de você conciliar o burocrático com essa parte que a gente gosta bastante.** (ENTREVISTADO 15, 2019, grifo nosso)

[...] **já fiz uma proposta para um projeto de são joão com apresentação dos estudantes, cada um construiu barracas e teve várias apresentações também, cada um trouxe suas comidas típicas, quem não tinha condição a gente arrecadou dinheiro... eu fiz a confraternização de estudantes aqui, também a gente construiu uma árvore de natal toda de livros, enfeitando aqui com um grupo de estudantes, a gente criou uma comissão, foi perguntando quem tinha interesse e passamos uns 15 dias confeccionando com todo material reciclável, garrafa pet, ficou bem bonita a biblioteca, foi bem legal essa proposta, estou sempre com uma inquietação, aquele instinto que vem lá de dentro.** (ENTREVISTADO 16, 2019, grifo nosso)

[...] **a gente está com um projeto de extensão que é um curso de eletricidade residência, estamos com a turma de 12 alunos...nós estamos andando esse projeto não só para a comunidade interna, mas para a comunidade externa e as pessoas estão participando e gostando bastante...o professor Arlindo lançou a ideia e a gente começou a amadurecer, a ideia nós construímos, nós providenciamos a estrutura, os materiais, os painéis didáticos, e aí quando estava tudo pronto a gente começou a botar em prática, hoje está bem, é a primeira turma mais a gente quer manter ele sempre constante aqui no campus..** (ENTREVISTADO 17, 2019, grifo nosso)

Eu participo do curso que o colega "X" está à frente, esse curso a gente faz para o curso técnico eletromecânico, um curso profissionalizante de 3 meses, tem essa parte que a gente participa junto com os professores e tem alguns cursos que eu participei mesmo nas semanas de Ciência e Tecnologia, algumas oficinas mostrando nossa profissão, quais os pontos importantes o que deve seguir... então, a gente participa nessas partes. (ENTREVISTADO 18, 2019)

Tenho, né, sim desde que cheguei aqui...eu faço, as vezes eu estabeleço o tema e vou trabalhando com os professores com aqueles temas que acredito que seja importante para a formação discente, então assim por exemplo, alguns transtornos de aprendizagem que a gente vem trabalhando, como é que se trabalha, qual é a origem, as causas, as consequências, como é que agente pode trazer qualidade para se estudar aqui na sala de aula, na valorização da vida para evitar o suicídio... (ENTREVISTADO 21, 2019, grifo nosso)

Diante dos relatos, é relevante ressaltar que tais ações dos servidores TAEs para os discentes são contributivas e é realizada de forma voluntária e comprometida. Vale mencionar que efetuam tais ações compreendendo que os conhecimentos partilhados são formativos, embora, em sua maioria, desconhecem as bases conceituais da EPT, tais como omnilateralidade, politecnia, trabalho como princípio educativo, conforme dados coletados na pesquisa, já discutidos anteriormente neste capítulo.

Assim, essa constatação nos leva a investigar dos servidores TAEs sobre os fatores que podem motivar tal engajamento em ações formativas para os estudantes no ambiente institucional, entendendo também que a legislação considera o trabalho do servidor técnico como “atividade meio” e que estes, portanto, ficam à margem da área Ensino, considerada “atividade fim”. Foram muitos os fatores relatados, porém transcrevemos em essência três fatores cuja frequência permite inferir que são os mais determinantes.

Um dos fatores seria a inserção do planejamento estratégico, conforme os Entrevistados 1 e 2 comentam:

Só através de mudança da cultura organizacional com a implantação do planejamento estratégico. Aí a gente vai saber qual é o objetivo da instituição e cada um vai saber o seu papel e que esse papel é importante. Só o planejamento estratégico pra ajudar o técnico que está fora da parte de ensino, dos tratos com os alunos. (ENTREVISTADO 1, 2019, grifo nosso)

Momentos de diálogo, momentos de planejamento estratégico de forma coletiva com o seu acompanhamento. Debater as divergências e construir uma instituição para o bem comum. A nossa razão de estar aqui é o aluno, e às vezes as pessoas acham o aluno como mera obrigação, infelizmente. (ENTREVISTADO 2, 2019, grifo nosso)

Outro fator mencionado seria uma carga horária mais flexível para os TAEs, que disponibilizasse tempo para atividades extensionistas, conforme as seguintes falas:

Trabalhar por mais metas e menos enrijecimento da jornada de trabalho. Se a progressão é automática, não há vantagem em se envolver em outras questões, a não ser por interesse pessoal de identificação como é meu caso. (ENTREVISTADO 3, 2019)

Eu acho que existem os técnicos que se envolvem com os alunos e existem os técnicos que são totalmente isolados dos estudantes. Os técnicos Assistentes de alunos, Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo, o nosso cargo como está diretamente relacionado com o estudante, a gente tem essa interação com o estudante... Os outros são isolados, é tanto que muitas vezes os alunos nem sabem quem são, passam aqui 4 anos e não sabem quem são os servidores ... eles poderiam participar, geralmente aqui todos tem nível superior... mas para que isso acontecessem teria que ter uma atividade que realmente integrasse assim, essas pessoas fossem diretamente convidadas... a questão é que eles vão deixar um pouco o trabalho deles... então teria que for uma atividade direcionada nesse sentido pra que pessoa participar, porque voluntariamente eles não vão, muito dificilmente eles vão, porque eles tem um trabalho a cumprir, isso é muito complicado. (ENTREVISTADO 6, 2019, grifo nosso)

Eu acho que o que mais dificulta é a questão da grande demanda de trabalho pra o servidor técnico. Eu tenho até colegas que até tem interesse em fazer um projeto de

*extensão com os alunos, de ficar mais perto, mas as demandas do setor não possibilitam. Então assim, são muitas coisas, muitas demandas, uma carga horária já grande, porque a maioria trabalha 40 horas semanais... **Pra eles fazerem alguma coisa teriam que ter um horário extra... isso é um grande fator que acaba impossibilitando esse maior engajamento** (ENTREVISTADO 7, 2019, grifo nosso)*

E por fim, a motivação e o engajamento deveriam ser precedidos da consciência do técnico como profissional da educação, que entende que a finalidade do processo educativo é o discente, conforme as seguintes expressões:

*[...] partindo desse meu princípio de gestão democrática independente se é um setor financeiro, se é um setor administrativo, se é um setor de matrícula, a gente precisa dialogar sobre o aluno, até porque **a gente vive aqui para o aluno, isso aqui é do aluno, então assim a gente precisa dialogar par que ambos os setores eles estejam de mãos dadas dialogando e conversando a mesma língua, eu penso nesse sentido...** (ENTREVISTADO 8, 2019, grifo nosso)*

*Essa motivação teria que partir dos dois lados. Também do técnico em sair da zona de conforto, buscar essa parceria, essa interação que é fundamental. Trabalhar sozinho a longo prazo numa sala pode trazer consequência pra essa pessoa. **Precisa existir boa vontade dos dois lados, do técnico e da direção em abraçar essa causa, incentivar, motivar.** (ENTREVISTADO 5, 2019, grifo nosso)*

Como última discussão na categoria Dimensão da formação omnilateral e politécnica, foi solicitado aos servidores TAEs que dessem sugestões sobre ações ou atividades pertinentes à formação discente no Campus Jequié, e registramos algumas, em essência:

*A gente tem a proposta de tentar aproximar as disciplinas propedêuticas às disciplinas técnica, porque no fazer do dia a dia a gente percebe um distanciamento da área propedêutica da área técnica. Uma das ações seria... alguns Campi do IFBA tem feito aí agora ainda não saiu do papel de forma executável, que é o **projeto integrador de unir essas disciplinas da área propedêutica à área técnica, isso seria uma das ações.** Uma outra questão também que envolvesse aluno nesse princípio da formação politécnica e omnilateral seria é o diálogo das disciplinas... e também deixar de existir a superposição de conteúdos a exemplo que a gente tem aqui um conteúdo que dá em 5 componentes curriculares. (ENTREVISTADO 2, 2019, grifo nosso)*

Eu acho bem importante esse conhecimento sobre o funcionamento da administração pública, que eu acho que os técnicos poderiam contribuir muito nisso porque eles trazem mesmo essa formação para que o aluno compreenda como se dá a gestão dos recursos... então é levar essas atividades para uma discussão técnica traria muitos benefícios... (ENTREVISTADO 3, 2019, grifo nosso)

***Eventos culturais...** Eu acho que é uma coisa que deveria ser feita, porque assim, eles gostam de participar em atividades culturais, que vai estar valorizando algo que é deles, eles se sentem valorizados quando se apresentam, eles se sentem tão valorizados... (ENTREVISTADO 6, 2019, grifo nosso)*

*[...] Eu já sugeri quando eu trabalhava no NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais, **trabalhar com o público a questão do respeito, da valorização do diferente.** Aí eu propus que trabalhassem com filmes ou vídeos e foi bastante interessante... outra coisa foi com relação **a orientação deles quanto às leis, os regulamentos da instituição, as legislação, que é a organização didática...** (ENTREVISTADO 7, 2019, grifo nosso)*

*O que eu poderia sugerir seria mais a nível de currículo mesmo, **que a gente tivesse um currículo menos enciclopédico e que tratasse mais das questões do dia a dia,***

das questões... enfim do cotidiano mesmo... (ENTREVISTADO 9, 2019, grifo nosso)

*Talvez mais momentos de leveza, mais **momentos de leveza que trouxesse esses meninos para discutir temas atuais, temas da vida e da adolescência, por que eles têm umacarga horaria extensa de componentes**, então as vezes eles ficam muito tensos, estressados, com muita coisa para estudar... (ENTREVISTADO 11, 2019, grifo nosso)*

*A gente hoje tem uma deficiência nessa parte **cultural...** a gente precisa melhorar essa parte cultural, fazer essa parte de teatro, **fazer atividades também mais voltada para as questões físicas, como dança, a parte artística também...** (ENTREVISTADO 15, 2019, grifo nosso)*

*[...] **evento será muito bem-vindo... eu tenho participado mais desses eventos...** estamos na escola, então assim eu não consigo me fechar só no serviço burocrático, então assim eu vejo muito isso de querer estar próximo, a gente vai trabalhar junto, nós aqui nos completamos... todos juntos é que faz acontecer uma escola, uma educação melhor. (ENTREVISTADO 16, 2019, grifo nosso)*

*Como eu te falei, eu sou formado em eletromecânica e essa área sendo ampla, então **vários cursos poderão ser ofertados dentro dessa área né**, a gente está oferecendo de eletricista residencial, e é apenas uma das ramificações da eletromecânica, **tem eletricista industrial, tem automação e nós temos equipamentos que podem ser usados como curso de extensão**, então nós poderíamos sim oferecer curso nessas áreas... (ENTREVISTADO 17, 2019, grifo nosso)*

*Eu acho que uma **parceria pública e até privada também**, por exemplo a parceria pública você poderia fazer uma parceria com a prefeitura que envolva, qual a prefeitura, qual é a cidade que não precisa de algum projeto? ... a gente tem um campus que envolve profissionais elétricos e eletromecânicos, a gente poderia ter um projeto juntamente com a prefeitura para fazer um placar eletrônico, aí você poderia fazer um projeto de placar eletrônico que envolvia os alunos do IFBA... (ENTREVISTADO 18, 2019, grifo nosso)*

Como foram muitas e diversificadas as sugestões! Arte, poesia, eventos culturais, cidadania, orientações sobre a administração pública, currículo integrador, parceria com prefeitura no desenvolvimento de projetos para a comunidade, e outros. Conforme o ENTREVISTADO 17, cursos de extensão de caráter prático na área de Eletromecânica (curso técnico oferecido no Campus Jequié) já são realizados e podem ser ampliados e esse servidor TAE ministra o curso que favorece o aprendizado no curso técnico, isto é notório.

Portanto, na categoria Dimensão da Formação Omnilateral, os dados analisados revelam que os Servidores TAEs do IFBA *Campus Jequié*, em sua maioria, realizam ações e atividades contributivas para a formação dos discentes e o fazem com a intencionalidade de construir o conhecimento, possibilitando a esses estudantes agregar conteúdos de várias áreas do conhecimento, porém se constatou a ausência do conhecimento das bases conceituais da EPT por parte da maioria dos servidores TAEs, fundamentos que relacionam educação e trabalho e reconhece a centralidade desse para a produção da existência humana, processo que se vincula à formação omnilateral.

4.1.3 DIMENSÃO DA FORMAÇÃO ÉTICA NA EPT

A dimensão da formação ética na EPT se relaciona ao processo formativo no contexto capitalista contemporâneo, cujo modo de viver mostra ser individualista e cuja ética menor, do mercado que visa o lucro desconsidera o homem como sujeito, reduzindo-o a objeto, como diz Johann (2009) “por meio de submissões escusas e manipulações indignas”. A prática da educação não é apenas uma prática educativa, mas uma prática social, e, neste respeito envolve o formar pessoas autônomas, conscientes dos seus direitos e deveres como participantes ativos na sociedade em que estão inseridos, e para isto estão envolvidos intencionalidade e compromisso ético.

A sensibilidade ao caráter político das relações sociais no ambiente formal da educação é um dos pilares da formação discente, que só se consolida na dimensão ética. (SEVERINO, 2002).

Foi perguntado aos servidores TAEs sobre a importância da ética nas relações interpessoais no cotidiano do ambiente educacional e na convivência com os discentes. Como resposta a essa questão os servidores em sua maior parte mencionaram suas dificuldades em explicar o conceito de ética, mas ressaltaram que entendem o sentido da boa convivência e das boas relações interpessoais para um ambiente saudável. Algumas respostas revelam essa dificuldade em falar sobre ética, mas todas confirmam a importância do exercício ético para o bem viver profissional e social. Ao falarem sobre ética, os TAEs enfatizaram valores, princípios e virtudes tais como respeito, empatia e honestidade.

Nas entrevistas com os servidores em setores administrativos do *Campus* Jequié, colhemos excelentes percepções sobre a ética universal e profissional, muitos foram específicos em destacar aspectos legais para o exercício ético como profissionais que representam a Administração Pública, mas em contrapartida, foram menos abrangentes quando se referiam a convivência com os discentes no ambiente institucional, haja vista que tais setores mantêm um distanciamento no convívio com os estudantes, a exemplo dos setores financeiro e de planejamento. Transcrevemos, em essência, algumas considerações dos TAEs:

Sempre achei muito difícil explicar ética. Mistura com moral e outras coisas também. Ética tem a ver com honestidade, com respeito ao próximo, tratar os outros como gostaria de ser tratado. Ela é fundamental, condição necessária e suficiente. (ENTREVISTADO 1, 2019, grifo nosso)

Ética para os profissionais está atrelada aos cumprimentos da administração pública (princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), muita gente estuda para passar no concurso, mas não consegue efetivá-los na prática. Alunos chegam sem esse conhecimento, eles vão aprendendo aqui na

instituição, nos projetos de extensão. na SECITEC...a gente ensina.. (ENTREVISTADO 3, 2019, grifo nosso)

Ética traz paz para o ambiente de trabalho, quando não se tem ética isso amarga o ambiente de trabalho. (ENTREVISTADO 4, 2019)

*O que eu entendo por ética é a questão do comportamento humano. A gente busca aplicar a lei mas nem tudo que é legal é moral, porém nem tudo é válido, nem tudo pode. A ética é fundamental para qualquer ambiente seja no trabalho, na família ou nas relações que se estabelece, ainda mais nos órgãos públicos. **Sem ética fica desrespeitoso, desagradável para se trabalhar.*** (ENTREVISTADO 10, 2019, grifo nosso)

Ética envolve questões de princípios e valores que você carrega consigo e as pessoas enxergam aquilo dentro de você, e você da mesma forma entende o outro como ele é, com os princípios e os valores que ele prega. Isso é importante nas relações para se saber com quem se está lidando. (ENTREVISTADO 13, 2019, grifo nosso)

Eu sempre vejo o outro como cidadão, independente de ser colega ou aluno. como pessoas que têm direitos e deveres, procuro atender bem quando requerem esse atendimento na minha área de trabalho. (ENTREVISTADO 14, 2019)

Ética é o princípio de tudo: envolve compromisso com a instituição, honestidade e profissionalismo, competência, responsabilidade, diálogo com os estudantes, chamar atenção para o respeito ao outro, vai levar isso para fora, para o mundo, cumprir obrigações e deveres, respeitar regras. (ENTREVISTADO 16, 2019, grifo nosso).

É importante ressaltar que ao fazer o registro das respostas dos servidores TAEs que exercem atividades diretamente com os estudantes, podemos perceber o cuidado que esses profissionais expressam quanto ao exercício ético no cotidiano do ambiente educacional, entendendo que toda ação gera atitude no ambiente formativo e que esses discentes estão em processo de amadurecimento da adolescência para a vida adulta.

Faz-se relevante registrar, em essência, a devolutiva dos servidores TAEs em funções relacionadas aos estudantes quando questionados sobre ética, pois entendemos que tais expressões enriquecem esse trabalho e ressaltam a formação ética do discente da EPT e o fortalecimento dessa formação pelos servidores técnico-administrativos:

Ética é o princípio de relações humanas e de respeito ao outro, ela baliza as relação dos discentes com outros discentes, dos discentes com os técnicos, pautada no princípio do respeito, do diálogo, das divergências e do alinhamento para o bem comum. (ENTREVISTADO 2, 2019, grifo nosso)

Ética é o princípio de todo o atendimento ao aluno, saber como lidar com ele, ter profissionalismo e respeito. A ética é fundamental, ter cuidado na pronúncia e na forma de se comunicar no trabalho com adolescentes, pessoas em formação. (ENTREVISTADO 5, 2019, grifo nosso)

Tenho uma dificuldade imensa de entender o que é ética de fato, tem aquela idéia de confundir ética com moral, eu mesmo confundo as duas coisas... com os alunos nunca houve falta de respeito, converso muito com eles e resolvo problemas maiores com o diálogo e eles atendem. Não estou lá como inimigo mas para ajudá-los. (ENTREVISTADO 6, 2019, grifo nosso)

*Ética perpassa por certos valores que são morais, ela vai além disso, ela busca o bem da coletividade, saber respeitar o espaço do outro, o direito do outro de ser e de viver como deseja, o que não acontece no bullying, por exemplo. **Faço com os alunos associação com o mundo do trabalho** onde terão colegas e não vão gostar de todo mundo mas deverão respeitar, esse exercício começa aqui.* (ENTREVISTADO 7, 2019, grifo nosso)

*Ética é inerente às relações humanas, é o cuidado com o outro que garante a própria permanência nossa aqui em um mundo minimamente organizado e humano. **Aqui a gente tem um alunado muito bacana e não se depara com maiores problemas éticos, a gente só chama a atenção, só tenta sensibilizar... eles são muito bons de se trabalhar.*** (ENTREVISTADO 9, 2019, grifo nosso)

*“Ética diz muito de fazer aquilo que gostaria que fizesse com você, nossas atitudes acabam traduzindo isso... **sobre os alunos é uma geração diferente, mas que responde positivamente quando a gente é ético com eles, alguns mais resistentes, mas se você se porta de determinada postura ética eles acabam também respeitando.*** (ENTREVISTADO 11, 2019, grifo nosso)

*Ética é composta de valores de respeito, solidariedade, cordialidade. quando você já faz isso no seu pessoal é muito mais fácil trazer para o ambiente de trabalho. manter equilíbrio saudável nas relações pessoais e profissionais e com os **alunos da mesma maneira, tratar a todos de forma isonômica para que cada um perceba que o ambiente aqui é deles e o meu trabalho é para eles.*** (ENTREVISTADO 12, 2019, grifo nosso)

*A ética é fundamental. Ainda mais **lidando com adolescentes em assuntos que envolve família e o aluno não quer compartilhar...ética significa responsabilidade e maturidade para lidar com os problemas que surgem, mas é importante ter compreensão ética com assuntos alheios que requerem discricção e respeito.*** (ENTREVISTADO 20, 2019, grifo nosso)

A ética perpassa todas as relações que se estabelece, com o estudante, com os pares e a comunidade. A falta de ética repercute na saúde mental, na saúde coletiva. ela está diretamente relacionada a relações saudáveis. Hoje se tem fragilidades e desafios em relação a ética. (ENTREVISTADO 21, 2019).

Diante da exposição das expressões colhidas, toda análise feita sobre a formação ética na EPT revelou uma uniformidade, na consideração dos servidores TAEs, quanto à importância da dimensão ética no ambiente institucional, evidenciando que a ética é elemento imprescindível para o desenvolvimento de valores e virtudes necessários a uma boa convivência humana e profissional. As informações colhidas revelaram que esses servidores procuram atuar eticamente no ambiente educacional em suas diversas funções, embora nem todas se relacionem diretamente com os discentes.

4.1.4 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Na perspectiva da dimensão institucional a proposta da pesquisa se inseriu também de forma a conhecer os saberes dos servidores TAEs acerca das legislações que o cercam (a exemplo da Lei 8.112/90 – Regime Jurídico, Lei 11.091/05 – PCCTAE), enquanto Servidor

Público com direitos e deveres garantidos por Lei e como grupo ocupacional técnico-administrativo com atribuições peculiares por se tratar da especificidade que é o trabalho em educação, e em cujo ambiente formativo o servidor técnico também possui um papel social. Além disso, se procurou dimensionar o conhecimento desse servidor técnico acerca dos documentos institucionais que preconizam os fundamentos dos Institutos Federais e também a missão social da Instituição da qual o servidor TAE faz parte.

Num primeiro momento, se buscou saber dos TAES sobre o seu conhecimento acerca da legislação que rege o seu cargo, e, num segundo momento, quais são as suas percepções quanto ao papel social desempenhado como servidor público numa instituição de ensino. As devolutivas foram em sua maioria, que conhecem; muitos não se aprofundaram, mas todos têm conhecimentos acerca da legislação, pois é conteúdo do programa do concurso público a que se submeteram para ingressar no IFBA. Quanto ao papel social desempenhado por serem servidores públicos da educação, todos compartilharam a consciência da importância do seu trabalho para a consecução dos objetivos educacionais, aos quais se coadunam. Transcrevemos, em essência, algumas expressões:

Sim, conheço. Para ingressar é um pré-requisito. O próprio IFBA tem esse caráter, ele tem que cumprir um papel social, então o servidor, ele da mesma forma, ele tem que atender isso daí. Da forma como a gente se comporta com os alunos, como a gente atende eles, e até na possibilidade também de fazer projetos externos à comunidade.. porque a gente é como se fosse também uma ponte do governo. (ENTREVISTADO 1, 2019, grifo nosso)

Já tenho 10 anos de IFBA e já estive em cargos de direção, então eu consequentemente tive que conhecer a legislação. Então nós temos o PCC TAE, eu tenho uma familiaridade grande com ele... eu acho super relevante o papel dos técnicos de modo geral, porque a gente dá toda a base para que a educação consiga se estruturar e fluir de forma adequada... (ENTREVISTADO 3, 2019, grifo nosso)

Eu acho que qualquer pessoal que trabalha na educação tem uma missão, desde o professor que dá aula, a pessoa que atende na portaria, a pessoa que atende na Secretaria. Eu acho que se o aluno tem um atendimento técnico que atende as demandas que ele tá precisando, então esse ambiente fica pleno. A gente tem que ter esse bom senso de entender que a gente está lidando com a vida e o destino de outra pessoa, eu não vejo só a emissão de documento. (ENTREVISTADO 4, 2019)

Com relação à legislação a gente pensa nos princípios da Administração Pública, que a gente tem a questão da impessoalidade, da legalidade, da publicidade...esses daí eu acho que é fundamental pro nosso trabalho especificamente. (ENTREVISTADO 6, 2019, grifo nosso)

[...] eu sei de uma forma geral nas atribuições do meu cargo, e qual a finalidade que esse cargo ele foi criado. Antes de agente adentrar ao concurso agente precisa estudar né, essa parte teórica... mas entre o que está posto eu acredito que no dia a dia por que nós trabalhamos com pessoas e isso é um processo que envolve uma dinamicidade... não é bem o que está somente posto na lei mas sim aquilo que vai surgindo com as demandas e com a prática... (ENTREVISTADO 8, 2019)

Eu enquanto servidora pública eu sou regulamentada pela lei 1.112, pela lei de criação dos institutos federais no cargo eu sou regulamentada também pela execução da lei do PNAE de 2009... além desta eu tenho as atribuições, o regimento do conselho... enquanto servidora pública eu tento fugir daquele estigma que pregaram que servidor público é um profissional que não se compromete, que se dá o melhor por conta da sua estabilidade, então eu busco de todos os modos fugir desse estereótipo. Então assim eu não desenvolvo apenas as funções básicas, o que eu posso fazer de projeto, o que eu posso fazer de me engajar com os professores, com as demandas dos estudantes... (ENTREVISTADO 12, 2019, grifo nosso)

Com relação à legislação, a questão da avaliação de desempenho ainda Precisa melhorar muito, com relação a isso eu vejo que tem uma deficiência principalmente para medir ou mensurar a questão da dinâmica mesmo. Com relação a minha importância com relação ao contexto, eu falo contexto como servidor técnico dentro do Instituto Federal, eu acho que assim, eu vejo que tanto meu cargo da área técnica como da área docente, eu vejo que cada um tem um papel nesse cenário todo, deve ser a questão toda da educação como formadora eu costumo desempenhar o meu papel, dar minha contribuição para a sociedade dentro do que me é atribuído. (ENTREVISTADO 13, 2019, grifo nosso)

Eu acho que não só como servidora pública mas só como cidadão, eu sempre gosto de dar o meu melhor no meu trabalho... o que eu observo aqui no nosso corpo do campus, é que o servidor público, ele tem uma competência, e tem uma características importante para que a gente possa fazer esse campus funcionar, dá o aluno o suporte necessário para que eles possam estudar, para que eles possam ter um ambiente adequado, até chegar na sala de aula com professor, até chegar na sala de aula são muitos processos e é como técnico administrativo, que a gente é fundamental para esse campus... (ENTREVISTADA 15, 2019, grifo nosso)

O conhecimento da legislação, o que a gente no período de preparação para concurso público, então a gente tem que realmente esmiuçar bastante a lei, seu conhecimento mesmo, ter a noção, então eu passei um período estudando e depois quando eu já estava trabalhando no serviço público eu fiz uma pós em gestão pública. A gente tem uma importância muito grande no lidar com outro, no atendimento com as pessoas, principalmente aqui nesse instituto que a gente percebe assim, o quanto importante ele é, o quanta é diferença ele faz na vida de tantas pessoas. Eu prezo muito por isso, pela ética, pelo papel, pela responsabilidade do Servidor. (ENTREVISTADO 16, 2019, grifo nosso)

Alguns servidores TAEs por atuarem em área específica, diretamente no atendimento aos estudantes, e por serem licenciados em educação, foram enfáticos ao relacionar seus papéis sociais no cumprimento dos objetivos político e sociais do IFBA, em que a inclusão social e a democratização de conhecimentos são imprescindíveis na construção de uma sociedade menos desigual e com mais justiça social, conforme os comentários dos ENTREVISTADOS 2, 9 e 11):

[...] o técnico precisa estudar a legislação da educação profissional e até para o ingresso. Eu considero que eu tenho um conhecimento bom na área da legislação educacional e isso diz respeito também a educação profissional, até por fruto da minha formação... O IFBA é uma instituição diversificada, a gente abarca alunos de escola pública, da rede privada, alunos com necessidades específicas, e isso a gente constrói uma sociedade... Então acho que o papel da... a minha função do

papel social é possibilitar a transformação social e o empoderamento dos estudantes que passam por aqui. (ENTREVISTADO 2, 2019, grifo nosso)

[...] a gente pode estar se referindo a 8.112 em uma condição macro de servidora né...na verdade a gente tem um documento que fala de orientações, e o regimento que particularmente eu considero um tanto precário em termos de legitimação mesmo da atuação. E eu conheço sim... tem um título de orientações para o trabalho pedagógico... esse documento foi construído a nível de rede, ou seja, para o IFBA... ele não é do campus é da rede... A condição de educadora já é uma condição por si só política, então assim que eu veja de uma grandeza imensa, aqui no instituto a gente consegue também fazer isso apesar de não está na condição de sala de aula mais a gente tem muita interação com os alunos pela natureza mesmo do trabalho, então a gente consegue desempenhar esse papel, quando a gente acolhe determinadas demandas, quando a gente faz determinadas orientações e também quando a gente ajuda né a produzir os documentos, que eminentemente são sempre documentos políticos pelo próprio teor pedagógico. (ENTREVISTADO 9, 2019 grifo nosso)

O NAPNE, que é o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas, ele tem uma resolução própria do IFBA e nessa resolução a gente tem sim né claramente qual o papel não só dos técnicos educacionais mas dos demais membros do NAPNE, que é uma equipe multi profissional e eu acredito que o meu papel para este núcleo contribui muito, até por que é um público que por muito tempo foi excluído, então a minha contribuição para que esses meninos possam estar nessa área educação profissional podem fazer que eles tenha melhores resultados, não apenas passem pelos corredores, mas que eles possam realmente aprender e poderem se incluir no mercado profissional. (ENTREVISTADO 11, 2019, grifo nosso)

Outros servidores técnicos se referiram a aspectos comportamentais, disciplinares e nas relações interpessoais dos discentes que podem ser trabalhados no desempenho das funções e nesse respeito consideram como um papel social a orientação dos estudantes, conforme fala do ENTREVISTADO 5,7 e 21:

A gente tem sim conhecimento, a gente trabalha voltada pras nossas funções, nossas atribuições, no que diz nossa legislação. Quanto ao papel social, em questão de nossas atribuições nossas atribuições envolve muita disciplina em relação ao aluno, em questão desse cuidado mais pessoal do que o aluno precisa, em ser ponte entre o aluno e as direções. Então assim eu acho que isso contribui muito sim para a formação do aluno. (ENTREVISTADO 5, 2019)

[...] a respeito do nosso conhecimento sobre a legislação, a nível federal a gente tem que conhecer a Lei 8.112 que é o Regime Jurídico que rege todos os servidores federais, o Código de Ética do Servidor Público... o Projeto Político Institucional – PPI...Tem também o Código Disciplinar Discente... Eu vejo meu papel social como alguém que contribui na formação integral do estudante...a nossa contribuição... também estar orientando esses alunos nos aspectos comportamentais que vai ser de fundamental importância no mundo do trabalho e no exercício da cidadania, que é o respeitar o próximo, respeitar regras. (ENTREVISTADO 7, 2019, grifo nosso).

[...] com relação à legislação a gente acaba tendo que se apropriar de uma forma mais intensa em razão do nosso cotidiano de trabalho, visando até onde a gente pode ir, como é que compete a nossa profissão... principalmente quando a gente

lida com pessoas que é no meu caso... a gente tem responsabilidade principalmente em noção a qualidade à vida, as relações trazer um ambiente saudável... trazer a importância da emoção na aprendizagem e tentar estabelecer essas relações tanto com o professor quanto para os estudantes, quanto para a família, então a gente sente os resultados de no nosso dia-a-dia na saúde, sendo na saúde mental sendo levado a sério. (ENTREVISTADO 21, 2019, grifo nosso)

Um número pequeno de servidores TAEs relatou ter pouco conhecimento da legislação que rege os seus cargos, algumas expressões foram:

Meu conhecimento é básico da legislação né, encaro o meu papel como cidadão também né, aqui é o setor financeiro onde eu trabalho então eu estou sempre observando se o recurso que está sendo utilizada corretamente, então essa é a preocupação. (ENTREVISTADO 14, 2019)

Olha, conhecer 100% eu não conheço realmente, mas eu tenho o conhecimento prévio da consciência que eu tenho que fazer como é que eu vou ser avaliado, então assim falta me aprofundar um pouco mais porque a gente tem que conhecer as nossas diretrizes as nossas políticas de conduta e tudo mais, eu tenho conhecimento razoável e sobre o meu papel social como servidor público, eu sei que meu papel é fundamental né, a gente nós contribuimos sim na formação dos discentes aqui do campus de forma que eles consigam colocar em prática a teoria que ele aprende. (ENTREVISTADO 17, 2019, grifo nosso)

O grau de conhecimento do meu cargo eu particularmente não tenho, ele é muito aprofundado... mas essa questão de dar o suporte ao professor nas áreas técnicas e nas aulas técnicas de ensino é primordial para o meu cargo, a fiscalização, o controle e a administração desses ambientes de ensino, e consequentemente esse ambiente de ensino é primordial para qualificação profissional e técnica do aluno. É uma colaboração social é mais essa parte também do você tem que servir o público, isso aí já é essência do servidor público... e na área da educação é primordial porque a gente está lidando muito com jovens nessa faixa etária da formação profissional e na formação humana também, então é primordial também para o servidor público nesses locais está mais atento, observar o exemplo que ele está passando para os jovens... (ENTREVISTADO 18, 2019, grifo nosso)

Ao questionar os TAEs acerca do conhecimento ou participação em documentos institucionais a exemplo do Projeto Político Pedagógico - PPP do *Campus* Jequié, a totalidade dos técnicos responderam que o *Campus* de Jequié não tem o documento local, conforme algumas as transcrições mostram (em essência):

O campus não tem um regimento interno, apesar de inúmeras cobranças e reivindicações. Já com 8 anos ainda não tem Conselho de campus... O que temos hoje como documento balizador é o plano a nível institucional, o PDI e o PPI. A gente segue o documento balizador da reitoria apesar das cobranças e de não existir o documento do campus. (ENTREVISTADO 2, 2019, grifo nosso)

Tem o PDI e o PPI. A gente não tem uma legislação local, porém estamos totalmente vinculados à legislação do IFBA. Enquanto você não tem uma lei específica, você se serve da lei geral. (ENTREVISTADO 3, 2019, grifo nosso)

Até hoje não foi construído... assim o campus não tem regimento. Não temos documentos também fundamentais. Não é só o PPP local que não existe não... eu não consigo achar uma justificativa... (ENTREVISTADO 9, 2019, grifo nosso)

A informação que eu tenho é que está em construção. Parece que tem uma comissão que eles estão construindo esse documento. (ENTREVISTADO 11, 2019, grifo nosso)

A gente é um campus novo, temos 8 anos. Nós não temos regimento. O PDI não atende algumas peculiaridades do nosso campus também. Temos que ter o PPP, tem que ter essa contribuição aí, a gente entende que na próxima gestão a gente consiga isso, pois agora está com a gestão pro-tempore. (ENTREVISTADO 15, 2019, grifo nosso)

O que ficou evidente nas falas dos servidores TAEs é a falta de existência do Projeto Político Pedagógico – PPP local, e que, portanto, o Campus Jequié segue a legislação geral do IFBA, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, que é o documento norteador da gestão, bem como, definidor da natureza da instituição, que define como missão do Instituto: “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país” (IFBA, 2015, p. 32). Foi sinalizado por tais servidores da necessidade do documento local, tendo em vista o não atendimento de todas as singularidades do Campus pelo PDI, conforme expressões do ENTREVISTADO 15, e por saberem da importância do PPP como instrumento que possibilita o trabalho coletivo pela instituição de ensino, definindo responsabilidades pessoais e coletivas para a execução dos objetivos educacionais levando em conta as peculiaridades e o contexto social da instituição, todos relatam cobranças para a construção do PPP local.

No que diz respeito à política institucional de valorização dos servidores TAEs enquanto grupo de profissionais da educação, os dados colhidos mostraram que ainda não é a ideal. A maior parte dos TAEs, cerca de 50% dos respondentes, usaram expressões de descontentamento tais como “precária”, “péssima”, “muito aquém”, e comparam com o grupo dos docentes que estão sob outra perspectiva de valorização profissional, algumas falas deixam isso explícito:

Sobre a política de valorização acho que é bastante incipiente, precária, tendo em vista que a categoria técnica tem cobrado tanto essa participação em cursos de qualificação, como em programas de mestrado e doutorado... temos aí agora a participação de colegas técnicos no PROFEPT, no PROFNIT e teve também aí no mestrado na área da administração e informática com parceria aí com o MEC/SETEC... mas ainda assim não responde ao anseio de toda a categoria. (ENTREVISTADO 2, 2019, grifo nosso)

É péssima, se comparada ao professor... é interessante o plano de carreira, mas não tem por exemplo o REC, que é o reconhecimento de saberes e competências que o professor tem, e a gente não tem... a questão das bolsas para o incentivo ao mestrado e doutorado não existe, a questão por exemplo da gente poder se afastar para se qualificar, aqui a gente só tem 3 meses... efetivamente e não consegue (ENTREVISTADO 3, 2019, grifo nosso)

[...] o IFBA não tem assim uma ideia de profissional da educação, eu acho que os professores eles tem de fato assim mais possibilidades de, por exemplo, sair pra estudar. eu acho que o IFBA tem essa marcação muito forte de professor e técnico administrativo... (ENTREVISTADO 6, 2019, grifo nosso)

*Eu acho **extremamente precária**, eu acho que a instituição peca muito e aí eu até hoje não consegui entender as causas né, por que que peca, **se é por de fato desconhecer ou se é por uma questão política mesmo de não reconhecer uma outra categoria...** (ENTREVISTADO 9, 2019, grifo nosso)*

*Eu acho que **muito aquém da realidade nossa**, da necessidade nossa, uma capacitação que termina após três cursos e você não tem mais direito a capacitação, não vejo também investimento mesmo na área específica de cada um, de cada servidor, **não vejo esse empenho da instituição, então para mim é bem fraco.** (ENTREVISTADO 14, grifo nosso)*

*[...] nesse quesito aí **o IFBA ele está aquém, muito aquém**, mas assim na questão do incentivo a gente sabe que nosso plano de carreira, quanto mais a gente se esforçar a gente é recompensado nesse sentido a gente busca isso faz com que a gente sempre esteja buscando. (ENTREVISTADO 17, 2019, grifo nosso)*

*Eu acho que **ela pode melhorar...** nós não tivemos capacitação em alguns laboratórios, nós não temos professores no Campus interno que dê essa capacitação... a gente poderia muito bem ir a outro campus e fazer um treinamento, ter alguma capacitação, então o IFBA ele peca muito nessa parte... (ENTREVISTADO 18, 2019, grifo nosso)*

Para um percentual de 15%, a política de valorização do servidor TAE é considerada a contento, boa ou razoável, porém enfatizam em algumas expressões que o IFBA não oferece muitos cursos para avanço na carreira e que na maioria dos casos, o próprio servidor técnico vai buscar essa capacitação fora da instituição, isso é expresso nos comentários transcritos, segundo informações colhidas dos ENTREVISTADOS 7, 8 e 10:

*Analizando o IFBA, comparando o IFBA com outras instituições **eu acho que valoriza, tem essa valorização. Eles não oferecem muitos cursos de qualificação, e quando ofertam é mais concentrado lá em Salvador**, mas por outro lado nós temos um plano de carreira que acaba incentivando o técnico a buscar conhecimento... eu acho boa, razoável. (ENTREVISTADO 7, 2019, grifo nosso)*

*[...] não vou dizer pra você que é algo que é de excelência, mas **eu vou dizer pra você que é bom, eu seria injusta em dizer que não é bom**, e por que eu digo isso? ... a gente tem a questão né das gratificações que a gente recebe por curso de capacitação, por mérito... (ENTREVISTADO 8, 2019, grifo nosso)*

[...] nós temos o plano de carreira, a gente tem as progressões, as progressões por mérito, por capacitação. A gente tem que fazer cursos para receber esses incentivos,... (ENTREVISTADO 10, 2019)

Os demais servidores se restringiram a tecer considerações acerca da valorização pessoal e humana do servidor TAE acima das prerrogativas da progressão na carreira definidas no PCCTAE como política institucional, conforme expresso nos seguintes comentários:

*Eu acho que poderia ser de uma forma **mais humana**, de certa forma olhar quais são as necessidades nossas, e muitas vezes isso não acontece, então **pensar mais na***

qualidade de vida do servidor, há servidores passando por momentos de sofrimento por conta do ambiente de trabalho, então poderia se voltar mais pra isso. (ENTREVISTADO 11, 2019, grifo nosso)

*Eu não sei dizer porque eu tenho pouco tempo aqui de instituição só que esse último, essa última gestão a nível de reitoria faltou nesse quesito, **nesse sentido de recurso humano ele não soube lidar**, então assim é muito difícil você dizer assim a longo prazo... porque assim **o recurso humano coisas pequenas, você facilitar uma transferência você ter uma instituição que dialoga, que você entenda o que o gestor está fazendo**, que as medidas eram tomadas unilateralmente, de cima para baixo sem um diálogo, sem saber o que que está lá na ponta estava pensando, como ele tá agindo, dá esse suporte, então eu digo que foi uma falta dessa última gestão. (ENTREVISTADO 12, 2019, grifo nosso)*

Eu acho que ainda precisa melhorar muito, precisa melhorar muito as relações, o respeito com servidor, com setores, como as coisas acontecem... (ENTREVISTADO 16, 2019)

*[...] aqui tem um calendário de capacitação, mais um calendário de capacitação mais que nós não podemos participar na maioria das vezes, na maioria das vezes está centralizado na capital e aí quando a gente solicita para ir não tem verba... então eu acho que tem que melhorar, melhorar também não só essa parte de capacitação, mas também **a valorização do servidor como ser humano também, nós somos humanos** eu sinto muita falta aqui dos eventos de confraternização, de aproximação dos servidores.... **Eu acho que a valorização ela vai nisso também, não só na progressão de carreira e na capacitação, mas nessa relação que você cria, humana no seu ambiente de trabalho.** (ENTREVISTADO 15, 2019, grifo nosso)*

Assim, da discussão sobre a categoria Dimensão Institucional concluímos pela análise dos dados colhidos que os servidores TAEs conhecem a legislação que rege seus cargos no IFBA, procuram cumprir seu papel social como servidores públicos da educação, correspondendo ao que preconizam os documentos institucionais, e como grupo ocupacional mostra-se muito esclarecido acerca dos seus direitos e deveres estabelecidos por lei, ao tempo que são críticos quanto a política de valorização do técnico que difere dos professores, argumentação geral nas entrevistas. A necessidade de documentos institucionais locais também foi relatada pelos servidores TAEs (PPP, Regimento), para que haja a concretização mais efetiva das ações pertinentes ao *Campus* com suas peculiaridades e em seu contexto territorial.

4.1.5 DIMENSÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

A Gestão Educacional difere da Gestão empresarial e de outras formas de gestão, tendo em vista seus objetivos pedagógicos que são específicos. Conforme Libâneo, (2012, p.453) “[...] implica a intencionalidade, definição de um rumo educativo, tomada de decisão ante objetivos escolares sociais e políticos, em uma sociedade concreta”. E, segundo Paro (2016) esses objetivos se relacionam com a própria construção da humanidade do discente.

Considera-se a Gestão democrática e participativa como o modelo mais adequado para a instituição de educação, pois é um modelo horizontal, descentralizado, que partilha o poder e favorece o diálogo coletivo, promovendo relações humanas mais cooperativas e solidárias no ambiente formativo.

Nesta perspectiva, a pesquisa buscou saber, sob o viés do servidor TAE, sobre a prática de ações integradas entre Gestão e Técnicos voltadas para a formação discente e, conforme dados colhidos, 35% dos servidores entrevistados (a maioria) não se reportaram a Gestão quando mencionam a realização de atividades ou projetos com os discentes, antes se referem aos docentes como parceiros nesse empreendimento, conforme algumas falas que transcrevemos em essência:

[...] quando você trabalha na parte administrativa você fica muito envolto dessa realidade, mas quando você passa a andar em outros ambientes você começa a entender o que é a finalidade do instituto. E fora esse contato com o aluno, com os professores também, você começa também a desenvolver outras habilidades, desenvolver e aperfeiçoar aquelas que você já tem e as vezes está adormecida. (ENTREVISTADO 10, 2019, grifo nosso)

Eu participei mais ativamente com um projeto... há seis meses atrás eu era envolvido em um projeto aqui de sustentabilidade, que era um grupo de professores, técnicos e alunos se preocupando com a questão sustentável... (ENTREVISTADO 13, 2019, grifo nosso)

[...] eu e o professor, a gente combinou de conduzir esse projeto com uma turma do terceiro ano de informática... a gente está vendo tudo o que é possível para a gente fazer a peça, que é escrita por ele mesmo com minha colaboração. (ENTREVISTADO 15, 2019, grifo nosso)

[...] esse ano junto com os professores da área de linguagem nós fizemos já dois saraus aqui, a apresentação dos estudantes foi muito legal, a comunidade interna e também até alguns pais vieram assistir e foi muito legal muito bom. (ENTREVISTADO 16, 2019, grifo nosso)

A gente está com projeto de extensão que é um curso de eletricidade residencial... mas nós temos esse projeto de extensão que a gente está em parceria com os docentes, está eu e meu colega e nós estamos andando esse projeto não só para comunidade interna, mas para comunidade externa, e as pessoas estão participando e gostando bastante, então assim eu vejo que a gente tem contribuído sim. (ENTREVISTADO 17, 2019, grifo nosso)

Além da parceria com os docentes, alguns servidores TAEs entrevistados, cerca de 15%, são gestores e trabalham em equipe com outros gestores em setores cujas atribuições estão diretamente relacionadas com os discentes, a exemplo dos setores de Assistência Estudantil, Pedagogia e Psicologia, e num trabalho multidisciplinar executam projetos e ações formativas com os discentes, e nesse caso não mencionam a gestão nas ações, como responderam os Entrevistados 2 e 9:

Até por conta da minha formação e atuação dentro da instituição, hoje eu participo da gestão da assistência estudantil, eu acho que isto venha a colaborar com a formação do discente. Também participo aí dos Conselhos de classe. (ENTREVISTADO 2, 2019, grifo nosso)

O trabalho é integrado entre os profissionais diversos das áreas assistência estudantil, Pedagogia e Psicologia. Com a gestão e outras coordenações só em situações extremamente pontuais que eu considero até uma falha da instituição como um todo e um prejuízo para a própria instituição, mas no meu ponto de vista não é essa articulação certa. (ENTREVISTADO 9, grifo nosso)

Encontramos o percentual de 31% de servidores TAEs que informaram que não participam de ações integradas com a Gestão no que diz respeito à formação discente, e 19% responderam afirmativamente, conforme destacamos pelas expressões dos Entrevistados 8, 3, 5, e 7 :

Não, inclusive é até uma reclamação nossa, por que eu até já sinalizei que a gente precisa estar participando dessas reuniões, inclusive conselho de classe... até o presente momento a gente nunca fomos convidados, pra participar ou pra dizer alguma opinião... a gente diz que a gente vive uma gestão democrática, que é um dos princípios do instituto, uma das funções sociais, então é meio que contraditório, a gente precisa ouvir os pares pra que as coisas funcionem melhor. eu penso que a prática e a teoria elas precisam caminhar juntos...(ENTREVISTADO 8, 2019, grifo nosso)

[...] quando eu era gestora de administração eu sempre colocava nas reuniões que a gente pudesse se engajar mais nos projetos de pesquisa, de extensão, a gente tem a semana de tecnologia, pouquíssimos técnicos participam... (ENTREVISTADO 3, 2019, grifo nosso)

Sim, aqui no Campus tem sempre projetos em que participam todos, alunos, professores, técnicos, são promovidos pela gestão e coordenadores de curso. (ENTREVISTADO 5, 2019, grifo nosso)

A gente propôs um projeto junto com a Assistente Social, era sobre o exercício da cidadania: “Conhecer para exercer”, para começar a exercer a cidadania dentro do IFBA... Aí a gente propôs eles conhecerem o Código disciplinar discente (primeiro conhecer as leis), a Organização Didática que traz vários itens sobre os direitos dos alunos, como são as avaliações, enfim... e também parte do Projeto Político Institucional –PPI. (ENTREVISTADO 7, 2019, grifo nosso)

O que percebemos diante da análise dos dados é que a Gestão do IFBA *Campus* Jequié tem pouca participação no desenvolvimento de ações integradas com os servidores técnicos em atividades voltadas aos discentes na perspectiva formativa. Compreendemos nas falas que os projetos administrativos são os mais integradores entre Gestão e técnicos.

Ainda na Dimensão da Gestão educacional democrática e participativa, procuramos saber se existe por parte da Gestão/Direção do *Campus* algum incentivo para participação na formação docente por parte do Servidor Técnico e se afirmativo, como isso acontece, e a devolutiva foi negativa, de quase todos os entrevistados. Foram feitas muitas observações sobre a gestão, mas se reafirmou que a participação do TAE se dá de forma voluntária e por

iniciativa própria nos projetos e atividades desenvolvidos no *Campus Jequié* e reforçam o incentivo dos docentes por meio de convites aos técnicos.

Isso ainda é incipiente; classe dos técnicos sofreu com gestão autocrática e perseguitória... (ENTREVISTADO 2, 2019, grifo nosso)

Em termos locais a gente tem vivido um período muito conflituoso em relação a questão da direção.. (ENTREVISTADO 3, 2019, grifo nosso)

Eu não vejo assim um convite da direção, mas quando tem eventos eu vejo muitas pessoas se prontificando em contribuir com o evento, com atividade. os servidores tem vontade de participar, sempre se colocam à disposição, mas eu não diria que vem da direção. (ENTREVISTADO 5, 2019, grifo nosso)

Na verdade eu não vejo muito não... fica a cargo da pessoa, o técnico pode participar, o IFBA permite isso. Tem a SECITEC, trabalhei como responsável pelos monitores na organização do evento. Mas pode oferecer um mini-curso, os professores convidam a gente pra participar. (ENTREVISTADO 6, 2019, grifo nosso)

Não houve assim um convite para dizer assim vamos participar... quando cheguei aqui em 2016 a gestão estava assim conturbada, foi complicado pra nós...a gente nunca foi convidada para poder participar junto, vamos montar aqui uma jornada pedagógica? o que vocês pensam? qual é a necessidade do aluno? (ENTREVISTADO 8, 2019, grifo nosso)

Se for para a formação profissional, para o trabalho com o discente, não... é muito difícil aqui, se precisar algum esforço, algum custo, então é quase nada...a menos que o apoio seja liberar o ponto para assistir alguma coisa na UESB, se for algo que a instituição não precise fazer nenhum esforço. (ENTREVISTADO 9, 2019, grifo nosso)

Não existe incentivo, isso parte do servidor, do interesse dele, até mesmo para a formação do seu currículo . eu acho que deveria existir, iniciação do técnico na pesquisa, devia ter uma normativa, é como se os técnicos fossem um pouco a parte. eu mesmo no caso de minha experiência em propor ações foi iniciativa minha, eu fui atrás. (ENTREVISTADO 10, 2019, grifo nosso)

Eu cheguei tem pouco tempo, não fui convidada pela gestão, fui convidada por um núcleo, mas não tive condições pois tinha outras demandas administrativas mais urgentes. mas sem falar na gestão, existem outros núcleos que proporcionam outras chamadas. (ENTREVISTADO 12, 2019, grifo nosso)

Que eu conheça, não. muitas transições de gestão num curto período... então é até difícil você enxergar. (ENTREVISTADO 13, 2019, grifo nosso)

Não. A direção não. Nenhuma dessas que eu tive até esse momento... a gente faz por conta própria, por cauda de questões pessoais. (ENTREVISTADO 15, 2019, grifo nosso)

Não é que seja um convite, não é que as pessoas sejam chamadas para isso, mas parte do interesse de cada um, da afinidade com área... sempre procuro participar em eventos, pesquisas, palestras, mesa redonda, ali é um momento que a gente tem um contato com a maioria dos estudantes, vê a visão de mundo deles e pode fazer discussões. (ENTREVISTADO 16, 2019, grifo nosso)

Eu não observava esses incentivos... é uma das coisas que muita gente critica aqui, que falta a gestão dar suporte e o IFBA de forma geral, a cultura do campus é assim, quem tem um projeto bom que faça por conta própria, mas a

burocratização é muito mais que no privado. (ENTREVISTADO 18, 2019, grifo nosso)

Aqui o campus está meio complicado de falar porque mudou a direção tem pouco tempo... veio a intervenção...um monte de coisas. (ENTREVISTADO 20, 2019)

Eu não percebo essa iniciativa, muito do que acontece é por conta da individualidade dos servidores porque não há uma promoção de incentivo, não há, a gente não percebe... Na minha leitura se existe, é muito ínfima. (ENTREVISTADO 21, 2019, grifo nosso)

Não. Porém existe o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais que é estratégico para se fazer estudos das ações para inserir os técnicos, mas essa ação não é desenvolvida. No âmbito do IFBA qualquer técnico pode propor um projeto de extensão e executar. (ENTREVISTADO 1, 2019, grifo nosso)

Um pequeno número de servidores remeteu à existência de convites também da Gestão para a participação em atividades de cunho formativo para os discentes, alguns exemplos de expressões positivas:

Existe. Às vezes chega até ser uma cobrança porque nem todo mundo se dispõe a participar... convite é feito via e-mail para participar de comissões de algum evento voltado para os alunos, comissão área adm. licitação, formação do regimento, etc. porém vai quem tem interesse. (ENTREVISTADO 7, 2019 grifo nosso)

Apesar do pouco tempo que estou aqui, percebo que os técnicos são convidados em alguns momentos... acho que não estão totalmente excluídos, mas poderia envolver mais o corpo técnico. (ENTREVISTADO 11, 2019, grifo nosso)

Eu acredito que sim... mas a área financeira é bem complicada para se envolver com isso. (ENTREVISTADO 14, 2019, grifo nosso)

Tem momentos em que a gente é convidado a participar, ex. na SECITEC somos livres para submeter propostas e participar, e assim nós éramos estimulados a submeter propostas pela gestão e direção. (ENTREVISTADO 17, 2019, grifo nosso)

Salientamos que na fase das entrevistas a Gestão/Direção do IFBA, *Campus Jequié* passava por transição (com diretor *pró-tempore* aguardando nova eleição), e a gestão anterior no seu histórico não mostrou ser democrática e participativa, segundo as informações colhidas na maioria dos comentários analisados. Mas, em contrapartida, os servidores TAEs tem a iniciativa de propor ações em semanas científicas e outros eventos. Assim, podemos atestar que os servidores TAEs entrevistados em sua maioria são conscientes da importância de suas contribuições voluntárias no processo ensino e aprendizagem e o fazem por meio de projetos de extensão e participação em eventos ou por demais ações articuladas por equipes de coordenação que trabalham diretamente com alunos, a exemplo do setor Pedagógico, de Psicologia e do Serviço Social.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

5.1 O BLOGUE COMO RECURSO PEDAGÓGICO

O produto educacional escolhido e desenvolvido como requisito parcial do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), que se relaciona com a pesquisa feita acerca das contribuições dos servidores Técnico-Administrativos em Educação do IFBA, *Campus Jequié*, cujos resultados propiciaram a sua aplicabilidade, é uma ferramenta eletrônica de comunicação que possibilita a disseminação de conteúdo educativo, de acesso fácil e na conveniência da disponibilidade de tempo dos servidores técnicos, facilitando a esses agregar conhecimentos acerca da temática explorada na pesquisa feita, em que pese concepções, conceitos, teorias e produções científicas relacionadas com a formação integral dos discentes (formação omnilateral e politécnica), contemplando conhecimentos prévios tornados conhecidos pela pesquisa de forma a ampliá-los ou na construção de conhecimentos ainda não descortinados por tais servidores, sempre na perspectiva progressista do fazer educação em um contexto capitalista e neoliberal.

Trata-se de um sítio eletrônico, ou Blog (contração dos termos em inglês Web e Log, que significa “Diário da Rede”), que é um espaço na rede mundial de computadores (Internet) que possibilita a publicação de textos e sua atualização periódica, incluindo vídeos e imagens, como define Gomes (2005, p. 311):

O termo “blog” é a abreviatura do termo original da língua inglesa “weblog”. O termo weblog parece ter sido utilizado pela primeira vez em 1997 por Jorn Barger. Na sua origem e na sua acepção mais geral, um weblog é uma página na Web que se pressupõe ser atualizada com grande frequência através da colocação de mensagens – que se designam “posts” – constituídas por imagens e/ou textos normalmente de pequenas dimensões (muitas vezes incluindo links para sites de interesse e/ou comentários e pensamentos pessoais do autor) e apresentadas de forma cronológica, sendo as mensagens mais recentes normalmente apresentadas em primeiro lugar.

Segundo Gutierrez (2003, p. 89), “o que distingue os weblogs das páginas e sites da internet é a facilidade com que podem ser criados, editados e publicados, sem a necessidade de conhecimentos técnicos especializados”, portanto, é uma ferramenta de fácil manutenção e, além disso, permite também a participação dos leitores através da postagem de comentários, num possível movimento dialético o que caracterizará um ambiente de aprendizagem colaborativo. Em sua classificação, será um Blog Temático, conforme Silva (2003, p. 3):

Weblogs Temáticos: Produzido individualmente ou em grupos, este tipo de weblog é concebido com base em um tema específico ou numa área de interesse em comum. Uma subdivisão dos weblog temáticos é denominada K-logs (knowledge weblogs), que são as páginas compostas por informações e temas específicos, voltados para

grupos de interesse. Nesta categoria, podemos incluir weblogs com propósitos educacionais e pedagógicos, jornalísticos, metablogs, entre outros.

Os Blogues são hospedados em plataformas digitais e podem ser gratuitos ou pagos. O auxílio técnico adicional de um profissional da informática foi oportuno na orientação para o correto uso, manutenção, e atualização, principalmente por se tratar de conteúdo educativo, portanto também formativo.

5.1.2 O USO DOS BLOGUES NA EDUCAÇÃO

Com o surgimento da Internet na década de 1960 nos EUA, e no Brasil em 1987, a princípio por meio de universidades e órgãos estatais, expandindo para uma cobertura nacional comercial na década de 1990, as tecnologias da comunicação foram se aperfeiçoando, muitas ferramentas eletrônicas foram desenvolvidas visando à disseminação da informação em tempo real e a contemporaneidade se tornou conhecida como a era da informação ou do conhecimento. Porém há que se ressaltar que o conhecimento vai além da informação, podendo ser construído a partir dessa por meio do processo da aprendizagem, através do processamento cognitivo em que novas informações são conectadas a uma organização conceitual interna do indivíduo, levando em conta sua interação com o meio social, suas experiências e valores.

O uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na educação para acompanhar as mudanças do mundo globalizado contemporâneo se fez necessário para que houvesse uma aproximação da escola com esse novo universo do discente, onde a velocidade no acesso a informação e a agilidade de pensamento são uma constante. Conforme Mantovani (2006, p. 327-328),

Comunicação e educação encontram-se interligadas no mundo digital. Desse modo, cabe a nós, educadores, utilizar adequadamente os recursos dessas tecnologias, explorando seu potencial pedagógico, tendo em vista a configuração de novos ambientes de ensino e aprendizagem, e a otimização de um novo paradigma centrado na interdisciplinaridade, interatividade e cooperação.

Portanto, pensar o fazer educação na contemporaneidade é pensar também na utilização dos recursos tecnológicos disponíveis, o que inclui as mídias de comunicação, ressaltando que tais recursos são coadjuvantes à construção do conhecimento, possibilitam novas metodologias e o professor será o mediador no processo ensino e aprendizagem, em sua forma presencial ou a distância. “A educação não se faz apenas dentro das instituições educacionais, mas através de diferentes instrumentos que podem ser utilizados como fonte de

pesquisa, debate e comunicação frente a diferentes realidades existentes” (FARHAT E LISBOA, 2014, p.6).

Na perspectiva da educação a distância, os Blogues possibilitam a cooperação e colaboração na aprendizagem, uma vez que é preciso haver uma interação entre o objeto do conhecimento e as pessoas nesse ambiente virtual (Mantovani, 2006). A interação social é o que promove o aprendizado e o desenvolvimento do homem, numa proposta pedagógica interacionista e construtivista.

Assim, o Blog pode ser utilizado **como recurso pedagógico** - um espaço de acesso à informação especializada, um espaço de disponibilização de informação por parte do professor, e **como estratégia pedagógica** - assumindo a forma de um portfólio digital, um espaço de intercâmbio e colaboração, um espaço de debate, ou um espaço de integração (Gomes, 2005, p. 312-313, grifo nosso). Segundo Gomes, todas essas vertentes de exploração dos Blogues estão centradas em aspectos de caráter pedagógicos relacionados diretamente ao processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, a utilização do Blog como produto educacional da pesquisa feita se justificou na vertente de recurso pedagógico com a disponibilização de material educativo para contribuir na construção ou ampliação de conhecimentos significativos acerca da formação integral dos discentes da Educação Profissional por parte dos servidores Técnico-Administrativos em Educação do IFBA, *Campus Jequié*.

Os conteúdos disponibilizados versam sobre as seguintes temáticas:

1. Educação e trabalho;
2. IFs – um novo modelo em EPT;
3. Sobre formação omnilateral;
4. Sobre politecnia;
5. O trabalho como princípio educativo
6. Sobre ética;
7. Gestão educacional democrática e participativa.

A utilização do Blog com um grupo restrito e específico de público, os TAEs, objetivou viabilizar a problematização das temáticas propostas, discutindo-as de forma coletiva intencionando levantar questões pertinentes aos fins propostos da pesquisa de discutir sobre as potenciais contribuições dos servidores técnicos para a formação discente na EPT. Portanto, a participação dos servidores técnicos foi fundamental para determinar uma discussão profícua acerca dos conteúdos ora estabelecidos e dispostos em temáticas no Blog.

Entende-se que por se tratar de conhecimentos pertinentes a todo o grupo envolvido, por serem profissionais da EPT, contribuições voluntárias de material por parte dos TAEs também podem ser encaminhadas de forma colaborativa para inclusão dentro das temáticas norteadoras do Blog, nos vários formatos de divulgação (texto, imagem ou vídeo).

Assim, a ativação dessa ferramenta eletrônica – Blog objetivou que os conteúdos disponibilizados fossem mobilizados para a reflexão e uma maior conscientização dos servidores técnicos quanto aos seus papéis sociais enquanto profissionais da educação no processo formativo sistematizado, com a intencionalidade do cumprimento das proposições da educação profissional omnilateral e politécnica dos discentes do IFBA, *Campus Jequié*, através das práticas educativas condizentes de todos os envolvidos no fazer cotidiano da educação profissional dos Institutos Federais, pois entendemos que o processo ensino e aprendizagem não acontece somente em sala de aula, mas também fora dela, em todo ambiente educativo em situações sócio-educativas e por meio de atividades e ações coordenadas pelas instâncias administrativa e pedagógica, que juntas devem buscar intencionalmente concretizar os objetivos estabelecidos pela instituição, tendo a gestão democrática como impulsionadora de todos os profissionais para um ambiente educacional participativo, colaborativo e construtivo.

Como produto educacional no contexto da educação profissional, o Blog que tem o título: “Formação integral na EPT: para além do capital e da sala de aula”, foi construído no domínio do Google, plataforma gratuita vinculada ao e-mail (endereço eletrônico) Gmail da pesquisadora, e disponível no endereço <https://eptcampusjequie.blogspot.com>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi produzida na discussão sobre as contribuições dos Servidores Técnicos em Educação – TAES, do IFBA, *Campus Jequié*, para a formação omnilateral dos discentes. A construção do problema teve como ponto de partida a importância da formação integral dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica – EPT no cenário social capitalista, e no entendimento de que se no ambiente formativo todos são profissionais da educação, portanto todos podem contribuir para a formação discente, uma vez que o processo ensino e aprendizagem, considerado “atividade fim” da instituição também acontece fora da sala de aula em situações sócio-educativas. Há que se ressaltar que a formação discente da Rede Federal de Educação Profissional está amparada nas Bases Conceituais da EPT constantes numa nova institucionalidade dos Institutos Federais. Assim, essa pesquisa buscou saber se os servidores técnicos que cumprem funções administrativas e não se encontram em sala de aula, conhecem e se coadunam com as premissas da educação omnilateral e dos fundamentos do Instituto Federal em sua dimensão social, política e formativa, que articulam trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana, e se contribuem para o cumprimento dessa finalidade.

As reflexões iniciais deste trabalho trouxeram a compreensão da concepção marxiana da omnilateralidade e do seu fundamento, a politecnia, bem como do trabalho na sua centralidade para o entendimento da vida em sociedade, como princípio educativo, e da ética no contexto social da formação do discente da EPT. Tais compreensões possibilitam a prática educativa como processo político e intencional que visa à formação de discentes socialmente autônomos, sujeitos, conscientes da dimensão social em que estão inseridos, se entendendo como indivíduo que pode contribuir afirmativamente para sua sociedade, para a mudança, construindo seus projetos pessoais entendendo a lógica do capital e do trabalho alienado e ainda assim podendo criticamente fazer suas escolhas buscando superar a alienação.

Entendemos que todos os profissionais da EPT (professores, técnicos e gestores) necessitam ter conhecimento das bases conceituais da EPT, uma vez que são partícipes do processo formativo discente que acontece nos Institutos Federais e através de sua práxis poderão ter uma visão mais ampla e significativa da educação profissional e do ambiente formativo, atuando concordemente.

Os Institutos Federais - IFs foram idealizados como política pública no ideário de Estado e sociedade em que foram concebidas, no então governo popular democrático vigente, como parte da expansão da rede federal de ensino e de educação profissional, e em seu

projeto, tem o germe da politécnica, pois se contrapunha às concepções neoliberais vigentes e “buscava a inclusão e a consequente construção de uma nova sociedade com os fundamentos da igualdade política e social, com uma escola profissional ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva democrática e de justiça social” (PACHECO 2010, p. 8).

Na discussão deste trabalho acerca das contribuições dos Servidores Técnicos do IFBA, *Campus Jequié*, para a formação crítica e politizada dos discentes da Educação Profissional, numa perspectiva politécnica, omnilateral, levando em conta as concepções e formação desses servidores quanto às bases conceituais para a EPT, recorreu-se a teóricos progressistas da educação profissional com suas concepções amplas acerca da formação integral na EPT, a filósofos da educação que explanam sobre ética e também a documentos norteadores dos fundamentos dos IFs, além de teóricos da gestão educacional, e, foi desenvolvido um referencial teórico que caracteriza a educação profissional politécnica, omnilateral, numa perspectiva democrática e contra-hegemônica.

Analisando a pesquisa, por meio do estudo de caso com os Servidores TAEs do IFBA *Campus Jequié*, constatamos que os saberes acerca das Bases conceituais da EPT (Omnilateralidade, politécnica, trabalho como princípio educativo) não são do conhecimento amplo de tais servidores, que em sua maioria desconhecem as concepções norteadoras da formação integral do discente da EPT, e somente um grupo de técnicos cujas formações em educação e cujas atribuições se relacionam diretamente com os alunos, mostraram ter algum conhecimento.

Em relação aos fundamentos sociais e políticos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs, a análise da pesquisa também mostrou que os servidores TAEs tem consciência da importância da concretização dos objetivos educacionais do IFBA e conhecem alguns documentos institucionais, inclusive evocam a necessidade da construção de documentos locais, a exemplo do Projeto Político Pedagógico.

Sobre a atuação dos servidores TAEs no ambiente formativo, a análise da pesquisa **responde em parte, de forma afirmativa à hipótese**: Tendo em vista que o processo de ensino-aprendizagem não acontece somente em sala de aula e entendendo o sentido social do trabalho educativo, **os servidores técnicos e gestores do IFBA, Campus Jequié podem contribuir** na formação politécnica, omnilateral dos discentes através da participação de ações educativas no ambiente formativo além de suas atividades burocráticas, consideradas “atividade-meio”, **por meio de projetos de extensão, seminários, cursos, e também por ações individuais em situações que se fizerem necessário** o esclarecimento, o despertar da crítica e a politização do aluno, objetivando a sua formação humana ética, cidadã e integral. (Grifo nosso)

Sim, os servidores TAEs participam ativamente em ações e atividades voltadas para a formação discente, fazem isso por meio de projetos de extensão, participação de eventos em

palestras ou mini-cursos, e se inserindo em parceria com os docentes em projetos. Porém, como já revelado no resultado da pesquisa, a maioria dos servidores desconhecem as bases conceituais da EPT, portanto, não relacionam a categoria trabalho com a educação na perspectiva social e as implicações dessa relação para a formação omnilateral e politécnica dos discentes em meio a uma sociedade capitalista. Por desconhecerem as bases conceituais da EPT, verificamos a falta da práxis, como prática pensada que dá a consciência da condição de classe trabalhadora conduzindo-a a ações para a transformação social. Isto faz a diferença quanto à intencionalidade nas ações empreendidas pelo servidor técnico para com os discentes, pois a criticidade e a politização necessárias para a compreensão da realidade do mundo do trabalho e para a emancipação desse estudante, que por sua vez o levará a escolhas e à ação para a transformação social, não é trabalhada de forma consciente.

Notadamente o viés humanístico com que é feito tais contribuições dos servidores técnicos enseja a formação ética, a cidadania e a subjetividade dos estudantes, e também se relacionam a torná-los mais aptos no exercício profissional. Isto é muito relevante em se tratando de servidores cujos documentos institucionais o caracterizam para desempenhar “atividade meio”, consideradas no geral como atribuições administrativas e burocráticas, a exceção de cargos específicos relacionados ao ensino, portanto ficam à margem do trabalho docente no processo ensino e aprendizagem, que é considerada a “atividade fim” da instituição.

Assim, os resultados advindos da pesquisa feita por meio do estudo de caso no IFBA, *Campus Jequié*, foram relevantes para conhecer a dinâmica de um Instituto Federal pelo olhar e ações dos servidores Técnico-Administrativos, que mostraram ser proativos em seus papéis sociais, participando ativamente do processo educativo no ambiente institucional, na maioria dos casos sem o incentivo da Gestão, e se ocupam com atividades voltadas para os discentes além das suas atribuições administrativas.

Portando, a partir dos resultados encontrados na pesquisa propomos a elaboração de uma ferramenta eletrônica de comunicação que possibilita a disseminação de conteúdo educativo básico, de acesso fácil e na conveniência da disponibilidade de tempo dos servidores técnicos, facilitando a esses agregar conhecimentos acerca da temática explorada na pesquisa feita, em que pese concepções, conceitos, teorias e produções científicas relacionadas com a formação integral dos discentes (formação omnilateral e politécnica), contemplando conhecimentos prévios tornados conhecidos pela pesquisa de forma a ampliá-los ou na construção de conhecimentos ainda não descortinados por tais servidores, sempre na perspectiva progressista do fazer educação em um contexto capitalista e neoliberal.

Salientamos a necessidade de uma formação mais ampla nas Bases conceituais da EPT para os servidores Técnico-Administrativos, por meio da inserção desse conteúdo em Plano

de capacitação e cursos de extensão, possibilitando a esse segmento uma visão ampla do projeto original dos Institutos Federais, em cujos fundamentos se encontram a proposta de que a formação humana e cidadã estejam vinculadas à formação profissional numa perspectiva emancipatória, pois objetiva formar o cidadão como agente político, capaz de compreender a realidade e ultrapassar os obstáculos que ela apresenta, para assim pensar e agir na perspectiva de transformação nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais imprescindíveis na construção de uma nova sociedade mais justa, igualitária, inclusiva e democrática (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p. 33,34).

Sugere-se a possibilidade de flexibilização de carga horária pela Gestão, para aplicação de projetos ou cursos de extensão pelos TAEs aos discentes, e incentivos para esses servidores participarem em projetos pedagógicos desenvolvidos no *Campus* de origem ou fora dele, conhecendo novas práticas do trabalho educativo. Sugerimos também que os Gestores se engajem em cursos de formação nos aspectos pedagógicos e relacionados ao trabalho em equipe para o cumprimento harmonioso dos objetivos institucionais na comunidade educativa.

Portanto, as discussões acerca da formação discente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica relacionadas ao trabalho do servidor Técnico-Administrativo em Educação explanadas neste trabalho não se esgotam, antes são caminhos para outras proposições de pesquisas voltadas para a formação continuada do Servidor TAE enquanto profissional da educação para além de suas atividades técnicas, explorando suas potencialidades tendo em vista o caráter social do trabalho imprescindível que desempenham nos Institutos Federais, cuja finalidade maior preconizada em suas concepções e fundamentos é a formação integral dos seus discentes, para além do capital.

Por um trabalho coeso e produtivo entre Gestores, Servidores Técnico-Administrativos em Educação e Docentes, que possibilite aos discentes da educação profissional uma formação omnilateral, politécnica, cujo germe se encontra no novo modelo em EPT, numa nova institucionalidade, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A pesquisa se encerra, mas as discussões continuam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARROYO, Miguel G. **Conhecimento, Ética, Educação, Pesquisa**. Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 2, n. 2, junho de 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa oficial, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SETEC. **Concepção e Diretrizes**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília. 2010.

BRASIL. LEIS. DECRETOS. **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909, disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. LEIS. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11892.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Lei 9.394/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 14 mai. 2018.

BRASIL. **Lei 8.112/1990**. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos civil da União, das Autarquias e das Fundações públicas Federais. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. **Lei 11.091/2005** – Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA. **A história por trás dos 20 anos da internet comercial no Brasil**. Disponível em: <<https://www.rnp.br/destaques/historia-por-tras-20-anos-internet-comercial-brasil>>. Acesso em 16 jan 2019.

CHAUÍ, Marilena. **A existência ética**. In: Convite à Filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2004.

CIAVATTA, Maria. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica Joaquim Venâncio. 2009. Disponível em:<<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>>. Acesso em 25 jan. 2019.

FARHAT, Karime Gaertner; LISBOA, André Fabiano Stek. **Tendências metodológicas na educação matemática: utilização de blog como ferramenta pedagógica complementar no ensino da matemática.** Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE 2014. vol. 1. Cadernos PDE. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_utfpr_mat_artigo_karime_gaertner_farhat.pdf>

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica.** Revista Educação e Sociedade. Campinas: vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 10 out. 2017.

_____. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. CIAVATA, Maria. RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores** In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional.** São Paulo: cut, 2005a. p. 19-62. – **Excertos.**

_____. **Educação Omnilateral.** In: CALDART, R.; PEREIRA, I. ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em:<https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26119_13252.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

GOMES, Maria João. **Blogs: um recurso e uma estratégia educativa.** In Actas do VII Simpósio Internacional de Informática Educativa, Portugal: Leiria – 16–18 de Novembro de 2005. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4499/1/Blogs-final.pdf>> Acesso em 31 dez. 2018.

GEOVANNI, Geraldo di. **As estruturas elementares das políticas públicas.** Caderno de Pesquisa, Campinas, Unicamp, v.82, n.32, p. 1-32, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projeto de Pesquisa.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 12ª ed. Rio de janeiro: Record, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUTIERREZ, Suzana. O fenômeno dos Weblogs: as possibilidades trazidas por uma tecnologia de publicação na internet. **Informática na Educação: teoria & prática.** Porto Alegre, v. 6, p.87-100, jan/jun, 2003. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/viewFile/4958/2933>> Acesso em 01 jan. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal de Educação. Disponível em <<http://www.portal.ifba.edu.br/jequie>> . Acesso em 23 de jul. 2018.

JOHANN, Jorge Renato. **Educação e Ética: em busca de uma aproximação.** Porto Alegre: EdIPUCRS, 2009.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre. Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Ubirajara Couto; DE GRANDI, Alessandra Bueno. **Múltiplos olhares: a gestão educacional em foco**. Ibicaraí: Via Litterarum, 2017.

LOMBARDI, José Claudinei Lombardi. SAVIANI Dermeval (Orgs). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2017. 2Mb; ePUB.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução Newton Ramos-de-Oliveira. Campinas, São Paulo: Alínea, 2017.

MANTOVANI, Ana Margô. Blogs na educação: construindo novos espaços de autoria na prática pedagógica. **Revista Prisma**. Portugal, v. 3, p. 327-328, outubro de 2006. Disponível em:

<http://w3.ufsm.br/carmen/Objeto/Conteudo_html/oa/Arquivos/18_ana_margo_mantovani_prisma.pdf> Acesso em: 02 jan. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo, SP: Ática, 2004.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. História e Construção da Identidade: Compromissos e expectativas. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 5, p. 339-352, jul./dez. 2009. Disponível em <<http://www.esforce.org.br>> . Acesso em: 05 out. 2017.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, Ano 23, Vol. 2, p. 5-6, 25, 2007.

NUNES, Vinícius Bozzano; SOUZA, Leonardo Lemos de. **Formação ética na Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 711-726, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623667554>. Acesso em 06 mai. 2018.

OLIVEIRA, Ramon de. **Globalização e as reformas do ensino médio e da educação profissional nos anos 90**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 4).

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Editora do IFRN, Natal: 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO, Moisés Domingos. **Educação profissional e tecnológica: das Escolas de Aprendizes Artífices aos**

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Revista T&C Amazônia, Ano VII, Número 16, Fevereiro de 2009. Disponível em http://issuu.com/revistatec/docs/revista_tec_ed16. Acesso em: 25 jan. 2018.

PARO, Vítor Henrique Paro. **Gestão Democrática da Escola Pública.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFBA 2014-2018. Disponível em <https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/pdi-2014-2018-publicado-pelo-consup-17-02-2017.pdf> >. Acesso em: 10 dez. 2019.

PONCE, ANÍBAL; tradução de José Severo de Camargo Pereira. Educação e luta de classes. 9ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et al). **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Educação e Trabalho: fundamentos ontológicos-históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: vol. 12, n. 32, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> >. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. O choque teórico da politecnia. Trabalho, Educação e Saúde. **Revista da EPS/FIOCRUZ.** Rio de Janeiro, n.1, 2003, p. 131-152. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf> >Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. **Ética, Educação e Cidadania.** Philos – Revista Brasileira de Filosofia do 1º Grau, Florianópolis – SC, v. Ano 8, nº 15, p. 19-37, 2001.

_____. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.** In: FERRETTI, Celso J. et all (org.). Novas tecnologias, trabalho e educação. Petrópolis: Vozes, 1994. Disponível em https://www.ufpr.cleveron.com.br/arquivos/EP_104/dermeval_saviani.pdf >. Acesso em: 15 ago. 2018.

SAVIANI, Dermeval e DUARTE, Newton (orgs). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **A Filosofia e a Ética na Educação.** Org. Caleidoscópio: temas de educação e filosofia, 2002, p. 15-30.

SILVA, Jan Alyne Barbosa e. Blogs: Múltiplas utilizações e um conceito. In: I CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, BELO HORIZONTE/MINAS GERAIS, XV, 2003, Belo Horizonte - MG. **Anais...** Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP08_silva.pdf > Acesso em 01 jan. 2019.

TONET, Ivo. **Educação contra o Capital.** Instituto Lukács, São Paulo: 2016.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIRAGO, Carine Ferreira Machado. Costa, Carla Cristiane. A importância dos funcionários no processo educativo nas escolas. **Anais do II Seminário Internacional de Educação Profissional do Instituto Federal Farroupilha “Construindo caminhos possíveis para uma educação de qualidade”**. Santa Maria, RS. 2015. Disponível em <http://sistemas.iffarroupilha.edu.br/anais-mobrec-2015/pages/trabalhos/trabalhos/Carine%20Ferreira%20Machado%20Virago.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2017.

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL

O BLOGUE COMO RECURSO PEDAGÓGICO

<https://eptcampusjequie.blogspot.com>

PÁGINA INICIAL DO BLOG

FORMAÇÃO INTEGRAL NA EPT: para além do capital e da sala de aula

Este blog foi desenvolvido para socializar conhecimentos (construir/ampliar) com o grupo de Servidores da Categoria Técnicos Administrativos em Educação - TAEs, do IFBA, Campus Jequié, no que concerne aos pressupostos da formação integral dos discentes da Educação Profissional e Tecnológica - EPT. Foi concebido como produto educacional resultante da pesquisa "Contribuições dos Servidores Técnicos para a formação omnilateral dos discentes: o caso do Instituto Federal da Bahia, Campus Jequié, como quesito obrigatório do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - Campus Salvador, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Discorre sobre as bases conceituais da EPT e temas pertinentes, numa perspectiva progressista de educação considerando que todo estudante tem direito a uma educação de qualidade que possibilite o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, e, para tanto, um trabalho crítico, politizado, ético e humanista.

Página inicial

1. Educação e Trabalho
2. IFs - Um novo modelo de EPT
3. Sobre Formação Omnilateral
4. Sobre Educação Politécnica
5. O trabalho como princípio educativo
6. Sobre Ética
7. Gestão Educacional Democrática e Participativa

QUEM SOU EU

Eliana Jardim

Esse trabalho é reflexo de muitas leituras acerca da formação humana que começam no "conhece-te a ti mesmo", avançam no encontro com a Pedagogia histórico-crítica e a Filosofia da Educação na graduação, se ampliam nos estudos sobre Gestão Escolar e Governamental das especializações, e se aprofundam nos saberes da

TEMÁTICA 1 – EDUCAÇÃO E TRABALHO

1. Educação e Trabalho

A Temática 1 discute a relação Educação e Trabalho, com o vídeo intitulado: "Educação e Trabalho: fundamentos ontológicos e históricos", artigo do professor Dermeval Saviani (Bibliografia no final do vídeo), em

Página inicial

1. Educação e Trabalho
2. IFs - Um novo modelo de EPT
3. Sobre Formação Omnilateral
4. Sobre Educação Politécnica
5. O trabalho como princípio educativo
6. Sobre Ética
7. Gestão Educacional Democrática e Participativa

QUEM SOU EU

Eliana Jardim

Esse trabalho é reflexo de muitas leituras acerca da formação humana que começam no "conhece-te a ti mesmo", avançam no encontro com a Pedagogia histórico-crítica e a Filosofia da Educação na graduação, se ampliam nos estudos sobre Gestão Escolar e Governamental das especializações, e se aprofundam nos saberes da

TEMÁTICA 2 – IFs – UM NOVO MODELO DE EPT

Os Institutos Federais: uma revol... x FORMAÇÃO INTEGRAL NA EPT: x +

eptcampusjequié.blogspot.com/p/veja-o-documentario-disponibilizado.html

29ClaraFNairaF.pdf

Exibir todos

29ClaraFNairaF.pdf

Digite aqui para pesquisar

22:41
15/01/2020

**EPT
CAMPUS JEQUIÉ**

2. IFs - Um novo modelo de EPT

A origem de uma nova i...
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Mestrado Profissional em EPT
PROFEPT

Veja o documentário disponibilizado acima sobre "As origens de uma nova institucionalidade da Educação Profissional e Tecnológica" e como se dá a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Página inicial

1. Educação e Trabalho
2. IFs - Um novo modelo de EPT
3. Sobre Formação Omnilateral
4. Sobre Educação Politécnica
5. O trabalho como princípio educativo
6. Sobre Ética
7. Gestão Educacional Democrática e Participativa

QUEM SOU EU

Eliana Jardim

Esse trabalho é reflexo de muitas leituras acerca da formação humana que começam no "conhece-te a ti mesmo", avançam no encontro com a Pedagogia histórico-crítica e a Filosofia da Educação na graduação, se ampliam nos estudos sobre Gestão Escolar e Governamental das

TEMÁTICA 3 – SOBRE FORMAÇÃO OMNILATERAL

Os Institutos Federais: uma revol... x FORMAÇÃO INTEGRAL NA EPT: x +

eptcampusjequié.blogspot.com/p/omnilateral-e-um-termo-que-vem-do-latim.html

29ClaraFNairaF.pdf

Exibir todos

29ClaraFNairaF.pdf

Digite aqui para pesquisar

22:44
15/01/2020

**EPT
CAMPUS JEQUIÉ**

3. Sobre Formação Omnilateral

Omnilateral é um termo que vem do latim e significa "todos os lados ou dimensões". O pensamento marxiano da *omnilateralidade*, ensaja o homem pleno em seu trabalho produtivo e em sua vida em sociedade. Nessa concepção social do homem, a educação é a causa primária para a formação humana e o desenvolvimento integral do homem em todas as suas potencialidades.

Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos (Frigotto, 2012, p. 267) .

Porém como se dá o desenvolvimento do ser humano e dos sentidos humanos? São

Página inicial

1. Educação e Trabalho
2. IFs - Um novo modelo de EPT
3. Sobre Formação Omnilateral
4. Sobre Educação Politécnica
5. O trabalho como princípio educativo
6. Sobre Ética
7. Gestão Educacional Democrática e Participativa

QUEM SOU EU

Eliana Jardim

Esse trabalho é reflexo de muitas leituras acerca da formação humana que começam no "conhece-te a ti mesmo", avançam no encontro com a Pedagogia histórico-crítica e a Filosofia da

TEMÁTICA 4 – SOBRE EDUCAÇÃO POLITÉCNICA

Os Institutos Federais: uma revol... x FORMAÇÃO INTEGRAL NA EPT: p x +

eptcampusjequié.blogspot.com/p/4-sobre-educacao-politecnica.html

231227149 - Profucionário - L... AVATE Diário Oficial da Ba... Hotmail - Entrar IF Baiano - Instituto... IFBA - Instituto Fed... PCI PCI - Concursos Portal do Servidor P...

mais

Criar um blog Login





4. Sobre Educação Politécnica

A expressão Educação Politécnica muitas vezes é traduzida de forma literal como sendo uma formação em várias técnicas, tendo em vista o prefixo "Polí", que é elemento da composição de palavras que traz consigo a ideia de muitas ou vários, pois a etimologia da palavra Polí vem do grego e significa "muito" (Dicionário online de Português). Porém, na concepção da Educação Profissional Integral, vamos compreender que a Politecnicidade não se refere a múltiplas técnicas, antes está no fundamento da omnilateralidade e seu conceito é fruto da categoria trabalho em sua centralidade para a vida em sociedade.

Para facilitar esta compreensão, é importante sabermos que o conceito de politecnicidade foi introduzido na história da educação brasileira na década de 1980 por meio de debate travado por educadores progressistas quanto à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica na formação básica, fazendo uma crítica ao modelo hegemônico do ensino

Página inicial

1. Educação e Trabalho
2. IFS - Um novo modelo de EPT
3. Sobre Formação Omnilateral
- 4. Sobre Educação Politécnica**
5. O trabalho como princípio educativo
6. Sobre Ética
7. Gestão Educacional Democrática e Participativa

QUEM SOU EU



Eliana Jardim

Esse trabalho é reflexo de muitas leituras acerca da formação humana que começam no "conhece-te a ti mesmo", avançam no encontro com a Pedagogia histórico-crítica e a Filosofia da

29ClaraFNairaF.pdf

Exibir todos

22:44 15/01/2020

TEMÁTICA 5 – O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Os Institutos Federais: uma revol... x FORMAÇÃO INTEGRAL NA EPT: p x +

eptcampusjequié.blogspot.com/p/o-que-e-sao-principios-segundo-maria.html

231227149 - Profucionário - L... AVATE Diário Oficial da Ba... Hotmail - Entrar IF Baiano - Instituto... IFBA - Instituto Fed... PCI PCI - Concursos Portal do Servidor P...

mais

Criar um blog Login





5. O trabalho como princípio educativo

O que são princípios? Segundo Maria Clavatta, Princípios são leis ou fundamentos gerais de uma determinada racionalidade, dos quais derivam leis ou questões mais específicas. [Click aqui para leitura da definição completa.](#)

Essa definição remete à relação Trabalho e Educação. Ao compreendermos como se dá essa relação obtemos o esclarecimento da concepção de trabalho como princípio educativo.

Como a dimensão social se relaciona com a educação? Já consideramos sinteticamente esse assunto no vídeo exposto na Temática 1. Educação e Trabalho.

Para esclarecer mais, além do link acima do Dicionário da Educação

Página inicial

1. Educação e Trabalho
2. IFS - Um novo modelo de EPT
3. Sobre Formação Omnilateral
4. Sobre Educação Politécnica
- 5. O trabalho como princípio educativo**
6. Sobre Ética
7. Gestão Educacional Democrática e Participativa

QUEM SOU EU



Eliana Jardim

Esse trabalho é reflexo de muitas leituras acerca da formação humana que começam no "conhece-te a ti mesmo", avançam no encontro com a Pedagogia histórico-crítica e a Filosofia da

29ClaraFNairaF.pdf

Exibir todos

22:45 15/01/2020

TEMÁTICA 6 – SOBRE ÉTICA

Os Institutos Federais: uma revol... x FORMAÇÃO INTEGRAL NA EPT: x +

eptcampusjequie.blogspot.com/p/6-sobre-etica.html

29ClaraFNairaF.pdf

Exibir todos

22:46 15/01/2020

EPT CAMPUS JEQUIÉ

6. Sobre Ética

A ética é um tema que permeia muitas discussões, e falar sobre ela é assunto imprescindível, pois toda a nossa vida está envolvida em questões éticas, a todo o momento. Mas, apesar de se falar tanto sobre ética, e embora todos saibam o que é, muitas vezes é complicado explicar quando se é questionado. Na temática "Sobre Ética" disponibilizo um slides sintetizando os fundamentos, o conceito, e os princípios da Ética no Serviço público e na Educação (o contexto em que nos inserimos profissionalmente).

Incluo material adicional (Fascículo da Autora Dulce Maria Pereira, do CEAD/JFOP sobre "Ética profissional - Desafios do século XXI) com uma Resenha de minha autoria do primeiro capítulo, e o texto "Ética Mínima em 15 microlições" (para reflexão), para ampliar o conhecimento sobre ética

Página inicial

1. Educação e Trabalho
2. IFS - Um novo modelo de EPT
3. Sobre Formação Omnilateral
4. Sobre Educação Politécnica
5. O trabalho como princípio educativo
- 6. Sobre Ética**
7. Gestão Educacional Democrática e Participativa

QUEM SOU EU

Eliana Jardim

Esse trabalho é reflexo de muitas leituras acerca da formação humana que começam no "conhece-te a ti mesmo", avançam no encontro com a Pedagogia histórico-crítica e a Filosofia da

TEMÁTICA 7 – GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Os Institutos Federais: uma revol... x FORMAÇÃO INTEGRAL NA EPT: x +

eptcampusjequie.blogspot.com/p/7.html

29ClaraFNairaF.pdf

Exibir todos

22:48 15/01/2020

EPT CAMPUS JEQUIÉ

7. Gestão Educacional Democrática e Participativa

Gestão Escolar Democrática...

A temática Gestão Educacional é de interesse peculiar dos Servidores Técnicos, uma vez que é a Gestão que cuida da organização da instituição de ensino e isso envolve o cumprimento dos objetivos sociais e políticos propostos pela instituição, e todos os servidores administrativos, ações

Página inicial

1. Educação e Trabalho
2. IFS - Um novo modelo de EPT
3. Sobre Formação Omnilateral
4. Sobre Educação Politécnica
5. O trabalho como princípio educativo
6. Sobre Ética
- 7. Gestão Educacional Democrática e Participativa**

QUEM SOU EU

Eliana Jardim

Esse trabalho é reflexo de muitas leituras acerca da formação humana que começam no "conhece-te a ti mesmo", avançam no encontro com a Pedagogia histórico-crítica e a Filosofia da Educação na graduação, se ampliam nos estudos sobre Gestão Escolar e Governamental das

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

O Roteiro de entrevistas da pesquisa teve as seguintes questões:

1. Você conhece a legislação que rege o desempenho do seu trabalho como Servidor Técnico Administrativo da Educação no IFBA, *Campus Jequié*? E como encara seu papel social como servidor da Educação Profissional e Tecnológica em seu cargo/função técnico?
2. Já participou de algum curso de capacitação relacionado ao trabalho com os discentes? Se afirmativo, qual? Como descreve a experiência?
3. O que você compreende como Educação Profissional politécnica, omnilateral? Em seu contexto profissional, utiliza tais conhecimentos na prática?
4. O que você entende por trabalho como princípio educativo?
5. Você participa de alguma ação/atividade integrada com os Gestores ou Docentes da instituição na perspectiva da formação discente? Comente.
6. Já houve alguma proposição de atividade da sua parte como contribuição para a formação discente?
7. Você conhece ou participa da proposta do Projeto Político Pedagógico do IFBA Campus Jequié? Se afirmativo, como? Qual o seu envolvimento?
8. Que importância você atribui a ética nas relações interpessoais no cotidiano do ambiente educacional, incluindo a convivência com os discentes?
9. Existe por parte da Gestão/Direção do Campus algum incentivo para participação na formação docente por parte do Servidor Técnico? Como isso acontece?
10. Qual a sua opinião sobre a política de valorização do Técnico Administrativo enquanto profissional da educação?

11. Do seu ponto de vista que fatores podem contribuir para a motivação e o engajamento do Servidor Técnico em ações educativas formativas?

12. O que você sugere como atividades/ações pertinentes à formação dos discentes a serem aplicadas neste *Campus* de Jequié, do IFBA?